

Pe. José Antonio Bertolin

**São José, o
participante da
fase culminante
da auto revelação de
Deus em Cristo**

2020

**São José, o participante da fase culminante da
auto revelação de
Deus em Cristo**

Pe. José Antonio Bertolin

**Revisão: Prof^ª. Leonice Aparecida Bertolin
Diagramação: Lenira Rufino**

Produção

**Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana
Rua Arthur Bernardes, 600
86.808-060 – Apucarana - PR**

2020

Apresentação

O

Papa João Paulo II, ao presentear para a Igreja, no ano de 1989, a Exortação apostólica sobre a pessoa e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja, intitulada *Redemptoris custos* - O guarda do Redentor, reconheceu a função dele no mistério da encarnação e da redenção operada por Jesus para a salvação de toda a humanidade. Essa Exortação apostólica que traz um verdadeiro compêndio de Josefologia, tornou-se o mais completo e importante documento do magistério da Igreja sobre o esposo de Maria e pai de Jesus, e por isso, São João Paulo II o quis para todo o povo de Deus, ou seja, para os fiéis leigos e consagrados, os religiosos e religiosas, os diáconos, os sacerdotes e os bispos.

O Papa, ao declarar que era para ele uma alegria cumprir um dever pastoral de proporcionar essa ampla visão sobre São José, desejou que pudesse crescer em todos a devoção ao Patrono da Igreja universal e o amor ao Redentor, que São José serviu de maneira exemplar, e salientou o seu desejo de que com um maior conhecimento sobre aquele a quem Deus “confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos”, ou seja, Jesus e Maria, ajudasse o povo cristão a recorrer a São José não apenas com maior fervor, e poder invocar confiadamente o seu patrocínio, mas também que pudesse ter “sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e de participar na economia da salvação”.

Recorrer, invocar o seu patrocínio e ter diante dos olhos os exemplos do guarda do Redentor, é reconhecer a sua importância na vida dos cristãos, ele que foi o “ministro da nossa salvação”. Daqui se deduz a necessidade de os cristãos

estarem ancorados numa sadia Teologia de São José a fim de que se possam ter uma sã devoção Josefina.

Assim, como os católicos têm em Maria, a Mãe de Deus, a confiança de sua mediação junto a Deus, também devem ter em José, aquele que recebeu a graça de permanecer o mais próximo possível de Cristo, uma inabalável confiança, pois Deus confiou a ele o seu próprio Filho e o encontrou segundo o seu coração confidenciando-lhe com plena segurança o mais misterioso segredo que na pessoa de seu Filho, então ele merece ser conhecido e amado.

Pe. José Antonio Bertolin, OSJ

Introdução

Tecer considerações sobre a pessoa, a missão e os privilégios de São José exige ter à disposição as fontes bíblicas, litúrgicas, patrísticas, teológicas, a Tradição, o magistério da Igreja e as práticas devocionais que lhe foram tributadas, para haurir desse “oásis” um material consistente para se embasar uma reflexão josefológica. Ora, isso não é tarefa simples visto que do guarda do Redentor não dispomos com facilidade de abundantes reflexões e considerações, contudo, mesmo com a exiguidade de elementos que nos possam ajudar a compor essa figura excepcional diante dos olhos de Deus como colaborador na ordem da nossa redenção, ou seja, como “ministro da salvação”, não somos impedidos de tê-lo, com fundamentos concretos da Josefologia, como um personagem bíblico central do mistério de nossa salvação e que pela sua importância precisa ser mais conhecido, imitado, amado e valorizado.

Em vista disso, buscaremos em primeiro lugar enquadrá-lo nas diversas janelas abertas ao longo dos séculos que contemplaram a sua pessoa, a sua missão e a consideração que ele recebeu na Igreja. Para isso, partiremos de algumas abordagens necessárias para enquadrá-lo como o personagem que aos olhos de Deus recebeu o privilégio de ser o guarda de seu Filho aqui na terra e o esposo da Mãe de Deus.

Podemos tecer considerações sobre a sua pessoa e missão partindo das fontes que temos à nossa disposição, pois é impossível fazer emergir a figura desse personagem tão grande, mas também tão pequeno e humilde, tão querido aos olhos de Deus, mas também pouco citado nos documentos e fontes do passado, tão importante para o projeto salvífico da salvação da humanidade, querido por Deus e também

indispensável cooperador desse mistério à luz do silêncio e à sombra do escondimento. Nossa abordagem procurará discorrer sobre todos os pontos que jogaram um pouquinho de luz sobre esse personagem maravilhoso; luzes que às vezes se apresentaram como pontos lúcidos e às vezes, como pontos distantes e opacos, mas que não deixaram de contribuir para que ele fosse tirado da escuridão fazendo emergir toda a sua riqueza como se fosse uma pedra de ouro lapidada e dada aos holofotes para que pudesse ser admirada.

As fontes de que disporemos são aquelas obrigatórias a consultá-las; ou seja, em primeiro lugar, a Sagrada escritura por meio dos evangelistas. Em seguida, os Padres da Igreja, aqueles grandes luminares que se distinguiram com seus ensinamentos e escritos nos oito primeiros séculos para a edificação da Igreja. Voltaremos depois as nossas atenções para a grande contribuição que deu o magistério da Igreja nas vozes dos Papas, e por fim, dirigiremos as nossas atenções às reflexões teológicas de alguns dos grandes teólogos que primaram pela lucidez e capacidade de elaboração de pensamentos coerentes e afinados com os ensinamentos da Sagrada Escritura e com toda a Tradição da Igreja.

I

Visão geral nas fontes

1 - Os evangelistas

Em primeiro lugar, para fazermos qualquer consideração sobre um personagem bíblico, devemos nos reportar aos evangelhos como as únicas fontes bíblicas de que dispomos para nos referenciar sobre tal personagem. Dessa maneira, o caminho que precisamos seguir para haurirmos

referências sobre a pessoa e a missão de São José precisa ser o que os evangelistas, ainda que muito pouco, transmitiram-nos sobre esse homem justo aos olhos de Deus. As poucas informações dos evangelhos são muito preciosas, pois elas nos dão toda a fundamentação para tecermos considerações seguras sobre a pessoa, a missão e a dignidade do guarda do Redentor. Os evangelhos nos reportam a alguns textos os quais estão contidos nos chamados “Evangelhos da infância de Jesus” presentes em Mateus, nos capítulos um e dois, e em Lucas, também nos capítulos um e dois, assim como em outras particulares referências presentes em Lc 4,22, Mt 13,55, Mc 6,3 e Jo 1,45 e 6,42.

Ao tomarmos os textos de Mt 1,1-17 e de Lc 3, 23-38, constatamos que José ocupa um lugar de destaque para justificar a ligação do Messias com a casa de Davi. Em Mateus é descrita a sua ascendência genealógica a qual parte de Abraão e chega a José e vem repartida em três grupos de quatorze gerações; de Abraão a Davi, de Davi até a deportação para a Babilônia e da deportação até Cristo. Naturalmente, a intenção de Mateus foi de demonstrar a ascendência davídica de Jesus dentro do Povo de Israel, segundo a linha masculina que era típica nas descendências antigas. Nesta descrição, o evangelista fez uma exceção ao mencionar os nomes das mulheres Tamar, Rabat, Rute, Barsabéia, terminando em Maria (Mt1,16).

Os teólogos e os exegetas dão interpretações variadas quanto ao número quatorze, presente na descrição dessa genealogia relatada por Mateus, visto que para alguns, o fato de o evangelista usar os grupos de quatorze gerações, pode ser explicado ao fazer comparação com o livro de Rute 4,12-22 e com o livro das Crônicas (1Cr 2,1-5), que elencaram

apenas quatorze gerações de Abrão a Davi. Teólogos como Brown¹ defendem que Mateus tomou esse número do nome hebraico “Davi” no qual o número correspondente às letras que o compõe, soma quatorze. Outros, como para Serra², defendem que Mateus teria se inspirado no livro de Enoque (91,15-17;93,3-5).

Sejam quais forem os sentidos destas posições, o certo é que para Mateus chegar aos três grupos de quatorze gerações, teve que cortar alguns nomes na genealogia como os dos reis Azarias, Joáz, Amasias; o mais importante é que esta genealogia liga José à obra da salvação, enquanto ele é o esposo de Maria, mãe de Jesus, e responsável pela filiação de Jesus.

Na verdade, a genealogia apresentada por Mateus ao afirmar que “Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo”(1,16), torna-se um dado relevante para a Josefologia bíblica, pois deixa claro que José é o esposo de Maria, mas que não colaborou fisicamente no nascimento de Jesus, pois a maternidade de Maria é sobrenatural e, portanto, a sua paternidade é simplesmente legal³.

Ao fazermos uma referência ao evangelista Lucas 3,23 ss, constatamos que ele não segue o esquema numérico de

¹*La Nascita del Messia secondo Matteo e Luca, Cittidella, Assisi 1981, 180*

²*A Serra, Giuseppe e Maria, l'uomo e la donna dei tempi nuovi, in Theotokos 3 (1995-342*

³*alguns códices como o coridethi, versão da vetus latina e sirocuretoniana, etc, mostram outra tradução para esse texto de Mateus, afirmando que “Jacó gerou José, ao qual estava comprometida em casamento a virgem Maria, que gerou Jesus, o Cristo”; ou ainda a versão sirosinaitica que traduz afirmando que “José, com o qual estava prometida em casamento a virgem Maria, gerou Jesus”. Estas duas versões atribuem a geração de Jesus diretamente a José*

Mateus, pois liga Jesus não apenas a Abraão, mas chega até Adão, e a explicação para esse seu proceder redacional é para ampliar uma visão da ação universal de Jesus para toda a humanidade e não apenas para o Povo judeu. Essa diferença entre as duas genealogias, a de Mateus e a de Lucas, foi objeto de estudos para buscar uma solução já no século III com Júlio Africano ao afirmar que Mateus faz referência aos antepassados naturais de José, enquanto que Lucas aponta para os seus antepassados legais. Disto decorre ser Jacó o pai de José, segundo Mateus, e Eli ser considerado o pai de José, segundo Lucas, os quais seriam irmãos nascidos da mesma mãe denominada Estha, a qual teria dado à luz a Jacó com o esposo Matã e com a morte de Matã, Estha teria se casado com Eli ao Lucas qual faz referência. Eli veio a falecer sem filhos, e seu irmão Jacó teria se casado com a viúva e com ela gerou José, o qual se tornou filho legal de Eli, e assim José, por causa da lei do Levirato, (Dt 25,5-10) seria filho natural de Jacó e filho legal de Eli.⁴

A explicação de Júlio Africano sobre a filiação natural (proveniente de Jacó) e a adotiva (proveniente de Eli) foi acolhida na Patrística e na era medieval por vários pensadores dentre os quais Agostinho, Ambrósio, Jerônimo e Tomás de Aquino que atribui essa hipótese como a mais verdadeira dentre as outras apresentadas precedentemente.

Independentemente ao fato de as duas visões diferentes das genealogias apresentadas pelos dois evangelistas, o

⁴ *A lei do Levirato regulamentava a situação das viúvas; essa palavra provém de Levir que significa cunhado. Segundo essa lei os parentes mais próximos do falecido tinham a obrigação de se casar com a viúva para assegurar-lhe assistência e a continuação da prole ao falecido, ao qual se devia atribuir os filhos nascidos desse casamento (Gn 38; Rute 1-4); eis a razão de Júlio Africano atribuir a paternidade legal de José a Eli e a Jacó aquela natural.*

importante é ter em mente o significado delas para que se possa também conhecer a função de José na História da Salvação. O importante é que estas genealogias querem apresentar a descendência davídica de Jesus por meio de José. De fato, o título “filho de Davi” dado por Mateus 1,20 e Lucas 1,27, tornar-se-á ao longo de todo o Novo Testamento, um dos mais importantes e presentes (Mt 9,7; 12 23;15,22; 20,30-31;21,25;21,9,15 Lc 18,38-39; Mc 10,47,48;11,10; Jo 7,42; Rm 1,3; 2Tm 2,8; Ap 1,5; 22,16).

Além da apresentação da descendência davídica de Jesus, estas duas genealogias defendem também a sua origem divina. Mateus enfatiza mais o fato da paternidade legal de José, enquanto que Lucas foca na sua origem divina (Lc 1,26-38;3,23). Ambos, contudo, defendem a paternidade de José em relação a Jesus, pois José e Maria são tidos pais de Jesus (Lc 2, 23.27.41.48; 4,22; Mt 13,55; Jo 6,42).

Outro ponto a ser levado em consideração nas narrativas de Mateus e de Lucas sobre o anúncio do nascimento de Jesus, é que eles utilizaram um gênero literário denominado de *midrash*.⁵ Por exemplo, para muitos estudiosos, o relato de Mateus 1,18-25 teria tido origem numa primitiva história palestinese enriquecida por motivos da concepção virginal e que foi completado pelo evangelista com a citação da sua concepção⁶.

Tanto Mateus como Lucas 1,26-38 deixam claro que Maria estava prometida em casamento com José, embora não fosse

⁵ *os Midrashes eram comentários bíblicos dos exegetas hebreus que buscavam aprofundar a compreensão do significado do texto em vista de aplicação para a vida, mas isso não diminuiu o valor do relato, visto que o uso do midrash era sempre tido como um acontecimento real*

⁶ *T Stramare, Il problema delle citazioni di adempimento in Matteo, in Bibbia e Oriente 18 (1976) 213-226*

ainda uma convivência concretizada, ou seja, não vivia sob o mesmo teto. Esses dois evangelistas explicitam a ação do Espírito Santo e a descendência davídica de Jesus. Mateus define José como “justo” (1,19), título aplicado nas Escrituras para aquele que acolhe o plano de Deus (Jó 1,13;17,9), aquele que cumpre fielmente a sua lei (Gn 7,1), aquele que é santo, piedoso, temeroso a Deus (Sb 15,31), aquele que pratica a virtude da justiça, que é observante da Lei⁷, ou como afirma Stramare, a justiça de José “consistia numa atitude reverente para com a vontade divina”. Mas o sentido de “justiça” de José se revela naquilo que ele pensava em fazer em relação à Maria depois de sua concepção, o que quer dizer que ele pensava abandonar Maria, grávida antes de conviverem, mas sem fazer isso publicamente, ou seja, sem tornar conhecido o fato de sua gravidez ou denunciá-la em sentido pejorativo. O seu projeto era tomar essa decisão de maneira escondida como de fato o evangelista relata que José “decidiu em segredo abandoná-la”⁸. Ora, tal atitude de José implica dizer que “ele se dispunha humildemente e em silêncio, esperar a decisão divina, ou como complementou Carrasco, que Mateus quis mostrar o “respeito” do carpinteiro de Nazaré por sua esposa”⁹.

Dessa maneira, a atitude de José em relação à gravidez de Maria não foi de suspeita, mas uma atitude de respeito, de

⁷ O evangelista Mateus (1,19) relata que José era um homem justo; palavra hebraica "Sadiq", da mesma raiz da qual deriva o termo "Sedeq", que na ética judaica designa justiça e caridade e que evoca a verdade. A palavra "Sadiq", portanto, indica “homem justo e devoto, ligado aos mandamentos de Deus”.

⁸ T Stramare, *Vangelo dei Misteri dela Vita Nascosta di Gesù (Matteo-Luca)*, 38

⁹ J.A.Carrasco, *San Giuseppe nel Mistero di Cristo e dela Chiesa. Appunti per uma teologia di San Giuseppe*, Centro de Investigación Josefinos, Valladolid, 1980, 47-48.

sagrado temor, pois ele conhecia o mistério operado em Maria e a sua dúvida foi por sentir-se pequeno diante do conhecimento de sua missão em relação ao menino Jesus, e por isso, por respeito, ele tinha a intenção de deixar sua esposa. Ele tem um temor reverencial a respeito da obra divina e acha que vai comprometê-la, e por isso ele é “justo” porque não ousa intrometer-se em um mistério que vai além da sua compreensão¹⁰.

Outro ponto a ser considerado no relato de Mateus (1,20-25) é o sonho de José, um instrumento da revelação de Deus. Basta lembrar os sonhos de José, filho de Jacó (Gn 37,5; 42,7), de Judas Macabeu (2Mac 15,11-16), de Salomão (1 Rs 3,15), de Daniel (Gn 10,5-8, Dn 1,17; 2, 18.28; 4,5-15). Para Mateus, o mensageiro de Deus se comunicou com José quatro vezes; ao anunciar a origem divina do filho de sua esposa (Mt 1,20-25), duas vezes por ocasião da fuga e volta do Egito (Mt 2, 13.19) e quando escolheu voltar para Nazaré (Mt 2,22). No relato de Mateus, José torna-se o protagonista que responde prontamente aos desígnios de Deus e desempenha a função no contexto da encarnação.

O evangelista Lucas deixou espaço para o protagonismo de Maria na cena do nascimento de Jesus, primeiro na Anunciação (Lc 1,26-38) e depois com a imposição do nome ao menino (Lc 2,21), enquanto que para José, o evangelista dá o realce à sua missão manifestada por ocasião do Recenciamento. De fato, para o evangelista, esse acontecimento demonstra que não obstante o menino ter sido concebido por obra do Espírito Santo, ele é verdadeiramente homem que pertence à casa de Davi por

¹⁰ M.L. Rigato, *I genitori di Gesù. Una rilettura di Matteo e Luca*, EDB, Bologna 2013, 100-104

meio de José (Lc 2,4). Também na Apresentação do menino no templo, o evangelista ressalta que José é o responsável pelo Jesus assim como também por suas observâncias religiosas. Além do mais, José é o pai que resgata Jesus (Lc 2,27), que está presente na perda e no encontro do menino no templo (Lc 2,41-45) e que Jesus era submisso a ele e a Maria (Lc 2,51).

Ainda outro ponto a ser levado em consideração nas referências dos evangelistas sobre José é que tanto Mateus (13,55) que Marcos (6,3), afirmam que ele era carpinteiro, fato esse que manifesta segundo a tradição judaica, que José devia transmitir a Jesus a sua profissão, como afirma o biblista J. Jeremias¹¹. Para os estudiosos, José era um *tekton*, ou seja, um operário que trabalhava com madeira, pedra ou metal, o que implicava que ele trabalhava como escultor, pedreiro, marceneiro, etc. Alguns chegam a afirmar que José era um pequeno empreendedor ou até possuía uma firma de construção e que por isso tinha um bom nível de vida¹². Os estudiosos mais modernos são do parecer que José era um pedreiro, tendo em vista que a Galileia no tempo de Jesus era agrária e a profissão de pedreiro não exigia um trabalho especializado.

Enfim, nessa breve visão sobre o posicionamento dos evangelhos a respeito da pessoa e missão de José, pode-se concluir que eles dizem muito pouco sobre o guarda do Redentor, apenas o mencionam como um elemento fundamental no mistério da encarnação de Jesus; como um

¹¹ J. Jeremias, *Jerusalém en tempo de Jesús. Estudio economico y social del mundo del Nuevo Testamento*, Madrid 1980, 19.

¹² G.W. Buchanan, *Jesus and the Upper Classes*, in *Novum Testamentum* 7 (1964) 195

testemunho, juntamente com sua esposa, da origem divina e humana de Jesus, concebido virginalmente por Maria por obra do Espírito Santo e descendente de Davi.

2 - Os Padres da Igreja e os teólogos

Os Padres da Igreja fizeram reflexões preciosas sobre São José, embora algumas tiveram um sabor de influência dos apócrifos. É evidente que as suas reflexões foram quase sempre em virtude do aprofundamento da pessoa de Cristo e conseqüentemente da presença de Maria como mãe de Cristo. Foram vários os Padres que discorreram sobre a pessoa e missão de São José, mas em virtude da brevidade da abordagem que pretendemos apresentar aqui, torna-se obrigatória, para quem quiser aprofundar sobre esse tema, a leitura do josefólogo Tracísio Stramare¹³.

Um dos Padres da Igreja, bastante conhecido, foi São Justino, morto no ano 165; este não fez menção a que José seja chamado “filho de Davi”, justamente para defender que Jesus é “filho de Davi” por meio de Maria, visto que Jesus não foi gerado com a participação de José. Justino tem, contudo, a convicção de que o temor de José no contexto de querer abandonar Maria era devido à consciência que ele tinha de que o filho que a sua esposa trazia no ventre era em virtude do Espírito Santo.

Outro Padre de referência foi Orígenes (183-225), o qual indicou as razões do matrimônio de José com Maria, pois para ele, Jesus devia nascer de uma virgem que fosse casada, sem que este a conhecesse (tivesse relações sexuais); ou seja, para que José fosse a causa do desconhecimento do mistério da

¹³ *San Giuseppe dai Padri della Chiesa agli Scrittori ecclesiastici fino a San Bernardo, Tarcisio Stramare, Editrice Domenicana Italiana, 2009*

virgindade de Maria ao diabo. Entretanto, em seu *“Comentário sobre Mateus”*, Orígenes realça o fato de que alguns se maravilhavam com a sabedoria de Jesus ignorando que ele fosse filho de Maria e considerando-o filho de José, e propõe a explicação deduzida dos apócrifos quando estes afirmam que os “irmãos de Jesus” eram frutos de um seu matrimônio precedente, justamente para salvar a virgindade de Maria.

Assim, Orígenes explica o fato da não paternidade física de José “Alguns afirmam que os irmãos de Jesus, são filhos que José teria tido com outra mulher, antes de se casar com Maria; estes foram levados a esta opinião pela tradição que se encontra no Evangelho atribuído a Pedro ou no livro de Tiago (Apócrifos). Aqueles que pretendem defender essa ideia são levados pelo desejo de preservar a dignidade de Maria, defendendo a sua virgindade perpétua, de maneira que aquele corpo escolhido para servir ao Verbo ao dizer que ‘o Espírito Santo descera sobre ti e a potência do Altíssimo te cobrirá com sua sombra’(Lc 1,35), não conheceu contato com homem depois que o Espírito Santo desceu sobre ela e que a potência do Altíssimo a sombreou¹⁴.

Também Eusébio de Cesareia (265-340) expressou a mesma posição de Orígenes ao afirmar a utilidade da presença de José no casamento com Maria para esconder a concepção sobrenatural de Jesus e também para salvaguardar a honra dela, evitando que ela fosse submetida às sanções da lei mosaica (Dt 22,23).

Basílio de Cesareia (330-379) muitos anos mais tarde, dará uma ideia mais avançada sobre o casamento de Maria com José afirmando que ele, como esposo de Maria, era o testemunho de sua virgindade tendo para com ela todo amor

¹⁴ *In Matthaeum, 10,17: PG 13, 875-878*

e afeto conjugal, abstendo-se, contudo, de ter relações sexuais com ela. Basílio irá considerar também este matrimônio como a primeira realidade humana assumida para ser purificada e santificada, e assim o mistério da encarnação realizado em Maria, virgem esposada por vontade de Deus, se reveste de um significado relevante para a instituição do matrimônio, o qual veio santificado. Para este Padre, José foi o testemunho da concepção virginal de Jesus, o testemunho da virgindade de sua esposa e o defensor de calúnias de sua infidelidade.

Já Gregório de Nissa (335-385) procurou dar uma resposta a respeito dos “irmãos” de Jesus baseando-se nos apócrifos ao afirmar que “A Deipara (Mãe de Deus) era chamada e denominada mãe de Josés e de Tiago, filhos do carpinteiro José; filhos nascidos de um matrimônio precedente e de uma mulher já morta. E quando os judeus contestavam ao Salvador dizendo: Não é este o filho do carpinteiro? Sua mãe não se chama Maria e seus irmãos Tiago, Joset, Judas e Simão?¹⁵, aquela que estava aos pés da cruz. Os outros evangelistas, olhando a situação familiar, com razão a chamam a mãe de Tiago e de Joses... estes eram de fato primos e os mais conhecidos dos filhos de José. A Escritura mostra claramente que, graças a esta opinião a respeito deles, Maria participava sem perigo da paixão do Salvador, porque se ela fosse conhecida pelo povo como virgem, teria sido morta pelos judeus invejosos...”¹⁶. Gregório de Nissa afirma ainda que José aceitou a decisão dos sacerdotes de que ele se cassasse com

¹⁵ *Joses, Judas e Simão? (Mc 6,3), João diz a verdade ao chamar de mãe de Jesus*

¹⁶ *Gregório de Nissa, In Christi resurrectionem, Oratio II: PG 46, 1138-1142*

ela, acolheu-a (jovenzinha) por esposa, sem que a união deles ultrapassasse os esponsais.

Epifânio de Salamina (315-403) defendeu a versão do apócrifo Protoevangelho de Tiago, segundo o qual “os irmãos de Jesus” eram filhos que José tinha tido de outro casamento, mas enfatizou que José, devido a lei que estabelecia que os viúvos e os celibatários das tribos deviam receber esposas entre as virgem consagradas no templo, recebeu em matrimônio a sacrossanta virgem Maria, da qual, segundo a carne, nasceu nosso Senhor Jesus Cristo por obra do Espírito Santo, não de sêmen humano e nem da união dos corpos”¹⁷.

Epifânio defende a validade do matrimônio de José e por meio desse, garante a virgindade de Maria, e justifica a presença dos “irmãos” de Jesus, considerando José muito idoso e respeitoso. José não era pai de Jesus por estar unido à Maria, mas porque era casado com ela, e, portanto, seu esposo. Maria o tinha esposado quando ele era velho, com a idade de oitenta anos, e já tinha tido anteriormente mulher e filhos.

Quase todos os Padres, entretanto, sustentaram a virgindade de José e por isso, negaram a hipótese de sua viuvez e defenderam que José era virgem antes de se casar com Maria.

Efrém Siro (306-373) ao fazer o seu comentário sobre o texto de Mateus (1,18-20), afirma pela primeira vez que Maria foi confiada a um homem casto e dessa maneira, ele sustentou a virgindade perpétua de José e de Maria antes do nascimento de Jesus, e a virgindade obrigatória e escolhida livremente por ambos, depois do nascimento de Jesus. Ele afirma: “José morou com ela na santidade... era uma

¹⁷ PG 43, 122-123

santidade necessária, conquanto a vontade deles cooperasse. Mas a santidade que conservaram depois do nascimento do Senhor era devido à própria liberdade deles”¹⁸.

Nilo de Ancira (+430) foi da mesma opinião sobre a castidade de José afirmando que é claro que José “soube prestar honra e respeito àquela que fora honrada por Deus e que virgem antes do parto, permaneceu virgem também depois do parto. Cristo Senhor, que abriu no parto o ventre imaculado de Maria, ele mesmo, da mesma maneira, depois do parto, selou milagrosamente este ventre com sua sabedoria e poder, sem que de maneira nenhuma viessem retirados os selos da virgindade. Que esta seja uma obra de Deus, qualquer pessoa normal reconhece. José se comportou respeitosamente diante do Senhor maravilhado por esse mistério admirável e maravilhoso; eis porque, em seguida, colocou-se na total disposição à Maria, que era sua mulher, mas sem ser ele como um pretendente seu marido, mas como um devoto e servo fidelíssimo de Deus...”¹⁹.

André de Creta (650-726) andar­á nesta mesma linha ao colocar na boca de Maria as palavras: “Não tenho experiência com homem, porque não experimentei José. Conheci um guarda não um homem...”²⁰.

Na homilia sobre Mateus do Pseudo Orígenes²¹ José é considerado como “justo na palavra, justo na ação, no cumprimento da lei... Não quis denunciar (Maria), não quis recebê-la, não quis difamá-la... Quis deixá-la ocultamente, pois era manso, piedoso e misericordioso”. Ainda nesta obra, José vem apresentado em atitude de dúvida quanto a receber sua esposa, enquanto ele imagina as palavras do anjo dirigidas

¹⁸ *Efrém Siro, Diatessaron, 2, 1-10: Sources Chrétiennes 121, 65-71*

¹⁹ *Nilo de Ancira, Epistolarum libri quattuor 1, 269-271: PG 79, 182*

²⁰ *André de Creta, Oratio 5 in Annuntiationem BMV: PG 97,907-909*

²¹ *Pseudo Orígenes, Homiliae 1. PL 95, 1164*

a ele convidando-o a recebê-la e a cuidar do menino, Filho de Deus, e de sua esposa, como um escolhido por Deus para o cumprimento de seu plano salvífico.

Eis o diálogo imaginativo de José: “Por que duvidas José? Tu és o ministro e não o autor dessa geração, o servo e não o patrão, o escravo e não o criador. Por isso, administras, guardas, cuidas, prestas atenção, seja do nascituro, seja daquela que o gera. De fato, ela é chamada tua mulher, foi dito que ela te foi dada como esposa, não contudo, mulher para ti, mas ela foi escolhida para ser a mãe do Unigênito de Deus... José, filho de Davi, não tanto segundo a carne, mas segundo o espírito... se de fato és o filho de Davi, justamente és também o herdeiro como filho do pai. Por isso recebas em herança as promessas fiéis que te foram feitas... Acolhe-as como um celeste tesouro que te foi confiado, como um honroso templo, como casa de Deus... Guardas, cuidas, fiques atento em fugir de Herodes... Não és tu a colocar o nome, nem a inventares o vocábulo, mas nomeias e chamas exultando Jesus, ou seja, o Salvador”²².

Outro Padre da Igreja, Pedro Crisólogo (380-430), defenderá que José foi escolhido para ser esposo “espiritual” de Maria a fim de defender a sua honra e assegurar a descendência davídica a Jesus. Assim, José não foi marido de Maria (no sentido de ter relacionamento com ela) porque isto se opõe à concepção divina de Jesus e à virgindade de Maria.

São Jerônimo (347-420) defenderá que os evangelistas chamam José de pai de Jesus e também a própria virgem Maria lhe dá esse denominativo: “Todos consideravam Jesus como filho de José; os evangelistas, exprimindo a opinião do

²² *Pseudo Orígenes, Homiliae 1. PL 95, 1164-1165*

povo, chamaram José de pai do Salvador... Maria o reconhece como pai. Isto não significa ... que José fosse realmente pai do Salvador, mas para garantir a honra da mãe, era necessário que ele fosse considerado por todos, o pai”²³.

Para Jerônimo, na questão dos “irmãos” de Jesus, não se pode dizer e nem chamá-los de filhos de Maria e nem de José. Comentando o texto de Mateus (12,49-50) “Eis minha mãe e meus irmãos”, faz a seguinte consideração: “alguns supõem que estes irmãos do Senhor sejam filhos de José, gerados com outra mulher, seguindo os delírios dos apócrifos... nós não vemos nestes irmãos do Senhor, filhos de José, mas simplesmente primos do Senhor... que os primos sejam denominados irmãos do Senhor, toda a Escritura demonstra”²⁴.

Será da mesma opinião a respeito da paternidade de José, Máximo de Torino (+ 420) ao defender que “A bem-aventurada virgem Maria, conservando intactos os sinais do seu ventre inviolável, deu à luz o Senhor também para aquele venerável esposo, (José).”²⁵

Sobre a necessidade do matrimônio de José com Maria, Efrém defenderá que o anjo determinou que José tomasse consigo Maria para não dar motivo de suspeita de eventuais caluniadores a respeito da pureza dela e também para proteger a sua vida desses eventuais caluniadores.

Na mesma linha, estará Hilário de Poitiers (310-367) que viu a presença de José na vida de Maria para testemunhar a concepção de Jesus por obra do Espírito Santo; portanto, José era esposo de Maria, mas não se uniu maritalmente a ela.

²³ *Jerônimo, Adversus Helvidium, De perpetua virginitate, 15, 16:PL 23,198-201.*

²⁴ *Comentaria in Evangelium Matthaei II, 12, 49-50: PL 26,84-85*

²⁵ *Massimo di Torino, Sermones 53: PL 57,639.*

Santo Ambrósio (+397) defendeu a necessidade desse matrimônio sobretudo para testemunhar a virgindade de Maria, ou seja, para que não fosse dito que Maria tivesse concebido em adultério. Ele deixa claro que a Escritura ensina que Maria era casada e que era virgem. Virgem para estabelecer com evidência a ausência de qualquer contato com homem; casada para evitar o desprezo infame de uma virgindade profanada naquela em que a gravidez teria demonstrado com evidência um mal comportamento. “O senhor preferiu que alguns duvidassem de sua origem virginal do que de sua pureza de mãe. Ele não quis, para estabelecer a certeza de sua concepção virginal, expor sua mãe à ofensa de uma calúnia. A virgindade da santa Mãe permaneceu dessa maneira, íntegra na sua pureza e inviolável na opinião do povo...”²⁶.

São Jerônimo defenderá a importância deste matrimônio no desígnio de Deus afirmando: “Se alguém estivesse preocupado pelo fato de que a Virgem tenha concebido casada; não sem esposo, ou como o denomina a Escritura, marido, saiba que existem três motivos. O primeiro é de que por meio da genealogia de José, da qual Maria era também parente, fosse mostrada a sua origem. Segundo, a fim de que, conforme a lei de Moisés, não fosse lapidada como adúltera. Terceiro, a fim de que, ao fugir para o Egito, tivesse a ajuda mais de um protetor que de um esposo”²⁷.

Agostinho defende que “José é chamado marido de Maria, tendo-a como esposa na continência, não pela união sexual, mas pelo afeto; não pela união dos corpos, mas pela união mais importante, das almas. Ele não se uniu à Maria com o

²⁶ Ambrósio, *Espositio Evangelii secundum Lucam 2, 1-3: PL 15, 1552-3*

²⁷ Jerônimo, *Adversus Helvidium, De perpetua virginitate 4: PL 23, 187*

corpo, mas a ela estava estreitamente unido, com o consentimento”²⁸.

Sofrônio também defendeu a virgindade de Maria afirmando que “José teve apenas o nome e não a realidade de esposo, visto que não se tornou o gerador da prole, mas o fiel e piedoso ministro do filho (de Maria)”²⁹

Já João Damasceno (700-760) defenderá que José era justo e descendente de Davi e que seu casamento com Maria foi necessário para que fosse o seu defensor; entretanto ele apresenta José como aquele que não conhecia a divina maternidade de Maria, mas tinha compreendido a santidade dela; diz ele: “Hoje o Verbo de Deus, criador de todas as coisas... se fez um novo livro, escrito com a língua de Deus por meio da pena do Espírito, o qual foi entregue a um homem que sabia ler, mas não o leu, porque José não conheceu Maria e nem a força do seu mistério”³⁰

Os Padres sustentaram que a paternidade de José é verdadeira e singular, e, portanto, ligada ao mistério da encarnação por meio do liame matrimonial com Maria. Por isso, Agostinho compendiará a verdade do matrimônio de José com Maria e a sua paternidade no axioma: “Pelo motivo deste fiel matrimônio, ambos merecem ser chamados pais de Cristo, não apenas ela, a mãe, mas também ele, seu pai, da mesma maneira que era esposa sua mãe, ele é pai e esposo por meio da mente e não da carne”³¹.

Portanto, José é verdadeiro esposo de Maria sem a união carnal, mas em virtude da união conjugal; ele é pai, não por meio da carne, mas por meio da caridade. Jesus é “filho do homem segundo o tempo, nascido da Virgem sem o sêmen

²⁸ *Agostino di Ippona, Contra Epistola Manichaei* 6, 6 :PL 39, 1507

²⁹ *Sofronio, Homilia* 2,34. PG 87.3 3262.

³⁰ *João Damasceno, Homilia in Nativitatem BV Mariae* 7: PG 96, 672 A

³¹ *Agostinho de Hipona, De nuptiis et concupiscentia* 1, 11, 12: PL 44,421

marital, todavia, considerando ambos como pais. De onde provamos? Disse Maria ‘teu pai e eu angustiados te procurávamos’. Jesus não faz referência ao Pai Deus a ponto de negar o pai José. Onde encontramos isso? ‘Ele desceu com eles a Nazaré e era-lhes submisso’. Não diz: Era submisso à mãe’, ou ‘era submisso a ela; mas era, disse, submisso a eles’. A quem era submisso? Ambos eram pais, aqueles aos quais era submisso com aquela condescendência com a qual era filho do homem”³².

Dessa maneira, para Agostinho, a paternidade de José vai além da paternidade adotiva, contudo, para ele, não corresponde à verdade dizer que José adotou Jesus, pois nem José é pai adotivo e nem Jesus foi adotado, pois a paternidade não é somente aquela física “porque compreendemos que é marido de Maria pela própria união conjugal, sem a união da carne e que por esse motivo é também pai de Cristo muito mais intimamente, sendo nascido de sua esposa do que fosse adotado de fora”³³

Na mesma linha de raciocínio estará também Beda, ao confirmar as palavras do evangelista Lucas: “Ele chama José, pai do Salvador, não porque fosse verdadeiramente seu pai, mas porque era tido por todos, pai, para conservar a reputação de Maria. O evangelista, de fato, não se esqueceu de que ela tinha concebido por obra do Espírito Santo e tinha dado à luz, virgem, mas exprimindo a opinião do povo... chama José, pai de Cristo... José não contribuiu em nada para a geração, exceto com o serviço e com o amor; por motivo deste fiel serviço, o evangelista e a própria Maria os chamam pai... e abertamente fazem entender, tanto para eles como

³² *Agostinho de Hipona, De nuptiis et concupiscentia 51, 16, 26: PL 38, 348*

³³ *Agostinho de Hipona, De consensu evangelistarum, 2, 1,3; pl 34, 1071*

para nós, quem é o seu verdadeiro Pai... Jesus se submetia ao pai putativo, se submetia a Deus, verdadeiro pai”³⁴.

Um aspecto no exercício da paternidade de José não esquecido pelos Padres, foi o de educador de Jesus. Um destes foi Irineu de Lião (+202) que assim escreveu a esse respeito: “Tomou consigo Maria e por tudo o que diz respeito à educação de Cristo realizou o seu serviço com alegria, realizando a viagem para o Egito e aquela de volta à residência em Nazaré. Por isso, aqueles que ignoravam as Escrituras, a promessa de Deus e o plano divino sobre Cristo, o chamavam pai do menino”³⁵.

A profissão de José foi ressaltada pelos Padres da Igreja como exprimiu Eusébio de Cesárea:” Utilmente estava escondido das pessoas a concepção de Jesus por obra do Espírito Santo. E José foi assumido na função de pai, de maneira a ser colocado merecidamente na genealogia como pai do menino... É utilmente que ele era considerado filho do carpinteiro...”³⁶

Também Basílio de Cesareia atesta que Jesus “não foi considerado filho de qualquer rico, mas do carpinteiro”³⁷ Da mesma maneira, João Damasceno afirmou: “Hoje, o filho do artesão, artífice de todas as coisas, Palavra daquele que por seu meio criou todas as coisas, o braço forte do Deus Altíssimo... tornou-se uma escada, cuja base está sobre a terra e o vértice chega ao céu”³⁸.

Outras virtudes não esquecidas pelos Padres e atribuídas enfaticamente a José foram que ele era modelo de marido

³⁴ *Beda o Venerável, in Lucam 1,2: PL 92, 345-350*

³⁵ *Irineu de Lião, Adversus haereses, 3,33,4: PG 7,1045-1048*

³⁶ *Eusébio de Cesarea, Questiones Evangelicae ad Stephanum, 1,6: PG 22,887.*

³⁷ *Basilio di Cesarea, Regulae brevius tractatae 262: PG 31, 1259.*

³⁸ *Giovanni Damasceno, Homilia 1 in Nativitatem BV Mariae 3: PG 96, 665A*

perfeito para Maria, assim como modelo das virtudes da justiça, da fé, da obediência, da sabedoria, da benevolência, da moderação...

Pedro Crisólogo dirá: “a esposa é mãe; porque José é esposo... foi necessário uma mulher casada para o nascimento de Cristo... foi providenciado um esposo, foi providenciado um casamento para esconder o milagre, para selar o sinal, para esconder a parte da Virgem, para evitar o delito, para frustrar dessa maneira as insídias do demônio. Também se destinado à morte, se (Jesus) tivesse sido morto no ventre, a morte prematura teria roubado aquele que tinha vindo para a nossa salvação”³⁹.

Portanto, para esses estudiosos, havia a necessidade do casamento de José com Maria e várias são as razões para este, tais como para que Jesus tivesse a descendência davídica; para que esse nascimento milagroso indicasse a divindade de Jesus; para preservar Maria da infâmia da impureza; para que Maria não fosse lapidada como adúltera; para que José fosse o testemunho mais seguro de integridade de Maria; para que fosse o defensor de Jesus; para que defendesse Maria a fim de que ela tivesse um protetor, etc.

Aproximadamente quatro séculos depois de Basílio, apareceu Andrea de Creta (+ 740) o qual ensinou que a genealogia de José feita pelos evangelistas foi necessária para que o menino não fosse considerado sem pai, e ressaltou a necessidade do matrimônio de José com Maria para manter escondido do demônio o milagre do nascimento de Jesus do ventre de Maria.

A consideração fundamental que é preciso fazer a respeito do desenvolvimento da Teologia Josefina deve se situar

³⁹ *Pedro Crisólogo, Sermo 146: PL 52, 593-594*

particularmente dos Padres da Igreja a partir da idade Média⁴⁰ em que as informações sobre São José aumentaram porque foram enriquecidas com o progresso da reflexão teológica e ele passou a ser sempre mais objeto de especulação intelectual com Tratados e abordagens bíblico-patrística da sua pessoa, missão, matrimônio e de sua paternidade que receberam definições em sentido tipológico individuando nele o escolhido por Deus e o modelo a ser imitado ao lado de sua esposa Maria. Ancorados pelas reflexões teológicas dos Padres, uma galeria de teólogos partiu depois deles para modelarem uma Josefologia tirando conseqüentemente o guarda do Redentor da sombra e colocando-o no seu devido lugar dentro do plano de salvação e ao lado de Maria sua esposa⁴¹.

Lembremos nesta abordagem a colocação do abade Rabano Mauro (784-856) na interpretação do texto de Gênesis 3 em que faz uma contraposição entre a serpente e José; a serpente, protagonista da iniquidade, e José, do mistério da salvação: “A desgraça do mundo aconteceu por meio de quatro agentes: pela mulher, pelo homem, pela cruz e pela serpente e o (mundo) foi restaurado por meio de outros quatro: por Maria, por Cristo, pela cruz e por José”⁴².

A partir do século XI, a atenção sobre a pessoa de José entrará nos Tratados espirituais da teologia monástica caracterizada com coloração de uma linguagem afetiva e

⁴⁰ *A idade Média começou com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e se encerrou com a tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos turcos-otomanos, em 1453. Nesse tempo viveram influentes filósofos, como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino.*

⁴¹ *São inumeráveis as contribuições de teólogos, escritores e devotos de São José que proporcionaram profundos estudos e reflexões e que vieram a constituir na Josefologia que hoje sustenta toda a abordagem do conhecimento de São José.*

⁴² *Rabano Mauro, Homilia 163: PL 110,466*

devocional e a sua santidade virá sempre mais realçada a ponto de se ter a tendência de eliminar qualquer elemento negativo de sua vida interior, como por exemplo, a inclinação de se abandonar sempre mais na ideia que ele suspeitou de Maria⁴³.

O beneditino Cristiano Druthmar, do século IX, ao comentar o Evangelho de Mateus, sustentará que a decisão de José de abandonar Maria em segredo foi motivada especialmente pelo seu sentir-se indigno diante da santidade dela. Assim ele comenta: “De fato, José sabia bem que a vida de Maria era totalmente santa, mas se considerava muito indigno de viver ao seu lado, como São Pedro que, à vista da pesca milagrosa, exclamou: ‘Afasta-te de mim Senhor, porque eu sou um pecador’, ou ainda como o centurião, que enviando mensageiros ao Senhor, dizia: ‘Eu não sou digno que venhas a mim, e não sou digno eu mesmo de vir a encontrarte’. Era este o estado de ânimo de José que dizia para si mesmo: ‘Afastarei Maria de mim, porque eu constato que um grande mistério se realizou nela’. Ele não se julgava digno de viver em sua companhia... Pela encarnação de nosso Senhor, Deus predispôs homens perfeitos e não se preocupou em fazê-los através dos ricos, que geralmente são cheios de vícios, mas por meio de pobres cheios de virtudes perfeitas. Por isso, este (José) foi o único tido como digno de se tornar aquele que nutre Deus e guarda a sua mãe; era digno que aquele que tinha em seu poder todos os homens fizesse que se aproximasse de si os mais santos e perfeitos”⁴⁴

O abade cisterciense Bernardo de Claraval (1090-1153) será outro grande promotor de São José considerando-o no

⁴³ *Patricia Innocenza Miceli, I Modelli di Giosefologia nella storia dela Teologia Cristiana, Tau Editrice, 2015, Todi(PG), p. 83*

⁴⁴ *Cristiano Druthmar, Comentarium in Matthaicum V: PL 106, 1275,1277-12787.*

mistério da encarnação como testemunha e como guarda da virgindade de Maria. Em uma de suas homilias assim se expressou: “Não resta dúvida de que este José, esposo da Mãe do Senhor, foi um homem bom e fiel, digo, e prudente, que o Senhor constituiu conforto de sua mãe, nutrício de sua carne, único fidelíssimo cooperador sobre a terra do seu grande desígnio”⁴⁵.

Claraval prossegue afirmando que José, julgando-se ser pecador e indigno de conviver com Maria, dizia a si mesmo “Ela é tão perfeita e tão grande que eu não mereço que ela me conceda de compartilhar a sua intimidade; a sua admirável dignidade me espaventa’. Ele percebe com um religioso temor que ela tinha consigo um sinal muito claro de uma divina presença e, visto que não podia penetrar o mistério, queria abandoná-la... Um temor bem natural toma posse de José, como homem, diante da novidade deste milagre extraordinário, diante da profundidade do mistério... Por que ele quis deixá-la em segredo e não abertamente? Para evitar qualquer especulação a respeito do divórcio e evitar a obrigação de dar explicação... José, homem justo, para não ser obrigado a mentir ou a expor à difamação um inocente, quis deixá-la em segredo”⁴⁶.

Pedro Lombardo (+ 1160) defendeu que o matrimônio de José e Maria foi válido somente em relação à união espiritual ou de substância (ele distingue o matrimônio com a união espiritual e o matrimônio com a união corporal) e enfatiza que a ausência da união sexual no matrimônio, torna imperfeita essa união⁴⁷.

⁴⁵ Bernardo de Claraval, *Homiliae Super Missus est 2: PL 183,69*

⁴⁶ Bernardo de Claraval, *Homiliae Super Missus est 2: PL 183,67-69*

⁴⁷ Pedro Lombardo, *Libri IV Sententiarum, d.26, c.6 ediz. Quaracchi, Firenze 1916, II, 914-915*

Tomás de Aquino (1225-1274), ao se posicionar sobre o matrimônio de José e Maria, afirmou a existência de um voto condicionado de virgindade entre eles, ou seja, tinham o desejo de se manterem castos perpetuamente, mas submetendo-se à vontade de Deus. Tomás segue o raciocínio de Agostinho e declara que o matrimônio de José e Maria foi perfeito porque nele estava contemplada a prole, a fidelidade e o sacramento⁴⁸.

Para Tomás, o voto de castidade de Maria e José não impediu a validade do matrimônio e que inclusive foi conveniente que a virgindade de Maria fosse consagrada a Deus com o voto. Ele defende que o consentimento ao matrimônio depois do voto de virgindade seria condenável visto que com tal consentimento seria autorizado o que não seria lícito⁴⁹.

Por isso, Tomás defendeu que o voto de Maria no início foi simples, privado e condicionado e somente depois de se casar com José e juntamente com ele, e antes do anúncio do anjo, Maria emitiu o voto de maneira absoluta. Seu voto dependeu, portanto, de José. Nesse sentido, ele defende que um homem ou uma mulher não podem emitir voto contra o direito conjugal sem o mútuo consentimento, e por isso Maria emitiu o voto de castidade de maneira absoluta depois de ter se casado com José e quando era segura de não lesar o direito dele; “A Beata Virgem, antes de contrair o matrimônio com José, foi assegurada divinamente que ele tinha a mesma intenção e, por isso, não se expos ao perigo ao esposá-lo”⁵⁰.

Prosseguindo em seu raciocínio, Tomás argumenta que “o matrimônio na consiste essencialmente não união sexual, mas

⁴⁸ Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, III, q.29, a.2.

⁴⁹ Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, II-II.q.88, a.6

⁵⁰ Tomás de Aquino, *Comentário ao IV libro das sentenças*, d. 30, q.2, a.1, q1a 3, sol.2

na união do marido e da mulher em ordem ao ato sexual e a todos os outros compromissos que derivam de ambos, enquanto que vem conferido a eles o domínio recíproco a respeito daquele ato. Ora, esta união vem denominada união conjugal. Por isso, tem razão quem diz que consentir ao matrimônio é consentir à união sexual de maneira não explícita, mas implícita”⁵¹.

No raciocínio de Tomás, a essência do matrimônio é a união ordenada a um bem determinado, ou seja, à geração, à educação da prole e à vida doméstica, mas Maria, segundo ele, esteve por “familiar instinto do Espírito Santo, confiante que com a divina ajuda jamais teria a união sexual, embora deixando isso para a vontade de Deus”. Evidentemente na reflexão de Tomás, entre José e Maria houve uma perfeita afinidade espiritual, visto que o matrimônio deles estava predisposto no desígnio de Deus; “Sem dúvida, se pode acreditar que não apenas Maria, mas também José estabeleceu por sua própria conta de conservar a virgindade, se Deus não tivesse disposto diferentemente, e que eles consentiriam à sociedade conjugal depois de ter conhecido, por revelação do Espírito Santo, o propósito recíproco de conservar a virgindade, ao menos que Deus tivesse inspirado diversamente... e por isso, Maria não teria consentido a sociedade conjugal, se não tivesse tido o familiar conselho de Deus”⁵². Por isso, Maria, depois do casamento com José, por sua vontade, juntamente com ele, emitiu o voto de virgindade⁵³.

⁵¹ Tomás de Aquino, *Suplemento*, q.48, a.1 in c

⁵² Tomás de Aquino, *Comentário ao IV libro das sentenças*, d. 30, Introdução

⁵³ Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, III q.29, a1

Em relação ao conceito de paternidade Tomás afirma que “A prole não é tida como bem do matrimônio apenas enquanto gerada por meio dele, mas enquanto é acolhida e educada nele. Nem o filho nascido de adultério e nem o filho educado no matrimônio são bens do matrimônio, porque o matrimônio não é destinado para a educação deles, como foi invés, destinado especialmente este matrimônio (de Maria e José) para acolher em si mesmo aquela prole e educá-la”⁵⁴.

O matrimônio consiste na “indivisível união das almas” e na geração e educação da prole: “A geração se obtém com a união sexual, a educação com as diferentes atividades do marido e da mulher, com as quais se ajudam reciprocamente para manter a prole; excluindo a geração da prole porque o matrimônio de Maria e José não foi consumado, permanece, entretanto, a educação da prole.

Boaventura de Bagnoregio (1227-1274) deu uma tônica diferente em sua Josefologia ao insistir particularmente na pobreza de José dizendo: “Cristo, que veio ao mundo ... para confundir e humilhar a soberba, não quis ser chamado filho de um rei, mas... filho de um carpinteiro”⁵⁵.

Os três Bernardinos, pregadores italianos da Ordem dos frades menores: Bernardino de Sena, Bernardino de Feltre e Bernardino de Bustis, contribuíram com a reflexão Josefológica particularmente com os seus sermões. Bernardino de Sena (1380- 1444), em um de seus Sermões, defendeu a predestinação divina da qual se deduz todos os dons e graças que contribuíram para elevar a pessoa de José, os quais foram necessários para o cumprimento de sua missão relacionada com o mistério do Verbo encarnado e disto se

⁵⁴ Tomás de Aquino, *Comentário ao IV libro das sentenças*, d. 30,q.2,a.2 ad 4

⁵⁵ Boaventura de Bagnoregio, *opera theologica selecta, IV Liber Sententiarum*, 695, d. 30, q. 3

deduz toda a dignidade e a missão de José. Os pilares de sua dignidade foram o seu matrimônio com Maria e a sua paternidade; uma paternidade espiritual, ligada a um matrimônio também espiritual, e destas duas dignidades derivam, para José, as graças sobrenaturais da virgindade, da familiaridade com Jesus e de seu lugar especial na Igreja. Por fim, ele afirmou a ressurreição e assunção em corpo e alma de José à glória, sustentando que tal privilégio ele o recebeu de Cristo para completar a sua semelhança com Maria e a sua associação com Cristo e Maria na terra, e por isso ele apresentou a sua morte como um glorioso Trânsito.

Bernardino de Feltre (1439-1494) reforçou a dignidade de José afirmando que esta não é inferior a dos anjos e santos do Antigo Testamento, pois esta tem o seu fundamento na sua eleição por Deus para ser esposo de Maria e para nutrir e cuidar do Filho de Deus⁵⁶. A sua companhia e familiaridade com Maria e Jesus, a sua fonte de graças e de consolações espirituais encontram o cume em seu venturoso Trânsito. O fundamento de sua realeza é a autoridade que exercitou sobre Jesus e Maria.

Bernardino de Bustis (1450-1513), também pregador franciscano, reafirmou que José e Maria fizeram o voto de castidade condicionado antes do matrimônio e o consentimento explícito da união conjugal, mas implícito e condicionado à união sexual⁵⁷. Maria foi submissa a José como fiel esposa, e a sua paternidade sobre Jesus, decorrente do seu matrimônio com Maria, realizou-se no fato de que ele o educou e o nutriu como verdadeiro pai manifestando seu amor paterno. Além do mais, ele ensinava que a encarnação

⁵⁶ *Sermoni del Bernardino Tomitano da Feltre, a cura di C. Varischi da Milano, Milano 1964, 394-395.*

⁵⁷ *Bernardino da Busti, Mariale, f. 152 rb-va, Lyon 1511 in J - C. Vives, Summa Josephina, Roma 1907,172*

ocorreu como o “consentimento interpretativo” de José, o qual sendo justo, desejou o pleno cumprimento da vontade divina⁵⁸.

Dentre outras afirmações de Bernardino de Bustis sobre José, estão as que ele era jovem para poder realizar sua função de protetor e nutrício do menino e para defender a reputação de Maria. José é o mais nobre e digno filho dos filhos de Adão e entre ele e Maria se estabeleceu uma profunda comunhão de bens espirituais. Além disso, o nosso exímio pregador defendeu que José viveu a virgindade perpétua e que a fonte de sua santidade, os seus dons espirituais e o seu glorioso Trânsito têm fundamento na sua comunhão de vida com seu filho e com sua esposa. Por fim, no céu, ele ocupa um lugar de honra aos pés de Maria e é honrado por todos os anjos e santos.

Outro referencial na Josefologia foi Jean de Charlier (1363-1429), conhecido com o nome de Gerson devido ao lugar de seu nascimento na França. Chanceler da Universidade de Paris e teólogo, Gerson promoveu o conhecimento de José por meio de sermões como o pronunciado no dia 8 de setembro 1446, denominado *Iacob autem genuit Joseph*, com o qual defendeu a origem nobre de José, a sua santificação no seio materno, a sua isenção da concupiscência, a sua ressurreição e assunção ao céu e o seu relacionamento com o Filho de Deus. Num outro sermão denominado *Suscepimus* de 2 de fevereiro de 1448, ele fez considerações sobre o mistério da Apresentação de Jesus no templo.

Gerson desenvolveu também a Teologia de São José com dois tratados: “*Le Considerations sur santi Joseph*”, escrito no ano de 1413 e “*Le Autres considération sur saint Joseph*”

⁵⁸ Bernardino da Busti, *Mariale*, f. 155vb: *Summa Josephina*, Roma 1907, 172

escrito em 1414. Além disso, escreveu o famoso poema “*Josephina*”, seu escrito mais importante sobre José; basta dizer que é composto de 2957 versos repartidos em doze livros com os quais descreve a história da Sagrada Família a qual é denominada por ele de “*Trindade terrestre*”, formada por Jesus, Maria e José, em paralelo com a “*Trindade celeste*”, formada pelo Pai, Filho e Espírito Santo.

Devido à presença de algumas festas dedicadas a São José, já atestadas desde o século VIII e difundidas em dioceses e nas ordens religiosas, Gerson dará, em seu tempo, uma contribuição importante para o desenvolvimento da devoção Josefina, formulando um pedido aos Padres reunidos no Concílio de Costanza, no dia 8 de setembro de 1416, para que fosse instituída oficialmente a festa de São José para obter a unidade da Igreja; este pedido ele o formulou aos Padres mediante o seu “*Sermo de nativitate gloriosae Virginis Mariae et de commendatione virginei sponsi eius Joseph*”⁵⁹. Pedirá em outra ocasião, mediante três cartas mencionando a razão para se instituir a festa sobre os “Esponsais de José e Maria”; nessas ele expôs os sólidos fundamentos da doutrina sobre a família de Nazaré.

Os Padres da Igreja deram uma grande contribuição ao desenvolvimento da Teologia Josefina e com esse embasamento, foi possível que muitos teólogos passassem a tecer suas considerações teológicas com certa exclusividade para São José e a partir daí, surgiram verdadeiros estudos sobre São José e centenas de livros tratando esse personagem no mistério de Cristo e da Igreja. Um desses teólogos de São

⁵⁹ J. Gerson, *Lettera Ecclesiis universis*, 17 agosto 1413: *Oeuvres completes*, n. 405, IV, 732-736. *Lettera A Sainte Eglise, ung sien fils, acroissement, de dévotion à saint Joseph et Notre Dame et au benoïst enfant Jésus*, 26 setembro 1413; *Oeuvres completes*, n. 296, VII, 11-15. *Lettera*, 23 novembro 1413: *Oeuvres completes*, n. 33, II, 155-157

José foi o dominicano Isidoro Isolani (+1528) que, no ano de 1522 ofereceu um pensamento sistemático sobre o guarda do Redentor com sua obra (cujo conteúdo doutrinal é um dos mais completos sobre São José) “*Summa de donis sancti Joseph*”. Assim como Gerson tinha pedido aos Padres do Concílio para que celebrassem na Igreja a festa de São José, também Isolani pediu ao Papa Adriano, a quem dedicou a sua obra, que exaltasse o esposo de Maria em vista dos males que afligiam a Itália naquele tempo.

No rastro de Isolani, surgiu em seguida o franciscano Bernardino de Laredo (+1540) que escreveu em 1535 sua obra denominada “*Josephina*”, na qual afirmou que Deus acendeu no coração de José e de Maria o fogo do amor que jamais seria extinto, e que Maria não amou nenhuma outra pessoa a não ser José, visto que ele foi escolhido pela sabedoria eterna para que amasse, acompanhasse e servisse a santíssima mãe do Verbo divino. Este grande devoto josefino defendeu que José foi santificado no seio materno; foi sempre virgem e mais que todos os santos, ele gozou da humanidade de Cristo.

Defendeu também que José nunca caiu em pecado mortal e que, com sua força e trabalho, alimentou a humanidade sagrada de Cristo e que José foi o primeiro, depois de Maria, que viu o nascimento de Cristo, que testemunhou o drama da real circuncisão, que se afligiu juntamente com Maria quando da perda do menino no templo.

Será neste mesmo clima do despertar dos aprofundamentos josefinos que virá Pedro de Morales (1538-1614), o qual dará também uma preciosa contribuição para exaltar as grandezas de José com seu escrito “*Comentário ao primeiro capítulo do Evangelho de Mateus*”, o qual será dedicado ao *dulcíssimo e virginal esposo José*. Nesta obra, ele fez considerações sobre o matrimônio de José com Maria e o voto de virgindade dele antes de casar-se com a virgem de

Nazaré; ressaltou a sua grande dignidade de pai de Jesus e de esposo de Maria e a sua santificação no seio materno; considerou a sua paternidade espiritual sobre todos os homens, as suas virtudes, dores e alegrias; defendeu a sua justiça, obediência e a ressurreição.

Morales não deixou também de fazer afirmações sobre um São José “jovem” para poder ser o chefe da família, proteger Maria e ter forças para enfrentar as dificuldades e os trabalhos. Defendeu ainda que José morreu depois do batismo de Jesus e antes das bodas de Caná, visto que se ele tivesse morrido depois da paixão de Jesus, não se explicaria porque Maria foi confiada aos cuidados de João.

Defendeu ainda a virgindade perpétua de José e o seu martírio, pois assim como uma espada transpassou o coração de Maria, também o seu coração foi transpassado pela dor. Ensinou a sua função de intercessor universal de José e que ele é modelo para muitos cristãos, seja para os pregadores, porque ele próprio teria convertido muitas pessoas; dos religiosos de vida ativa e contemplativa, dos esposos e de outras formas de vida de fé. Por fim, fez uma interessante reflexão colocando a analogia entre a “Trindade eterna” (Pai, Filho e Espírito Santo) com a “Trindade terrena” (Jesus, Maria e José).

Na linha dos pensadores franciscanos encontramos Bernardino de Feltre (1439-1494) que continuará defendendo a dignidade de São José a qual, para ele, não foi inferior a dos anjos e nem a dos justos do Antigo Testamento e defendeu que o fundamento teológico da dignidade de José está na sua eleição por Deus para ser o esposo de Maria e para nutrir e governar o Filho de Deus. Ressaltou que a fonte de toda graça e das consolações espirituais de José, e que encontrou o seu cume no seu Trânsito, foi a sua companhia e a sua familiaridade com Jesus e Maria. Defendeu que o maior

atributo de José foi sua realeza a qual se estende por todo o mundo, e é maior do que a de José do Egito, pois José de Nazaré conservou o grão que alimenta o Universo, e o fundamento desta sua realeza é a autoridade que ele exerceu sobre Jesus e Maria e que a sua potestade de esposo e de pai continua no céu⁶⁰.

O carmelitano descalço espanhol Jerônimo Gracián (1545-1614) expôs a sua doutrina sobre São José em sua obra *“Sumario de las excelências del glorioso San Joseph, esposo de la Virgen María”* em que confessou que teve São José como seu advogado durante toda a sua vida. Esse carmelita faz suas considerações sobre os privilégios de José, esposo, pai, justo e outros seus predicados como a dimensão espiritual do seu amor conjugal e defendeu que se o matrimônio cristão é símbolo da mútua união indivisível de Cristo com a Igreja, nenhum outro matrimônio como o de José e Maria representa melhor esse matrimônio, por ser este virginal.

Também teceu considerações sobre o relacionamento de José com Jesus afirmando: “Tenho muita certeza de que se se pusesse em uma balança todo o amor que todos os pais tiveram por seus filhos e em outra somente o amor de José por Jesus, se chegaria ser maior o amor de José”⁶¹.

Sobre a santidade de José, Gracián elencou uma série de virtudes, mas em particular, realçou a virtude da justiça confrontando-a com a justiça dos patriarcas, dos profetas, dos apóstolos, dos mártires e também dos anjos. Afirmou que em José se somam todas as perfeições dos antigos pais, tais como a fé de Abraão, a confiança de Isac, a caridade de Jacó, a

⁶⁰ *De Sti. Bernardini Senensis operibus ratio criticae, a cura di D. Pacetti, Quaracchi 1947,401.*

⁶¹ *Obras del P. Maestro Gerónimo Gracián de la Madre de Dios, in Biblioteca Mística carmelitana, XV-XII, Burgos,1993, pg 403*

castidade de José, a mansidão de Moisés, a fortaleza de Gedeão, o espírito de Elias, a devoção de Davi. José é também o “varão angélico” que “em virtudes se iguala com os anjos e em missão e ministério os supera”⁶². Sobre a santidade de José, afirmou que esta estava predestinada por Deus que o purificou desde o seio materno, pois “José foi purificado e limpo no ventre de sua mãe e não pecou mortalmente”⁶³.

Outro grande colaborador na reflexão Josefológica foi o jesuíta Francisco Suárez (1548-1617) o qual retomou e sistematizou todo o material produzido anteriormente na reflexão e colocou como primeiro princípio de sua reflexão Josefológica o fato de ser José o esposo da Mãe de Deus⁶⁴, e mesmo não sendo José o pai carnal de Jesus, nele se encontram todo o afeto, a solícitude e a autoridade de pai. Em virtude de sua função na encarnação de Jesus, para a qual foi preciso do seu consentimento, José tem uma imensa dignidade que o faz membro da ordem hipostática, assim como Maria.

Suárez esclareceu que não é a pessoa de José que pertence à ordem hipostática, mas o seu ministério. Em relação a sua santidade, Suárez explicita que José possui uma santidade absoluta, a qual é determinada pelo ministério especialíssimo que Deus lhe deu, pelo qual antes do seu casamento com Maria ele era “homem justo”, e depois do casamento e do nascimento de Jesus, a sua santidade aumentou consideravelmente devido a sua vida vivida em comum com Jesus.

Realça ainda que José é modelo de santidade seja para a vida contemplativa ou para a vida ativa e tem como certo que

⁶² *Ibidem*,pg 438

⁶³ *Ibidem*,pg 493

⁶⁴ Suárez, *Misterios de la vida de Cristo: Obras de Francisco Suárez*, d.VIII,s.I,130-131, *Disputas 1-32*, 261

o seu ministério de pai de Jesus é superior àquele dos apóstolos, por isso afirma: "Tenho por mim que o ministério dos Apóstolos é o mais excelente de todos os ministérios instituídos por Jesus Cristo na sua Igreja. Todavia, acredito que se possa legitimamente afirmar a probabilidade que o ministério ou a missão de São José seja mais perfeita, porque, na verdade, ele pertence a uma ordem mais elevada. De fato, existem ministérios que pertencem somente à ordem da graça e nesta ordem, os Apóstolos ocupam o primeiro lugar. Sem dúvida, em função disso, eles devem ter recebido mais graça e, sobretudo mais carismas. Mas existem outros ministérios ordenados à ordem da união hipostática, a qual pela sua natureza é mais perfeita que a ordem da graça. Quero dizer que nesta ordem se coloca o ministério de São José, se bem que em último grau. Consequentemente, este ministério ultrapassa todos os demais que pertencem à ordem da graça, porque é de uma ordem superior... O ministério de São José não pertence ao Novo Testamento, tanto menos, ao Antigo, mas ao autor de um e do outro, a pedra angular, Jesus Cristo, que une ambos"⁶⁵. Por fim, Suárez defendeu que São José reina com Cristo na glória em corpo e alma.

No intento de recolhermos os mais importantes pensadores sobre São José, temos que também levar em consideração Juan de Cartagena, franciscano espanhol que refletiu sobre o nosso santo em suas homilias católicas, publicadas em 1608 com dezenove livros⁶⁶.

⁶⁵ P. E Charbonneau, *Saint Joseph appartient-il à l'ordre de l'union hypostatique? Centre de Recherche Oratoire de Saint-Joseph et Faculté de Théologie, Montreal, 1961, 88*

⁶⁶ Juan de Cartagena, *Homiliae Catholicae De Sacris Arcanis Deiparae Mariae et Josephi I-IV, apud Michaelem Sonnum, Soy de la librería del Colegio de la Concepcion de Alcalá, 1616*

As suas homilias sobre o matrimônio de Maria e José possuem grande profundidade Josefológica, pois abordam não apenas as questões deste matrimônio, mas também os seus privilégios, tais como a sua santificação no seio materno, o significado do seu nome, a sua beleza física e espiritual, a sua ascendência real, a sua função de esposo e de pai, a sua morte e a sua glorificação na alma e no corpo. Nestas, afirma que a santificação de José no seio materno é a razão de sua glorificação e de seu ministério em relação a Jesus. Enfatiza que a “Trindade terrestre” operou para a nossa redenção sendo Jesus como o autor da salvação, Maria como a mediadora e José, como o cooperador.

Cartagena defendeu ainda que José, alimentando e ajudando o menino Jesus crescer, manifestou-se como princípio de sua vida e como o mediador do Pai, visto que ele participou de sua autoridade (terrena) sobre o Filho.

Melchior Prieto (1578-1648), um frade da Ordem dos mercedários, foi autor do livro *“Josefina evangélica, literal y mística de las excelências y prerrogativas del glorioso Patriarca San José”*⁶⁷ no qual elaborou doze Tratados sobre São José discorrendo que o motivo principal de sua grandeza é o seu matrimônio com Maria do qual advém a sua paternidade que o faz superior a todos os santos. A sua paternidade em relação a Jesus não foi adotiva, pois adoção é aceitar uma pessoa estranha e José, mesmo sendo apenas pai “putativo” de Cristo, foi mais que pai adotivo, pois Jesus herdou dele o parentesco visto que nasceu de sua esposa. Prieto chega a afirmar uma certa superioridade de José sobre Maria e Jesus devido a sua missão em relação a eles.

⁶⁷ *Josefina evangélica, literal y mística de las excelências y prerrogativas del glorioso Patriarca San José, Madrid 1613*

Outro josefólogo que nos ofereceu um Tratado sobre a pessoa e os privilégios de José foi o mexicano Antonio Peralta (1668-1739) com seu escrito “*Dissertationes scholasticae de S. Joseh*”⁶⁸. Ele considera José um predestinado por Deus em ordem à encarnação de Cristo. Em vista disso, ele teceu considerações sobre a sua paternidade, o seu matrimônio com Maria, o seu verdadeiro voto de virgindade. Peralta fez também a suposição se questionando que, se Cristo tivesse nascido de uma mãe não virgem como todos os demais homens, será que este pai teria sido José? Ele responde que sim porque a Divina Providência teria disposto assim, e como Deus o escolheu para ser o pai putativo, assim o teria escolhido para ser o pai carnal de Jesus, devido a sua predestinação e santidade. Discorreu também sobre a santificação de José no seio materno, a sua isenção de pecados veniais, a sua santidade e a sua ascensão ao céu.

Ainda outro grande devoto de São José que contribuiu muito para o aumento de sua devoção foi o teólogo e cardeal francês da Ordem dos Servos de Maria, Alexis-Henri-Marie Lépiciier (1863-1936) o qual escreveu em 1908 “*Tractatus de Sancto Joseph*”⁶⁹.

Nesta obra, o autor faz considerações sobre a predestinação de São José devido ser ele o escolhido por Deus como colaborador especial na redenção, e, por isso ele possui grau de santidade superior a de todos os outros santos. Sua grandeza está em estreita relação com sua esposa e faz uma

⁶⁸ *Dissertationes scholasticae de S. Joseh, Unigeniti Filii Patre, Deique Genitricis Sponso degnissimo: eidem beatissimo Patriarchae tutelari suo consecrate a Pe. Antonio de Peralta, Societatis Iesu Mexicano, et Mexici in Maximo SS. AA. Petri et Pauli Collegio, Mexici Rypis Iosephi, Bernardi de Hagal, impressoris librorum apud, Civitatis Palatium, 1729*

⁶⁹ J.A. Carrasco, *Pensamiento de los teólogos josefinos del presente siglo anteriores el Vaticano II*, in *Estudios Josefinos* 23(1969) 189195.

bonita comparação: “se Maria é o paraíso, José é o seu jardim; se Maria é a pomba que voou da arca de Noé, José é o próprio Noé; se o propiciatório da Arca da aliança representa Jesus, os dois querubins sobre a Arca representam Maria e José; se Maria é a Arca da aliança, José é o véu que a cobre”⁷⁰. Lépiciier afirma que o título de corredentora atribuído à Maria pode ser aplicado também a José, mas em grau inferior ao de sua esposa.

O estudioso de São José Eugênio Cantera (1880-1955) da Ordem dos Agostinianos Rigoletos também escreveu o seu Tratado “*San José em el plan divino*”⁷¹. Esse autor defendeu a participação de São José na encarnação de Jesus e afirmou que o Espírito Santo supriu sobrenaturalmente o concurso ativo de José (para a concepção de Jesus), porém sem tirar os seus direitos de propriedade que possui sobre o corpo de sua esposa e sobre o filho que ela concebeu. Defendeu também que Maria não teria sido Mãe de Deus se tivesse faltado o consentimento de José; por isso, Jesus é fruto de ambos: Maria Mãe e virgem, José pai e virgem.

No âmbito dos estudos bíblicos, não podemos nos esquecer da significativa contribuição para a Josefologia proporcionada por José Maria Bover (1877-1954) com sua obra “*De Culto S. Joseph amplificando*”⁷². Bover afrontou particularmente a questão do matrimônio e da paternidade de José. Sobre o matrimônio, ele defendeu que este esteve providencialmente ordenado para que o Filho de Deus fosse honestamente inserido no mundo. Deus supriu por meio de um milagre o ato conjugal, porém deixou intactos os outros direitos e responsabilidades de José, e por sua virgindade,

⁷⁰ J.A. Carrasco, *Pensamiento de los teólogos josefinos del presente siglo anteriores el Vaticano II*, in *Estudios Josefinos* 23(1969) 189-195, pg 188

⁷¹ E. Cantera, *San José em el plan divino* Monachil, Granada 1917

⁷² J.M. Bover, *De Culto S. Joseph amplificando*, Barcelona 1926

cooperou para a geração virginal de Jesus, pois o Filho de Deus deveria ser gestado por meio de um matrimônio virginal. Portanto, a Mãe de Deus, tanto como esposa e como virgem, deu à luz a seu filho para o seu virginal consorte. Por tudo isso, José deve ser chamado necessariamente verdadeiro pai de Jesus, embora não pai natural⁷³.

Do mesmo modo, o biblista austríaco Urban Holzmeister (1857-1953) publicou o livro *De Sancto Joseph quaestiones biblicae*⁷⁴ no qual confirmou todos os pensamentos já defendidos na Josefologia passada, inclusive a afirmação da participação de São José na união hipostática de Jesus.

Contribuiu também para o enriquecimento da Josefologia o teólogo Joseph Müller (1863-1941) aprofundando o fundamento dogmático da especial veneração a São José⁷⁵ e defendeu a validade do matrimônio de São José reconhecido como disposição divina para a realização da encarnação de Jesus.

Entra também na galeria dos grandes colaboradores para o aprofundamento da Teologia Josefina o jesuíta Francis L. Filas (1915-1985) com seu livro " *Joseph and Jesus. A Theological study of their relationship*"⁷⁶. Neste, o autor desenvolveu o tema sobre a paternidade de José, partindo das informações dos Evangelhos, dos apócrifos, dos Padres da Igreja e dos teólogos da idade Média. Defendeu que São José foi causa verdadeira de ordem moral para a encarnação por ter cooperado com ela com sua virgindade e santidade por

⁷³ J.A. Carrasco, *Pensamiento de los teólogos josefinos del presente siglo anteriores el Vaticano II*, in *Estudios Josefinos* 23(1969) 189-195, pg 205

⁷⁴ Urban Holzmeister, *De Sancto Joseph quaestiones biblicae*, Pontificio Istituto Biblico, Roma 1945

⁷⁵ J.A. Carrasco, *Pensamiento de los teólogos josefinos del presente siglo anteriores el Vaticano II*, in *Estudios Josefinos* 23(1969) 189-195

⁷⁶ F.L. Filas *Joseph and Jesus. A Theological study of their relationship*, The Bruce Publishing Company, Milwaukee 1952

meio do vínculo matrimonial; afirmou que Jesus lhe pertence como filho não por acidente, mas por si mesmo, conforme o decreto especial de Deus e pela lei natural familiar, justamente por ser esposo de Maria e chefe de sua casa.

Outro josefólogo, o dominicano Bonifácio Llamera (1913-1959), escreveu o livro *“Teologia de San José”*⁷⁷. Para ele, o matrimônio de José com Maria é o primeiro princípio da Josefologia e deste dependem todas as outras afirmações sobre a sua dignidade, particularmente a sua paternidade. Afirmou também que José participou da união hipostática e isso devido ao seu matrimônio com Maria e à sua virgindade e pelo seu ministério e missão. Outra afirmação da Josefologia de Llamera é o título de “corredentor” atribuído a José, título análogo ao de corredentora atribuído à Maria e por isso a dignidade e a santidade de São José são graças especiais de Deus, mas também consequências do exercício de suas excelentes virtudes. Afirmou a sua santificação no seio materno, a imunidade ao pecado e a plenitude de graças⁷⁸.

Outros teólogos desenvolveram preciosas reflexões sobre São José, como João Eck (+1543), João Maldonado (+1583), Lorenzo da Brindisi (1619), Jean-Jacques Olier (+1657), Vicente de Paulo (+1660), Jacques Bénigne Bossuet (+1704), Cornelio Lapide (+1637), Antonio Patrignani (+1733), autor do

⁷⁷ B. Llamera, *Teologia de San José, Biblioteca de Autores Cristiano, Madrid 1953*

⁷⁸ J.A. Carrasco, *Pensamiento de los teólogos josefinos del presente siglo anteriores el Vaticano II, in Estudios Josefinos(1970) 40.*

Não nos cabe nesta abordagem apresentar todos os nomes e os pensamentos mais emergentes de inumeráveis estudiosos que tiveram um olhar de consideração por São José em seus escritos e nas suas devoções; por isso bastou lembrar alguns nomes desses estudiosos e teólogos que tiveram a preocupação de contemplar o Guarda do Redentor em seus estudos.

manual *“Il devoto di San Giuseppe”*, João Crisóstomo Trombelli (+1784) que escreveu o livro *“Vita e culto di San Giuseppe”*, Pierre Julien Eymard (+1868) que escreveu *“Mese di San Giuseppe”*, Cipriano Macabiau (+1915) que escreveu *“De cultu S. Joseph amplificando postulatus e Primauté de Santi Joseph”*. Da mesma maneira, João D’Ávila (1599-1568), doutor da Igreja e autor de várias homilias sobre São José que exaltaram os seus privilégios decorrentes da grande misericórdia de Deus por ele, também fez considerações sobre os sofrimentos de José diante da gravidez de sua esposa e da sua dor ao pensar abandoná-la em segredo⁷⁹. Esse autor afirmou ainda que o motivo do matrimônio de José com Maria foi para que sua esposa tivesse um guarda para a sua virgindade, e que Deus deu a ela um esposo pobre e que a Mãe de Jesus se submeteu à autoridade de José⁸⁰.

O redentorista Alfonso Maria de Ligouri (1696-1787) escreveu *“Meditazioni in onore di San Giuippe per li sette mercoledì precedente alla sua Festa”*⁸¹ e *“Sermone nella festa di San Giuseppe”*⁸².

Em seu primeiro sermão, incentiva a devoção a São José com as sete quartas-feiras antes do dia 19 de março, nas quais são meditados os sete mistérios presentes na vida desse santo (viagem a Belém, fuga ao Egito, a perda de Jesus no templo, a sua convivência com Maria e Jesus, o amor entre eles, a sua morte e a sua glorificação). No segundo Sermão o

⁷⁹ *Giovanni di Avila, obras completas, a cura di F.M. Hernandez, III, Madrid, 1970, 245-246*

⁸⁰ *ibidem, 264 e 265*

⁸¹ *Alfonso Maria de Ligouri, Settenario di meditazione in onore di S. Giuseppe per li sette mercoledì precedente alla sua festa (1758): Opere ascetiche, X, Storia e letteratura, Roma 1968, 325-349*

⁸² *Alfonso Maria de Ligouri, Sermone nella festa di S. Giuseppe, in Discorsi Sacri Morali o sai Sermoni compendiate per tutte le Domeniche dell’Anno, Remondino, Bassano 1772, 282-288*

autor faz considerações sobre a dignidade e santidade de José e afirma que a grandeza dele está somente abaixo da grandeza de Maria, e a sua dignidade está na razão de ele ser o esposo de Maria e o pai de Jesus. Defendeu também que José foi o cooperador de Cristo na obra da salvação.

Por fim, Alfonso ensina que a especial santidade de São José decorre de três privilégios: a sua santificação no seio materno, a excelsa graça que recebeu de Deus e a sua isenção da concupiscência.

Dentre os grandes devotos de São José, destaca-se ainda Tereza d'Ávila (+1582) a qual dedicou onze dos seus dezessete mosteiros ao santo. Esta santa declarou a contínua proteção que recebeu de São José em sua vida, reconhecendo-o superior aos demais santos. É famoso o seu testemunho sobre São José ao dizer: "Tomei como advogado e patrono o glorioso São José, buscando muito a sua proteção. Percebi claramente que este meu pai e patrono me livrou, de maneira muito melhor do que eu poderia pedir-lhe, de situações graves em que estavam em jogo a minha honra e a salvação da minha alma. Até hoje não me lembro de ter lhe pedido um favor e que ele não me tenha concedido. É algo que me surpreende pensar nas extraordinárias graças que me foram concedidas por Deus e nos perigos dos quais me livre, sejam materiais ou espirituais, pela intercessão deste bendito santo. Enquanto que aos outros santos parece que Deus tenha concedido de nos socorrer em uma determinada necessidade, eu experimentei que o glorioso São José nos socorre em todas as necessidades. Portanto, o Senhor quer nos fazer entender que da mesma maneira que ele lhe foi submisso na terra, também no céu faz o que ele lhe pede. Desejaria convencer todos a serem devotos deste glorioso santo, pela grande experiência dos bens que ele obtém de Deus. Não conheci nenhuma pessoa que lhe seja sinceramente devota e o honre,

sem vê-la adiantada nas virtudes, porque ele ajuda de maneira extraordinária as pessoas que a ele se dirigem. As pessoas devotas deveriam particularmente amá-lo como com filial ternura... quem não encontra pessoas que as possam ajudar a rezar, tomem este glorioso santo e mestre, e jamais errarão... já, há alguns anos, me parece, no dia de sua festa, eu lhe peço sempre alguma coisa e sempre sou atendida. Se o meu pedido sai um pouco do objetivo, ele o corrige para o meu bem”⁸³.

Outro difusor de São José foi Gaspar Bertoni (1777-1853) que promoveu de maneira particular a festa dos “Esponsais de Maria e José” que era celebrada no dia 23 de janeiro e originária na França no século XVI. Ele também difundiu o culto a São José com o livro que editou em 1810 *“Il Mese di Marzo consacrato al glorioso Patriarca San Giuseppe sposo di Maria Vergine per ottenere il suo patrocinio in vita e in morte”*. Neste, desenvolveu temas sobre o matrimônio de Maria e José e a eleição de José como esposo de Maria porque era o mais semelhante a ela em santidade, colocou-os como modelos para todos os casais.

Destacou-se também no amor a São José o sacerdote Leonardo Murialdo (1828-1900) que fundou a Congregação de São José com a missão da educação dos jovens mais abandonados. Ele desejou que a sua Congregação tivesse diante dos olhos a presença de São José, indicando para os membros desta, não apenas a grandeza do Guarda do Redentor em relação aos demais santos, mas também porque ele é o protetor dos trabalhadores e dos artesãos, aos quais a missão de sua Congregação se dirigia, além de ser o mestre de vida interior para os membros da Congregação, guia e ajuda

⁸³ Tereza D’Ávila, *Libro dela mia vita*, c. 6, nn.6-8; *Opere complete*, a cura di L. Borriello G. Della Croce, Paoline, Milano 2006, 58-59

de perseverança para os vocacionados e providente para as necessidades da Congregação.

Murialdo promoveu em sua Congregação a devoção a São José, particularmente as “Sete dores e Alegrias”, as “Ladainhas”, o “Cordão de São José”, medalhas do santo e as mortificações em sua honra. Em sua Congregação, São José era tido como o modelo de educador e o meio mais seguro para se alcançar a perfeição através da vivência de suas virtudes interiores.

Na mesma linha do Murialdo colocar-se-á também José Marelló (1844-1895), bispo e fundador da Congregação dos Oblatos de São José em 1878 com a finalidade da educação cristã da juventude. Marelló colocou São José como modelo para os seus Oblatos e o carisma de sua Congregação, fundamentado na pessoa e na espiritualidade de São José.

Dentre outros fundadores, é preciso mencionar também José Maria Villaseca (1831-1910) fundador dos Missioneros de San José que prestam um grande apostolado josefino no México e em outros países.

Em nossa abordagem feita até aqui sobre alguns daqueles que contribuíram para o desenvolvimento da Teologia e da devoção a São José, não podemos nos esquecer do irmão André Bessette (1845-1937), da Congregação da Santa Cruz, o qual foi o fundador do Oratório de São José de Montreal no Canadá, o maior Santuário dedicado a São José. Irmão André tinha fama de “taumaturgo de Montreal” porque operava curas pela intercessão de São José. Para curar os doentes ele os ungiu com o óleo de São José que nada mais era do que o óleo que servia para alimentar uma lamparina aos pés da estátua de São José. Com esse seu gesto pelas pessoas que o procuravam, ele será um missionário de São José enfatizando o seu poder de intercessão.

Outro josefólogo reconhecido nos últimos tempos foi Roland Gauthier que defendeu a sua tese *“La paternité de Sainte Joseph”*⁸⁴ na qual afirmou que a paternidade de José é o primeiro princípio da Josefologia e que da virgindade de José dependeu a virgindade de Maria.

Na contribuição para a Josefologia, é preciso reconhecer a contribuição do teólogo Tarcísio Stramare, religioso da Congregação dos Oblatos de São José, falecido em março de 2020. Publicou vários livros de Teologia Josefina⁸⁵; fundou o movimento Giuseppino e foi um dos idealizadores e organizadores dos Simpósios Internacionais sobre São José.

3 - O Magistério da Igreja

Dentre os que colaboraram muito no desenvolvimento da Teologia Josefina, ocupa um lugar de destaque o magistério da Igreja na voz de vários Papas devotos de São José. Dentre estes, mencionamos o Papa Sixto IV (1471-1484) que inseriu a Festa de São José no Missal Romano e no Breviário Romano e que, com o Papa Gregório X (1621), tornou-se Festa obrigatória. Anos depois, com Clemente X (1670-1676), esta Festa se tornou de Rito duplo, ou seja, celebrava-se também na véspera. Já Clemente XI (1700-1721), formulou um novo Ofício com uma liturgia própria, e Bento XIII (1726), colocou o nome de São José na Ladainha dos Santos.

Quem dará um grande impulso para o conhecimento e a devoção a São José será o Papa Pio IX (1846-1878) com alguns

⁸⁴ R. Gauthier, *La paternité de Sainte Joseph, Oratoire de Saint-Joseph, Montréal 1958*

⁸⁵ *San Giuseppe nella Sacra Scrittura, nella Teologia e nel Culto, Edizione Piemme, 1983; San Giuseppe nella Storia della Salvezza, editrice Elle Di Ci, 1993; San Giuseppe dai Padri della Chiesa agli scrittori cristiani fino a San Bernardo, Editrice Domenicana Italiana, 2009*

documentos josefinos muito importantes. O Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos recebeu o nome de *“Inclytus Patriarca Joseph”*, no ano de 1847, com este, o Papa reconheceu a Festa de São José, Patrono da Igreja Universal. Outro documento do mesmo Papa, também um Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, foi o *“Quemadmodum Deus”* de 1870, com o qual São José foi proclamado Padroeiro da Igreja Universal. Ainda um terceiro documento foi o decreto *“Inclytum Patriarcham”* de 1871, com o qual o Papa reconheceu para São José o culto superior aos dos demais santos e deixou traços claros de uma teologia josefina.

A consideração especial de Pio IX por São José contribuirá para que muitos Concílios locais recomendassem a promoção da devoção a São José como o Concílio na Áustria (1858), em Praga (1890), na Hungria (1862), na Colômbia (1868), em Bordeaux (1868) e em Baltimore (1866). Além da contribuição deste Papa para o conhecimento e a devoção a São José, ele manifestou uma forte devoção josefina atribuindo indulgências às práticas devocionais josefinas como a das *“Sete dores e Sete alegrias de São José”* aplicadas aos doentes, a dos *“Sete domingos em honra das dores e alegrias de São José”*, a *“Consagração a São José”*, o *“Mês de São José”*, o *“Cordão de São José”*, assim como as Confrarias de São José.

A sua consideração por São José se mostrará também na aprovação de várias Congregações religiosas sob o seu pontificado, dentre as quais a Congregação Oblatos de São José, fundada por São José Marelllo. Pode se acrescentar ainda que durante o pontificado de Pio IX foram várias as iniciativas por parte de devotos de São José para uma maior promoção do culto ao nosso Santo, tais como para a colocação do nome de São José junto ao de Maria no Cânon da missa, a colocação de seu nome na Ladainha dos Santos antes do nome de João

Batista, a sua proclamação como Patrono da Igreja Universal, etc.

Não com tanta intensidade como o Papa anterior, mas com muito interesse, também o Papa Leão XIII (1878-1903) promoverá São José, particularmente com a Encíclica "*Quamquam Pluries*", de 15 de agosto de 1889, a qual, depois da Exortação Apostólica *Redemptoris custos* de João Paulo II, é o mais importante documento josefino do magistério da Igreja. Neste documento, Leão XIII expôs bases muito consistentes para a Teologia Josefina, tais como a dignidade de seu matrimônio com Maria, a sua paternidade em relação a Jesus, as suas virtudes, o seu patrocínio sobre a Igreja, o seu modelo exemplar para os esposos, para os virgens, para os trabalhadores.

Este Papa levou em consideração a pessoa e a missão de São José, lembrando o seu Patrocínio na Carta apostólica "*Quod erat*", de três de março de 1871. Instituiu a Pia Associação Universal das Famílias consagradas à Sagrada Família com a Carta apostólica "*Neminem fugit*", de 14 de junho de 1892 e indicou a missão de São José para a vida familiar com a Carta apostólica "*Quum nuper*", de 20 de junho de 1892).

Vem depois o Papa Leão XIII que contribuiu bastante para o desenvolvimento do culto a São José com a aprovação do *Ofício votivo de São José* nas quartas-feiras, no ano de 1883, depois incluiu, no ano de 1889, a oração a ser rezada depois da missa, escreveu a oração "*A vós São José...*" para ser rezada no mês de outubro depois da reza do rosário e aprovou a *Pia União do Trânsito de São José* no ano de 1886.

Leão XIII foi sucedido pelo Papa Pio X (1903-1914) que se limitou a expressar a sua devoção por São José. Seguiu-o o Papa Bento XV (1914-1922) que publicou em 1920 o Motu próprio "*Bonum Sane*", fazendo uma referência a São José, e

em 1921 acrescentou o nome de São José depois do nome de Maria na oração da bênção eucarística (Bendito São José, seu castíssimo esposo).

Assumirá em seguida o trono de Pedro o Papa Pio XI (1922-1939) o qual presenteará a Igreja com a carta encíclica “*Divini Redemptoris*”, no ano de 1937. Nesta encíclica, São José é proposto como modelo e patrono dos operários diante do comunismo. Este Papa também não deixará de focar em suas homilias de 19 de março, a grandeza de São José sobre todos os santos, reconhecendo-o superior a João Batista e ao apóstolo Pedro. Por ocasião da festa de São José, no ano de 1938, afirmou a participação de São José na obra da união hipostática⁸⁶ e por isso, Pio XI conferiu-lhe o título de “onipotente” com estas palavras: “São José, com sua paterna providência e poderosa intercessão, seja sempre de ajuda para vós e vossas famílias; digamos onipotente intercessão...”⁸⁷.

Pio XII (1939-1958) será o Papa que instituirá a festa litúrgica de São José Operário do dia 1º de maio. O Papa tinha diante de si a questão operária e por isso, no dia 1º de maio de 1955, por ocasião do 10º aniversário dos associados das Associações Cristãs dos Trabalhadores, propôs São José como patrono e modelo dos operários e dirá: “Desde o começo nós colocamos as vossas Associações sob o poderoso patrocínio de São José. De fato, não deveria haver para vós melhor protetor para vos ajudar a penetrar na vossa vida o espírito do Evangelho”⁸⁸.

Pio XII em sua Carta encíclica sobre o culto ao Sagrado Coração de Jesus, “*Haurietis aquas*” de 15 de maio de 1956,

⁸⁶ *Allocuzione, 19 marzo 1938: Discorsi di Pio XI, III, 289-2900*

⁸⁷ *Allocuzione, 19 marzo 1938: Discorsi di Pio XI, III, 711*

⁸⁸ *Pio XII, Ad adscriptos Societatibus Christianus operariorum Italicorum: Acta Apostolicae Sedis 47 (1955) 402,406.*

apresentou o relacionamento familiar de Jesus com São José e o seu amor de filho para com o Guarda do Redentor e disse: “Palpitava de amor o coração do Salvador, sempre em perfeita harmonia com os afetos da sua vontade humana e com o seu divino amor, quando Ele tecia celestiais colóquios com a sua dulcíssima Mãe na casinha de Nazaré e com o seu pai putativo, São José, ao qual obedecia oferecendo-lhe como fiel colaborador o seu fatigoso serviço de carpinteiro⁸⁹”.

O último Papa antes do Concílio Vaticano II e, portanto, do modelo de uma Josefologia pós-conciliar, foi João XXIII (1958-1963). Este Papa superou os seus antecessores na devoção e consideração por São José ao qual considerava como seu primeiro protetor. Em sua carta apostólica “*Le Voce che da tutti*” de 19 de março de 1961, confiou a realização do Concílio Vaticano II à sua proteção e fez considerações sobre a devoção a São José. Neste documento, ele considerou que a nenhum protetor celeste, a não ser a José, poderia ser confiado a proteção deste Concílio. Embora houvesse esta consideração do Papa para São José em plena realização do Concílio, não houve, contudo, qualquer menção explícita dele nos textos conciliares a não ser a presença de seu nome no número 50 da Constituição dogmática sobre a Igreja, “*Lumen gentium*” ao referir-se sobre a índole escatológica da Igreja, afirmando que a Igreja “venera em primeiro lugar, a memória da gloriosa e sempre virgem Maria e de São José, dos bem-aventurados apóstolos e mártires e de todos os santos” e na citação da oração cânon da missa aprovado, em 1962⁹⁰.

⁸⁹ Pio XII, *Lettera encíclica Haurietis aquas. Il culto al S. Cuore di Gesù*, 15 maggio 1956: *Acta Apostolicae Sedis* 48(1956) 330.

⁹⁰ Giovanni XXIII, *Lettera apostolica Le Voce che da tutti. Devozione a S. Giuseppe patrono del Vaticano II*, 19 marzo 1961; *Acta Apostolicae Sedis* 53(1961) 210-213.

Caberá ao Papa Paulo VI (1963-1978), que substituiu João XXIII em clima da realização do Concílio, apresentar, por meio de suas homilias e discursos pronunciados por ocasião dos dias 19 de março e 1º de maio, a figura de São José mais próximo da vida das pessoas. Para Paulo VI, São José é um homem cheio de virtudes as quais devem ser imitadas. A profundidade de suas palavras a respeito do nosso Santo o levará a perguntar: “O que de mais humilde, de mais simples, de mais silencioso, de mais escondido nos poderia oferecer o Evangelho a ser colocado ao lado de Maria e Jesus? A figura de José é precisamente descrita nos traços de modéstia como o mais popular, o mais comum, o mais, pode-se dizer usando o critério de valores humanos, insignificante, uma vez que não achamos nele nenhum sinal que pode nos dar conta de sua magnitude e da extraordinária missão que a Providência lhe confiou, e que forma, com razão, o tema de muitas considerações, aliás, de muitos panegíricos em honra de São José”

“Olhando para ele no espelho da história do Evangelho, José nos é apresentado com os traços mais salientes de extrema humildade; um trabalhador modesto e pobre, obscuro, pequeno, primitivo operário que nada tem de especial, que não deixa no Evangelho nenhuma palavra sua. Nenhuma palavra sua nos é lembrada; fala-se apenas de seu comportamento, de sua conduta, do que ele fez, e tudo em silencioso esconimento e em perfeita obediência”.

“Era o pai putativo de Cristo, o esposo da Virgem Imaculada, aquele que deu o registro civil na terra para nosso Senhor, que lhe prestou a assistência mais dedicada e necessária, aquela de quem precisam os pequeninos, as crianças, os adolescentes, aquela de quem necessitam também aqueles que trabalham e começam a experimentar as dificuldades da vida e aquilo que é inerente à fadiga severa

e ao suor diário de sua frente. José, foi em todo momento e de forma exemplar, o guardião insuperável, o assistente, o mestre...”

Paulo VI considerou a missão de São José na experiência humana do trabalho apresentando-o como aquele que deu o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente de trabalho e a educação humana a Jesus. Para este papa, São José tem uma grande importância e por isso afirmou: “Certamente, em primeiro lugar, é evidente que São José assume grande importância, se o Filho de Deus feito homem o escolheu para se revestir de sua aparente filiação. Jesus era tido o "Filius fabri" (Mt 13, 55.), o filho do carpinteiro e o carpinteiro era José. Jesus, o Cristo, quis assumir a sua qualificação humana e social a partir deste trabalhador que foi certamente um homem bom, tanto é verdade que o Evangelho o chama de “justo” (Mt. 1, 19), ou seja, bom, excelente, exemplar, e, portanto, se apresenta à nossa frente como um tipo perfeito, modelo de todas as virtudes, o santo. Mas tem mais: a missão que São José desenvolve na cena evangélica não é apenas aquela de pessoa exemplar e ideal, é uma missão que é exercida ao lado, ou melhor, acima de Jesus, porque ele será acreditado como pai de Jesus (Lc. 3, 23), será seu protetor, seu defensor”⁹¹.

Durante o pontificado de João Paulo II (1978-2005) a Teologia de São José será enriquecida com o que de melhor e mais profundo o magistério publicou sobre este personagem por meio da “*Exortação Apostólica Redemptoris custos*”, de 15 de agosto de 1989. Neste documento, o Papa parte do mistério do matrimônio de José com Maria e do serviço de sua paternidade a Jesus e contempla os vários

⁹¹ *Paolo VI, Omelia, 19 marzo 1964: Insegnamenti di Paolo VI, II (1964) 1266- 187s*

acontecimentos referentes a ele nos evangelhos de Mateus e de Lucas e continua fazendo considerações sobre seus referenciais de homem justo, esposo, pai e trabalhador; sobre as suas virtudes interiores e sobre o seu patrocínio sobre a Igreja. Logo no início desse documento, o Papa afirma: “É para mim uma alegria cumprir este dever pastoral, no intuito de que cresça em todos a devoção ao Patrono da Igreja universal e o amor ao Redentor, que ele serviu de maneira exemplar”⁹².

João Paulo II realizou o desejo de que a devoção àquele ao qual Deus confiou os cuidados dos seus tesouros mais preciosos, Jesus e Maria, cresça sempre mais. Suas considerações sobre São José são bem relevantes quanto ao matrimônio e a sua paternidade, e deixa claro que ele é o “depositário do mistério de Deus” e deste, ele é o primeiro simultaneamente e junto com Maria⁹³.

O Papa ressalta que juntamente com Maria, José peregrinou na fé e desde o princípio aceitou, mediante a obediência da fé, “a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo que por meio da fé se doa ao homem, por certo ia descobrindo cada vez mais amplamente o dom inefável desta sua paternidade”⁹⁴. “Pode também dizer-se que José foi o primeiro a participar na mesma fé da Mãe de Deus e que, procedendo deste modo, ele dá apoio à sua esposa na fé na Anunciação divina. Ele é igualmente quem primeiro foi posto por Deus no caminho daquela “peregrinação da fé”, na qual Maria, sobretudo no alto do Calvário e no Pentecostes, irá adiante, de maneira perfeita”⁹⁵.

⁹² Rc 1

⁹³ Rc 5

⁹⁴ Rc 21

⁹⁵ Rc 6

Sobre o verdadeiro matrimônio de José e Maria, João Paulo II afirma que “se por um lado é importante professar a concepção virginal de Jesus, por outro, não é menos importante defender o matrimônio de Maria com José, porque é deste matrimônio que depende, juridicamente, a paternidade de José”⁹⁶, e coloca o exercício de sua paternidade no âmbito da família, pois é na Sagrada Família, nesta originária ‘Igreja doméstica’, que todas as famílias devem espelhar-se. Nela, efetivamente, “por um misterioso desígnio divino, viveu escondido durante longos anos o Filho de Deus: ela constitui, portanto, o protótipo e o exemplo de todas as famílias cristãs”⁹⁷.

São João Paulo II afirmou também que José, mediante o exercício de sua paternidade, tornou-se o “ministro da salvação”: “São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade: desse modo, precisamente, ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos”, e é verdadeiramente “ministro da salvação”.

A sua paternidade expressou-se concretamente “em ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa... Deus o escolheu para o coordenador

⁹⁶ Rc 7

⁹⁷ Rc 7

do nascimento do Senhor e é aquele que tem o encargo de prover ao inserimento “ordenado” do Filho de Deus no mundo...”⁹⁸.

O Papa Bento XVI (2005-2013) cujo nome de batismo também é José, exprimiu sua devoção a São José. Em certas ocasiões, fez referências a São José nas suas catequeses, particularmente lembrou-se do silêncio dele e pediu aos fiéis que imitassem esse valor: “Deixemo-nos contagiar pelo silêncio, pelo silêncio de São José! Temos muita necessidade deste silêncio em um mundo barulhento que não favorece ao recolhimento e à escuta da voz de Deus”⁹⁹.

Bento XVI ensina que o silêncio de São José é “permeado de contemplação do mistério de Deus, em atitude de total disponibilidade à vontade divina. Em outras palavras, o silêncio de São José não manifesta um vazio interior, mas, ao contrário, a plenitude de fé que ele traz no coração e que orienta cada pensamento seu e cada uma das suas ações. Um silêncio graças ao qual José, em comunhão com Maria, conserva a Palavra de Deus, conhecida por meio das Sagradas Escrituras, confrontando-a continuamente com os acontecimentos da vida de Jesus; um silêncio tecido de constante oração, de bênção do Senhor, de adoração da sua vontade e de confiança sem reservas na sua Providência...”¹⁰⁰.

Finalmente, Bento XVI quis honrar São José dedicando-lhe uma fonte nos jardins do Vaticano e, ao inaugurá-la, assim se expressou: “Esta bela fonte dedicada a São José constitui um apelo simbólico aos valores da simplicidade e da humildade na realização quotidiana da vontade de Deus, valores que

⁹⁸ Rc 8

⁹⁹ *Benedetto XVI, Discorso all'Angelus, 18 dicembre 2005, in L'Osservatore romano, 20 dicembre 2005, 2*

¹⁰⁰ *Benedetto XVI, Discorso all'Angelus, 30 dicembre 2012, in L'Osservatore Romano, 31 dicembre 2012, 2*

caracterizaram a vida silenciosa, mas preciosa, do Guarda do Redentor”.

Por fim, o Papa Francisco (2013...) quis celebrar a missa do início do seu pontificado, no dia 19 de março de 2013 e na homilia desta missa fez referência a São José destacando que ele cuidou de Jesus com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à sua educação; “José realizou essa tarefa com discrição, com humildade, no silêncio, mas com uma presença constante e uma fidelidade total, mesmo quando não conseguia entender. Desde o casamento com Maria até ao episódio de Jesus aos doze anos, no templo de Jerusalém, o acompanha com solicitude e amor cada momento. Permaneceu ao lado de Maria, sua esposa, tanto nos momentos serenos como nos momentos difíceis da vida, na ida a Belém para o recenseamento e nas horas ansiosas e felizes do parto; no momento dramático da fuga para o Egito e na busca preocupada do filho no templo e depois na vida quotidiana da casa de Nazaré, na carpintaria onde ensinou a profissão a Jesus. Como viveu José a sua vocação de guardião de Maria, de Jesus, da Igreja? Numa constante atenção a Deus, aberto aos seus sinais, disponível mais ao projeto d’Ele que ao seu. E isto mesmo é o que Deus pede a Davi, como ouvimos na primeira leitura: Deus não deseja uma casa construída pelo homem, mas quer a fidelidade à sua Palavra, ao seu desígnio; e é o próprio Deus que constrói a casa, mas de pedras vivas marcadas pelo seu Espírito. E José é «guardião», porque sabe ouvir a Deus, deixa-se guiar pela sua vontade e, por isso mesmo, se mostra ainda mais sensível com as pessoas que lhe estão confiadas; sabe ler com realismo os acontecimentos, está atento àquilo que o rodeia, e toma as decisões mais sensatas. Nele, queridos amigos, vemos como se responde à vocação de Deus: com disponibilidade e prontidão; mas vemos também qual é o

centro da vocação cristã: Cristo. Guardemos Cristo na nossa vida, para guardar os outros, para guardar a criação!... Nos Evangelhos, São José aparece como um homem forte, corajoso, trabalhador, mas, no seu íntimo sobressai uma grande ternura, que não é a virtude dos fracos, antes pelo contrário, denota fortaleza de ânimo e capacidade de solicitude, de compaixão, de verdadeira abertura ao outro, de amor. Não devemos ter medo da bondade, da ternura!...”.

O Papa quis ainda que em seu brasão pontifício houvesse uma referência a São José com os símbolos da Sagrada Família ali representados, ou seja, o monograma do nome Jesus, a estrela de Maria e a flor de nardo que na tradição iconográfica hispânica é colocada nas mãos de José¹⁰¹.

Por fim, o Papa Francisco aprovou no dia 1º de maio de 2013, o decreto da Congregação para o culto divino que dispôs que não apenas no Cânon romano, mas também nas Orações eucarísticas II, III e IV do Missal Romano fosse mencionado “depois da Bem-aventurada Virgem Maria, o nome de São José, seu Esposo”¹⁰².

Além de toda a panorâmica aqui apresentada sobre o desenvolvimento e a contribuição para a Josefologia e que foi pautada nos Evangelhos, nos estudos e reflexões dos Padres da Igreja, nos teólogos e devotos de São José, resta-nos ainda levar em consideração os esforços de organizações e de alguns teólogos que surgiram a partir dos anos cinquenta do século passado, com o objetivo de proporcionar uma condensação da Josefologia.

¹⁰¹ *Papa Francisco, Homilia da missa no início do seu pontificado, 19 março 2013, em L'Osservatore Romano, 20 março, 2013,1*

¹⁰² *Congregazione per il Culto Divino e la Disciplina dei Sacramenti, Decreto per la menzione di San Giuseppe nelle preghiere eucaristiche II,III e IV del Messale romano, 1º maggio 2013*

A primeira iniciativa desse tipo surgiu com o padre carmelitano José Antonio Carrasco que em 1947 lançou uma das mais importantes publicações de Josefologia denominada de *“Estudios Josefinos”*, com publicações trimestrais sobre a Teologia de São José. O mesmo padre fundou em 1953, na Espanha, a *“Sociedad Ibero-americana de Josefología”* e depois de alguns anos, em 1957, criou o *“Centro de Investigaciones Josefinas”*.

A partir destas iniciativas, surgiu em Montreal, no ano de 1952, o *“Centre de Recherche et de Documentation”* que passou a publicar estudos consistentes de Josefologia nos denominados *“Cahiers de Joséphologie”*. No mesmo ano, surgiu em Viterbo, Itália, o *“Centro Studi San Giuseppe”*, dirigido pela Congregação de San Giuseppe, fundada por Leonardo Murialdo. Em 1962, outro grande estudioso de São José, Pe. Roland Gauthier, fundou no Canadá a *“Société nord-américaine de Joséphologie”*. Ainda no ano de 1963, surgiu por iniciativa de Pe. Ângelo Rainero, da Congregação dos Oblatos de São José, fundada por São José Marellino em 1878, o *“Movimento Giuseppino”*.

Nesta mesma linha, virão depois os Missioneros de San José do México, seguidos pelos Centros de Estudos Josefinos da Polônia em Kalisz em 1969, da Alemanha em Kevelaer com o *“Arbeitskreis für Josefstudien”* em 1992, do Brasil, em Apucarana o *Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana* em 2005 e no mesmo ano, na França, o *“Centre Français de Recherche et de Documentation Joséphaines”*.

Os frutos de todos esses esforços, a partir dos anos cinquenta do século passado, foram relevantes para a Josefologia e de maneira especial, despertou o interesse de muitos religiosos e leigos para o aprofundamento da Teologia Josefina vindo a contribuir para tanto as iniciativas de alguns destes Centros de Estudos Josefinos que passaram a

organizar, a cada quatro anos, a partir do ano de 1970, os Simpósios internacionais de Josefologia, os quais publicaram, após cada realização destes, sempre em países diferentes, os estudos apresentados que se condensaram em grandes volumes, constituindo-se em preciosas fontes de aprofundamento da Josefologia apresentada em suas várias vertentes.

II

São José enfocado sob alguns aspectos

O dom do matrimônio de José e da sua paternidade

A expressiva consideração que São José recebeu nos evangelhos, nas reflexões dos Padres da Igreja, no magistério da Igreja, nas elaborações teológicas de renomados teólogos, no amor manifestado por inumeráveis santos e devotos, não nos permite deixá-lo na sombra.

José é o homem do coração de Deus, escolhido a dedo por ele para tomar parte do projeto mais audacioso de Deus que é a nossa salvação e tudo isso se tornou realidade para José porque sendo ele homem justo, Deus o escolheu para ser o esposo da Mãe do Salvador e o coordenador do seu nascimento.

O Papa João Paulo II afirmou em sua exortação apostólica *Redemptoris custos*, que São José possui uma renovada atualidade para a Igreja e reconhece que seu patrocínio deve ser invocado e que este é necessário para toda a Igreja, não apenas pelos constantes perigos que tocam a Igreja de Cristo, mas, sobretudo para que haja um renovado empenho de evangelização do mundo e pela necessidade de

reevangelização daqueles países nos quais a religião e a vida cristã eram florescentes no passado, mas que hoje passam por duras provas¹⁰³.

Como então não reconhecemos em São José todos os títulos que a Igreja, ao longo dos séculos, lhe atribuiu, os quais hoje são meios para justificar as honras que lhe são devidas, assim como a confiança que a Igreja sempre depositou nele? Basta lembrar o hino “Caelitum, Joseph, decus” (José o louvor e a glória dos céus) que declara: “O Salvador te escolheu, filho de Davi, esposo da Virgem; quis que tu fosses chamado pai do Verbo e te concedeu ser ministro da salvação”. Esse belíssimo hino colocado na liturgia das Laudes foi querido pelo Papa Clemente X, no ano de 1671. Nele José é denominado pai do Verbo, uma paternidade não física, mas também não aparente e nem substitutiva, mas carregada plenamente da autenticidade da mesma força da paternidade humana.

Para que possamos dar a devida importância a São José, é preciso conhecer exatamente a missão que Deus lhe confiou na história da salvação e ter consciência de que a sua presença na Igreja não é simplesmente de uma figura decorativa como são os animais no presépio cuja ausência não tiraria em nada o mistério da encarnação de Jesus.

Entretanto, para muitos cristãos, a presença de São José se apresenta simplesmente como decorativa e, portanto, podendo ser omitida no evento do Filho de Deus ao mundo. Não raro, para alguns, a presença de São José no mistério da maternidade de Maria é, inclusive, um obstáculo, a ponto de muitas vezes ele ser considerado em companhia de Maria como um velho de cabelos brancos e não como esposo da Virgem e pai de Jesus. Não nos parece incoerente tal mentalidade quando os evangelhos relatam que José era pai

¹⁰³ *Rc 1*

de Jesus e que, portanto, não devia ter uma idade avançada? Ou ainda, se Deus quis proteger a virgindade de Maria, visto que no seu desígnio Jesus devia nascer de uma virgem casada, por que não lhe daria como esposo alguém que aos olhos das pessoas não parecesse pai do menino?

Nesse sentido, para olharmos com um justo olhar para São José, é preciso que o vejamos como ele nos é apresentado por Mateus, o qual o coloca como esposo de Maria e que a paternidade de Jesus é juridicamente atribuída e ele, José, filho de Davi, e isto porque no plano de Deus a descendência davídica de Jesus era necessária.

Por isso, a presença de José no mistério da vinda do Salvador no mundo não pode jamais ser desconsiderada. Nos relatos da infância de Jesus, José ocupa um lugar preeminente ao assegurar a descendência davídica do Messias, e assume o título de pai de Jesus.

Na verdade, a grandeza de São José está ligada à sua missão no plano de Deus, e por isso, Leão XIII, em sua encíclica “*Quamquam pluries*”, de 15 de agosto de 1889, afirma que “Se Deus deu José por esposo à Virgem, o deu não apenas para ser companheiro de sua vida, testemunha de sua virgindade, o tutor de sua honestidade, mas também para que ele participasse, devido ao pacto conjugal, da sua excelsa grandeza”. Além disso, devemos pensar que o seu casamento com Maria, querido por Deus para a realização do mistério da encarnação do Verbo, comportava para ele toda a dignidade de sua paternidade em relação a Jesus, pois coube a ele alimentá-lo, vesti-lo, defendê-lo e educá-lo. Então como não admitirmos as graças especiais com as quais Deus o enriqueceu para que estivesse em grau de desempenhar com perfeição suas funções de esposo e de pai?

A singularidade da verdadeira importância de José no plano de Deus é ressaltada ainda pela sua prontidão e

disponibilidade aos desígnios de Deus, e tudo isso sendo correspondido com humildade e no escondimento. Por isso, não podemos ignorar seu excepcional ministério, pois foi de total dedicação aos interesses de Jesus sendo que a ele Deus confiou todo o mistério da salvação, e isto é prova de sua ilimitada confiança nele, e que João Paulo II ressaltou enfaticamente com estas palavras: “Deus confia a José o mistério cujo cumprimento tinha sido esperado desde muitas gerações a estirpe de Davi e toda a casa de Israel, e ao mesmo tempo confia a ele tudo aquilo do qual depende o cumprimento de tal mistério na história do povo de Deus”¹⁰⁴.

Uma característica distinta na pessoa de São José é seu matrimônio com Maria e esta realidade é de uma autenticidade tal que os evangelistas Mateus e Lucas declaram explicitamente que ele era tido diante de todos como pai de Jesus e Jesus como seu filho (Mt 1, 16.18-20.24; 13,55 Lc 2, 5.27.33.41).

É claro que os teólogos não deixaram de refletir sobre a singularidade desta união, e dentre inúmeras páginas escritas a respeito desse matrimônio, uma das colocações sobre essa união matrimonial é que se em Maria o fruto da concepção de seu ventre é obra do Espírito Santo (Mt 1,20; Lc 1,35), então precisa reconhecer que tudo o que se referia a essa concepção, ou seja, o matrimônio, recebeu uma especial influência do Espírito Santo, como bem explica Boaventura: “Tudo aquilo que diz respeito a este matrimônio se realiza por íntima disposição do Espírito Santo”. Por isso, a respeito da santidade desse matrimônio, muito bem exprimiu o Papa Pio IX em sua carta apostólica “Inclytum Patriarcham”, de 17 de julho de 1871, ao referir-se a São José que “Deus onipotente o

¹⁰⁴ *Giovanni Paolo II, omelia del 19 marzo 1980*

quis, dentre todos os outros seus santos, puríssimo e verdadeiro esposo da Imaculada Virgem Maria”.

Explicita ainda melhor a realidade santa do matrimônio de Maria e José, aquilo que o grande mestre São Tomás ensina quando afirma na terceira parte de sua Summa Teológica, que o nascimento de Cristo por meio de uma virgem casada era conveniente seja para ele (Jesus), seja para a mãe e também para todos nós. Em relação a Jesus, foi conveniente para que os infiéis não tivessem motivos para negá-lo, como se fosse aparentemente ilegítimo, também para que a sua genealogia (de Jesus) pudesse seguir a linha masculina, conforme era o costume e ainda para que o menino estivesse protegido contra as insídias do diabo, e por fim, para que José fosse o provedor de seu sustento.

Em relação à Maria Virgem, este matrimônio foi conveniente para preservá-la da lapidação, para liberá-la da infâmia e para que José lhe fosse de ajuda.

Por fim, em relação a nós, este foi conveniente porque o testemunho de José garante que Cristo nasceu de uma virgem e tornou mais crível as palavras da Virgem que afirmava a própria virgindade. Também para que esse matrimônio fosse símbolo da Igreja universal, e para que na pessoa de Maria, casada e virgem, sejam honrados a virgindade e o matrimônio.

Ainda na linha de raciocínio de Santo Tomás, o matrimônio entre Maria e José foi verdadeiro porque entre eles foi consentida a união conjugal, mas não a união sexual, a não ser sob a condição de que se Deus assim o quisesse. Em relação à união sexual dentro desse matrimônio com o fim de gerar a prole, este não foi consumado, contudo, esse matrimônio teve a educação da prole.

Ressalva Tomás que foi conveniente que a Virgem Maria fosse consagrada a Deus com o voto de virgindade, contudo,

ela não fez o voto de virgindade de modo absoluto antes de se casar com José, mas se submeteu à vontade de Deus, e, portanto, fez o voto de maneira condicionada, ou seja, se Deus assim quisesse. Uma vez casada com José e compreendendo que era essa a vontade de Deus, ela emitiu, juntamente com José, depois do anúncio do Anjo, o voto de virgindade de modo absoluto.

A linha de pensamento de Tomás assegura que Maria não procedeu de maneira cega, pois antes de contrair o matrimônio com José foi divinamente assegurada que ele tinha a mesma intenção. Ela contraiu o seu matrimônio com José “por familiar instinto do Espírito Santo, confiante que com a divina ajuda nunca chegaria à união sexual, embora deixando isto à vontade de Deus. Por isso, a sua virgindade não teve nenhum perigo”.

Portanto, o matrimônio de ambos se realizou por vontade comum dos dois, de maneira que Maria emitiu seu voto de virgindade juntamente com José. Nesse sentido, Tomás viu como erro detestável o de Helvécio que teve a presunção de afirmar que Maria teve, depois do parto de Jesus, relações sexuais com José e concebeu outros filhos. Para Tomás, isso seria uma ofensa a José que teria sido acusado de presunção máxima haver contaminado aquela que por meio da revelação do anjo tinha sabido que concebera por obra do Espírito Santo.

Portanto, para Tomás, o matrimônio entre os dois foi predisposto por Deus, pois não apenas Maria, mas também José por sua conta estabeleceu de conservar a virgindade, a não ser se Deus tivesse disposto diferentemente; ambos consentiram ao matrimônio depois de terem conhecido, por revelação do Espírito Santo, o propósito recíproco de conservar a virgindade, conforme a vontade de Deus.

É nesse matrimônio que mais e melhor aparece o amor, pois em nenhum outro matrimônio esteve presente, como nesse, o reflexo do amor desinteressado. Este foi um casamento vivido no puro “dom esponsal” e por isso, este é digno de representar o mistério da Igreja.

Nesta linha de pensamento dirá o Papa Leão XIII em sua encíclica “*Quamquam pluries*” que “Em José os casados têm um perfeito exemplo de amor, de concórdia e de fidelidade conjugal e os virgens um modelo e um defensor da integridade virginal”.

Mateus dá o título para José de “filho de Davi” (Mt 1,20), mas esse título está ligado intimamente ao título de esposo de Maria, porque é deste que depende a descendência davídica de Jesus, e por isso mesmo o anjo ordenou a José de não temer em tomar Maria como sua esposa e ele assim o fez (Mt 1.20.24) e em virtude disso ele tem do direito de impor, como pai, o nome de Jesus ao menino (Mt 1.25), porque este nasceu de seu matrimônio com sua legítima esposa.

José, portanto, não fez as vezes de esposo de Maria, mas foi o seu verdadeiro esposo porque seu matrimônio com ela era destinado para a encarnação do Verbo de Deus. Ele teve, efetivamente, uma nobre missão, e ciente disso foi que o Papa Pio IX no decreto “*Inclytus Patriarcha Joseph*” de 10 de setembro de 1847, com o qual estabeleceu a festa do Patrocínio de São José para toda a Igreja, afirmou que a nobre missão que São José recebeu de Deus, exigia dele uma exímia dignidade e santidade as quais lhes foram dadas abundantemente por Deus. Justamente por causa destes dons que ele recebeu de Deus é que ele tem a qualificação de “justo”.

O amor de José por Maria consistiu em servir com a pureza de coração o projeto divino para ela, com exclusão de todo egoísmo, amando a obra do Espírito de Deus nela, como

afirmou o Josefólogo Tarcísio Stramare. Por isso, José é para todos o modelo da plena disponibilidade e aceitação da vontade de Deus; ele, como muito bem afirma Paulo VI, é introdutor do Evangelho das bem-aventuranças, pois “colocou imediatamente à disposição dos desígnios divinos a sua liberdade, a sua legítima vocação humana, a sua felicidade conjugal, aceitando da família, a condição, a responsabilidade e o peso, e renunciando, por um incomparável virgíneo amor, ao natural amor conjugal que o constitui e o alimenta, para assim oferecer com sacrifício total toda a sua existência às imponderáveis exigências da surpreendente vinda do Messias, ao qual ele dará o nome para sempre beatíssimo de Jesus, e que ele reconhecerá fruto do Espírito Santo, e apenas por questões jurídicas e domésticas, seu filho. São José é, por isso, um homem empenhado totalmente para Maria, a eleita dentre todas as mulheres da terra e da história, sua sempre virgem esposa, não fisicamente sua mulher, e por Jesus, em virtude da descendência legal, não natural, sua prole. Para ele, o peso, as responsabilidades, os riscos, os cansaços da pequena e singular Sagrada Família. Para ele, o serviço, para ele, o trabalho, para ele, o sacrifício, na penumbra do quadro evangélico, no qual nos dá prazer contemplá-lo”¹⁰⁵.

Ao ressaltar a pessoa de José, é preciso levar em consideração que Jesus, o Messias, foi concebido por obra do Espírito Santo e essa sua concepção esteve ligada ao matrimônio de Maria com José, o qual é muito bem enfatizado pelo evangelista Mateus (Mt 1, 16.19.20.34). Devido a essa verdade, explícita nos evangelhos, a Igreja sempre designou José como “esposo da bem-aventurada Virgem Maria”.

¹⁰⁵ *Paolo VI, Omelia del 19 marzo 1969*

É claro que as dificuldades que a Teologia encontrou para concordar como verdadeiro esse matrimônio com o voto de virgindade de Maria e com a perfeita castidade de ambos, serviram para aprofundar a natureza e também a essência desse matrimônio. Vale lembrar aqui o postulado de Santo Tomás com o qual se afirma que “a essência do matrimônio consiste na indivisível união das almas, que obriga a cada um dos cônjuges manter-se perpetuamente fiéis um ao outro”¹⁰⁶.

É em vista disso que o matrimônio de José e Maria permanece para a humanidade um renovado sacramento do Amor originário, que é puro e desinteressado dom de si, e foi neste dom recíproco de amor que Jesus “iniciou a obra da salvação, com aquela união virginal e santa, na qual se manifesta a sua onipotente vontade de purificar e santificar a família, este santuário de amor e este berço da vida”¹⁰⁷.

Santo Agostinho, muitas vezes referenciado por Santo Tomás, exalta a dignidade de José a qual é proveniente de seu matrimônio com Maria quando afirma que “José é esposo de Maria, sua mulher, na continência, não pelo amplexo carnal, mas pelo afeto, não pela união dos corpos, mas pela comunhão das almas”¹⁰⁸. “Como Maria era castamente esposa, assim José era castamente marido”¹⁰⁹.

O vínculo conjugal não foi rompido por causa da decisão de ambos de absterem-se do uso do matrimônio, aliás, será tanto mais estável quanto mais o mútuo acordo deles foi tomado não na base dos liames dos corpos, mas pelos seus voluntários afetos de almas. Ainda Agostinho vem dizer-nos que “Não se deve negar que sejam marido e mulher aqueles

¹⁰⁶ *Summa theologica, III.q.29, a.2*

¹⁰⁷ *L'Osservatorio Romano, 4-5 maggio 1970*

¹⁰⁸ *Agostinho, Contra Faustum 23,28: PL 42, 470*

¹⁰⁹ *Agostinho, Sermo 51, 16: PL 38,3480*

que não se relacionam carnalmente, mas se unem em comunhão com os corações”¹¹⁰.

Devemos estar atentos para não manter na justa dimensão o amor conjugal de Maria e José, preferindo espiritualizá-lo, indicando Maria como “esposa de Deus”, “esposa da Santíssima Trindade”, “esposa do Espírito Santo”, “esposa da Igreja”, menos “esposa de José”. É verdade que todos esses títulos dados a Maria têm o objetivo de evidenciar a sua relação íntima com a divindade assim como a intervenção santificadora do Espírito Santo nela, vendo neste misterioso relacionamento um aspecto sponsal; entretanto, é preciso não esquecer a força pastoral que a festa litúrgica do matrimônio de Maria com São José, promovida por João Gerson no início do século XV e depois suprimida em 1961.

Santo Agostinho defendeu que é fé católica que Jesus Cristo é Filho de Deus segundo a divindade e filho de Davi segundo a carne, e que é chamado filho de Davi pelo motivo da forma de servo que recebeu da Virgem Maria, esposa de José. Por isso, a questão do matrimônio de José não é secundária, porque da validade deste, depende a legitimidade da sua paternidade e conseqüentemente a descendência davídica de Jesus.

Assim, matrimônio, paternidade e descendência davídica são elementos integrantes da verdade da Sagrada Escritura no que diz respeito à encarnação e por isso, Agostinho defende que José é o verdadeiro esposo de Maria sem a união da carne, mas em virtude da união conjugal. Desta maneira, ele afirma que a presença de São José na genealogia de Jesus é necessária “para não o ver separado daquela mulher à qual estava unido pelo afeto da mente”.

¹¹⁰ *Agostinho, Semo 51, 13,21: PL 38,344*

A falta da união sexual com Maria não faz com que José “não seja marido, visto que o próprio Mateus relata que Maria é denominada pelo anjo como sua esposa, embora fazendo referência que não tinha concebido pela união sexual com ele, mas por obra do Espírito Santo”.

Por isso, suponhamos que aqueles que desejam consensualmente abster-se para sempre da união sexual, não apenas não dissolvem o vínculo conjugal, mas este será tanto mais estável quanto mais esse pacto observado com amor seja vivenciado não através dos liames dos corpos. José, defende ainda Agostinho, pelo fato de não se unir sexualmente com sua esposa, não por isso não foi pai, e contra Juliano que considerava José apenas como “quase maritus”, ou seja, marido somente segundo a opinião do povo (Lc 3,25), ele responde que a afirmação de Lucas tem a finalidade de tirar a falsa opinião que Jesus tivesse sido gerado de uma união sexual, e não negar que Maria fosse esposa de José, e em seguida ele complementa que nos pais de Cristo foram completados todos os bens do casamento que é a prole, a fidelidade e o sacramento; a prole que é o próprio Jesus, a fidelidade porque não houve nenhum adultério e o sacramento porque não houve nenhum divórcio.

Ressaltando ainda esse matrimônio virginal, é preciso dizer que a presença de José neste não foi devido a um simples jogo de circunstâncias humanas, mas o resultado de uma precisa intervenção divina. Por essa razão, São Jerônimo afirma em relação a José que “permaneceu virgem aquele que mereceu ser chamado pai do Senhor”¹¹¹.

Da mesma maneira, Tomás defende as razões da virgindade de José afirmando: “Porque não está escrito que ele tenha tido outra mulher e a infidelidade não é atribuída ao

¹¹¹ *Adversus Helvidium*, 19: PL 23,213.

santo personagem”¹¹². O mesmo Tomás explica que, sendo a virgindade uma doação a Deus, e se Deus quis o matrimônio virginal de ambos, isso foi para que se ajudassem reciprocamente a doarem-se juntos a Deus, visto que esse matrimônio, que era destinado a acolher e educar Jesus, comportava necessariamente a máxima expressão da união conjugal, ou seja, o supremo dom de si.

Na verdade, a virgindade exprime e garante a gratuidade do dom e por isso ela é admissível neste matrimônio, pois esta não apenas não compromete a essência do matrimônio e da paternidade, mas a evidencia e a defende, segundo o pensamento de Santo Agostinho o qual afirma que José é esposo tanto mais verdadeiro quanto mais casto e pai tanto mais verdadeiro, quanto mais casto.

A afinidade espiritual de Maria e José, que se prolongou por toda a vida matrimonial deles, era tão intensa que se Maria aceitou a sua divina maternidade sem pedir o consenso de José, foi porque sabia que Deus tinha sobre ela todo direito e que era desejo profundo de José que ela fosse toda de Deus e “agir desta maneira em relação a José, não é falta de delicadeza, mas sinal de confiança. Deus deve sempre passar em primeiro lugar, e é esta a mesma vontade do coração de José, senão ele não seria o esposo de Maria”¹¹³.

Quem senão Maria não devia amar mais a José, ele que lhe foi dado como ajuda e que depois dela é o mais agradável aos olhos de Deus? Por isso, afirma Bernardino de Bustis que “entre Maria e José existiu um amor inquebrantável e santíssimo. De fato, depois de Cristo, seu filho, a Virgem puríssima não amou nenhum homem ou outra criatura como

¹¹² *Summa Theologica*, III, q.28, a.3 ad 5)

¹¹³ M.D. Philippe, *préface*, in C. Sauvé, *Le mystère de Joseph*, Nice 1978, pg 9.

a José, e da mesma maneira, José amou a bem-aventurada Virgem sobre toda pura criatura”¹¹⁴.

Da mesma opinião é Francisco Suárez que ao partir do pressuposto que “faz parte da santidade e da virtude da esposa amar o seu esposo”, deduz que Maria, sendo perfeitíssima em tudo, se distinguiu também no amor para com José. Completa esse pensamento outro josefólogo de nome Barradas ao defender que “No mundo não existiu nenhuma criatura que a Virgem amasse com maior amor do que o seu cônjuge, nenhuma com a qual se relacionasse mais familiarmente que com ele”¹¹⁵.

Disso devemos deduzir que o amor entre José e Maria, embora não seja tão tratado em estudos, e o matrimônio deles, pouco abordado, foram reais e densos de significado, e, como afirma Suárez, “se é verdade, que um dos meios mais eficazes para obter de Deus os dons da graça é a devoção para com a Virgem e também a sua intercessão, quem pode dizer que o santíssimo José, diletíssimo e devotíssimo à Virgem, não tenha obtido por sua mediação a exímia perfeição da santidade?”¹¹⁶.

Vem complementar ainda esse pensamento São Bernardino de Sena afirmando: “Visto que Maria sabia que José lhe fora dado como esposo pelo Espírito Santo para ser o fiel guarda de sua virgindade e para que participasse com ela no amor de caridade e na obsequiosa solicitude para com a diviníssima prole de Deus, acredito que ela amasse São José sinceramente e com todo o afeto do seu coração, e visto que tudo quanto é da esposa e também do esposo, acredito que a

¹¹⁴ *Sermo 12: De Beatae Mariae Virginis Desponsatione*

¹¹⁵ *Commentaria in Concordiam et Historiam Evangelicam, Antwerpiae 1622.*

¹¹⁶ *F.Suárez, op cit., Sect 2*

bem-aventurada Virgem oferecesse liberalissimamente a José o tesouro do seu coração, tanto quanto ele podia receber”¹¹⁷.

Mas como conciliar virgindade e matrimônio? Não resta dúvida de que o casamento de José e Maria é um caso muito especial, pois Jesus foi concebido virginalmente por obra do Espírito Santo, dentro desse matrimônio. Santo Tomás abordou essa questão esclarecendo que os cônjuges têm a obrigação recíproca do relacionamento sexual e, portanto, estão impedidos da continência e não podem fazer o voto de continência sem o consentimento do outro e se o fizer, peca. Por isso, Maria não fez o voto de castidade de maneira absoluta antes do casamento com José, mas somente depois, quando estava certa de realizar a sua vontade sem ferir os direitos de José. Ela estava bem consciente da dimensão do dom sponsal de si e por isso, quando ela perguntou ao anjo: “Como acontecerá isso? Não conheço homem” (Lc 1,34), ela não estava negando a realidade de sua união conjugal, mas manifestava um propósito de viver a virgindade, cuja possibilidade neste contexto se pode explicar somente supondo a certeza de que ela tinha recebido um consentimento de José.

Essa abertura de José ao propósito de vida virginal de Maria é explicada por João Paulo II como a sua participação na fé de Maria “Se pode dizer que José é o primeiro a participar da fé da Mãe de Deus, e que agindo assim, sustenta a sua esposa na fé da divina anunciação”. Se Deus quis o matrimônio virginal de Maria e José, foi para que se ajudassem reciprocamente a doarem-se a Deus. Portanto, não se pode compreender a virgindade, a consagração da mulher

¹¹⁷ *Sermo de S. Joseph Sponso Beatae Mariae Virginis, t. III, art 2, c.1*

na virgindade, afirma João Paulo II, sem não recorrer ao amor esponsal¹¹⁸.

São José foi aquele escolhido por Deus para ser o coordenador do nascimento de Jesus, aquele encarregado de prover a inserção do Filho de Deus no mundo, e, por isso, toda a vida escondida de Jesus foi confiada aos seus cuidados¹¹⁹. Disso se deduz que a presença de José no mistério da encarnação de Jesus não foi secundária, mas plenamente qualificada e deste evento salvífico ele participou como nenhuma outra pessoa, com exceção de Maria, a mãe do Salvador.

O dom do amor de José por Jesus na casa de Nazaré

Jesus, ao vir ao mundo, fez-se em tudo semelhante aos homens, menos no pecado¹²⁰ e essa realidade humana ele a viveu no âmbito de uma família e assim se pode dizer que Cristo entrou na nossa história por meio de uma família. De fato, quando o Verbo de Deus se fez carne (Jo1.14), não ocorreu apenas a sua humilhação (Kenósis) derivada do fato de ter-se tornado um de nós, mas acima de tudo, manifestou a sua realidade biológica e física. Ora, essa realidade deixa transparecer concretamente que o Verbo de Deus se tornou homem no seio da Virgem Maria e também que precisou do exercício da paternidade de José em sua família.

Visto desta maneira, a afirmação de João Paulo II é mais que oportuna quando diz:” Se para a Igreja é importante professar a concepção virginal de Jesus, não menos importante é defender o matrimônio de Maria com José.

¹¹⁸ *Mulieris dignitatem*, 20

¹¹⁹ *Rc* 8

¹²⁰ *Fp* 2,6-8

Disto, se compreende porque as gerações foram elencadas segundo a genealogia de José¹²¹. Da casa de Nazaré brotou a graça da salvação e brilha todo exemplo de sociedade familiar.

Quando nós contemplamos uma iconografia de São José, na cena do nascimento de Jesus em Belém, geralmente o vemos representado em atitude de adoração e recolhido e às vezes meio à parte e com uma aparência de idoso. Naturalmente esse tipo de representação reflete a influência dos apócrifos e a difusão desse tipo de iconografia ajudava na mente do artista a explicar a virgindade de Maria e também na solução da presença dos “irmãos” de Jesus, que, segundo alguns, eram filhos que José teve num casamento precedente, pois ele teria se casado com Maria depois de ter se tornado viúvo. É claro que essa posição definida por São Jerônimo como “delírios dos apócrifos”, não é aquela defendida pela Igreja.

Os evangelhos deixam claro que Deus quis que Jesus nascesse de uma virgem casada e que a concepção de Jesus foi por obra do Espírito Santo, e sendo que a paternidade biológica (de José) foi, portanto, excluída, torna-se necessária a presença de José no mistério dessa concepção visto que a paternidade abrange uma extensão mais ampla que aquela do aspecto biológico, pois abrange também o aspecto jurídico e psicológico.

A presença de José dentro do mistério do nascimento de Jesus ou da sua concepção não foi apenas para que Jesus tivesse uma descendência davídica, mas também para honrar a maternidade de Maria, além de ser o protetor, educador e nutridor de Jesus. Para que Jesus tivesse, como qualquer ser

¹²¹ *Rc 7*

humano, um harmonioso desenvolvimento, precisou de muitos anos de atenção e de cuidado de seus pais.

São José cumpriu, portanto, esta função paterna em relação a Jesus, como muito bem expressou o Papa Paulo VI, ao afirmar que José deu-lhe: “o estado civil, a qualificação social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana”.

A presença de São José no mistério da encarnação do Verbo foi querida por Deus com uma particular atenção, pois ele foi “chamado por Deus, para servir diretamente a pessoa e a missão de Jesus mediante o exercício de sua paternidade e justamente dessa maneira, ele coopera na plenitude dos tempos com o grande mistério da Redenção e é verdadeiramente ‘ministro’ da salvação”¹²².

José participou desse mistério como nenhuma outra pessoa, com exceção de Maria, a Mãe do Verbo encarnado¹²³ e por meio desse ministério exercido, ele se coloca o mais próximo possível de Cristo. A presença de José foi, portanto, indispensável na casa de Nazaré para honrar a maternidade de Maria assim como para ele reconhecer Jesus como seu filho e impor-lhe o nome de Jesus. José foi indispensável em Belém para inserir Jesus menino como “filho de Davi” nos anais do império. Foi indispensável em Jerusalém para apresentar o menino no templo como “primogênito”, além do mais, José teve por Jesus todo amor e toda aquela afetuosa solicitude que o coração de um pai possa conhecer. Por isso, a paternidade de José não é uma paternidade substitutiva, mas plenamente humana.

Outro aspecto muito importante em relação à paternidade de José, foi a sua tarefa educativa para com

¹²² *Rc 8*

¹²³ *Rc 8*

Jesus, coisa que o Papa Paulo VI soube colher e muito bem explicitar ao afirmar a esse respeito que "São José é o modelo do evangelho que Jesus, depois de deixar a pequena carpintaria de Nazaré e iniciada a sua missão de profeta e de mestre, anunciará como programa para a redenção da humanidade"¹²⁴.

Isso significa que o modelo de homem "novo", vislumbrado por Jesus, foi formado em sua mente durante todos aqueles anos que passou na companhia de José. A presença contínua que Jesus tinha de José, homem virtuoso, influenciou-o positivamente e imprimiu em seus olhos a imagem deste homem "novo" que acolherá o Reino de Deus.

Ora, isso não podia ser insignificante na vida de Jesus já que José tinha se colocado plenamente à disposição de Deus, aceitando realizar fielmente o plano de sua encarnação e dando provas de que, para fazer a vontade de Deus, não eram necessárias coisas grandiosas, mas a prática de virtudes comuns e simples, mas verdadeiras, conforme as palavras do Papa Paulo VI.

A convivência de José com Jesus por trinta anos na casa de Nazaré, proporcionou uma influência de caráter afetivo, psicológico, moral, intelectual na vida de Jesus de tal modo que José foi o educador por excelência do Filho de Deus. Por isso, Tomás afirma que José foi verdadeiro pai de Jesus, pois ser pai não é apenas gerar fisicamente o filho, mas também educá-lo e instruí-lo, visto que "a prole não é considerada bem do matrimônio simplesmente porque é gerada por meio dele, mas enquanto esta vem acolhida e educada no matrimônio"¹²⁵.

¹²⁴ *Omelia del 19 marzo 1969.*

¹²⁵ *IV Sent, d.30, q.2.a.2ad4.*

Nesta ótica de Tomás, a missão de São José é, portanto, muito mais do que de guardião de Jesus e não é limitada a apenas uma presença puramente externa como de alimentá-lo ou defendê-lo dos perigos, mas também de uma incidência positiva e contínua na vida de Jesus.

Pregado na cruz, no momento de sua agonia, Jesus clamou ao Pai com a palavra “abbá” (Mc 14,16), ou seja, usou a mesma expressão aramaica com a qual as crianças se dirigiam aos seus pais e que equivale à palavra “papai”. Pois bem, esta maneira de Jesus dirigir-se ao Pai, ele a tomou de sua família, na qual José era justamente chamado com a qualificação de pai, como muito bem Maria, sua mãe, dirigiu-se a ele: “Teu pai e eu estávamos angustiados a tua procura” (Lc 2.48).

Jesus reconheceu a dignidade paterna de José a seu respeito, afinal foi ele que lhe deu o nome Jesus. Se, portanto, José teve a grande honra de, nesta terra, dividir com Deus Pai a identidade de invocação filial de Jesus, então precisamos admitir que ele realmente tinha os sentimentos de um verdadeiro pai para Jesus.

São José não apenas acolheu Jesus de maneira jurídica em sua família, mas também de maneira afetiva, considerando-o e amando-o como seu verdadeiro filho. Os sentimentos de José por Jesus foram a expressões mais genuínas de seu amor verdadeiramente paterno, verdade esta expressa pelo Papa Pio XII ao afirmar que “José desempenhou para com Jesus a tarefa de pai, conviveu com ele, abraçou-o, beijou-o e alimentou-o com paternal afeto... ele teve por Jesus, por um especial dom celeste, todo amor natural, toda afetuosa solicitude que um coração de pai possa conhecer”.

Como filho, Jesus na companhia de Maria e de José, não sofreu privação de amor e de afeto, não era um estrangeiro, mas gozou de todas as vantagens da vivência em uma família virtuosa. A vida de José, afirma Paulo VI, não teve outro

sentido e razão a não ser aquela do serviço ao menino, ao qual estava confiada a redenção da humanidade, por isso, ele se colocou completamente à disposição dos desígnios de Deus e fez de sua vida um serviço e um sacrifício ao mistério da encarnação e à missão redentora que a ela estava ligada. Ele usou da autoridade legal que lhe era decorrente dentro da Sagrada Família, para fazer dom total de si, de sua vida e de seu trabalho.

São Bernardo, ao contemplar a vida íntima que São José viveu com Jesus, afirma: “O Senhor encontrou São José segundo o seu coração e lhe confidenciou com plena segurança o mais misterioso segredo do seu coração. Revelou-lhe a profundidade e os segredos de sua sabedoria... Aquilo que numerosos reis e profetas desejavam escutar e não ouviram, foi concedido a ele, José, que não apenas o viu e o ouviu, mas carregou-o, guiou-o em seus passos, abraçou-o, beijou-o, alimentou-o e protegeu-o”. Por isso, para São José, pode ser aplicada muito bem a bem-aventurança a que Jesus se refere: “a vocês é dado conhecer os mistérios do Reino” (Mt 13,11.16). Se João proclama com exultação a vantagem que os Apóstolos tiveram em conhecer Jesus com estas palavras: “O que nós ouvimos...” (1Jo 1.1), qual não deverá ter sido a alegria de José no cumprimento de sua missão de pai de Jesus ao conviver e ser responsável por ele?

O amor de José por Jesus somente encontra uma comparação com o amor de Maria, e por isso, a nossa devoção a ele nos leva a também amar a Jesus com todo afeto de nosso coração.

O texto sagrado afirma que Maria encontrou-se grávida por obra do Espírito Santo (Mt 1,18). Diante dessa afirmação não faltou quem quis atribuir a paternidade de Jesus ao Espírito Santo. Para esclarecer essa questão, ninguém melhor que Santo Tomás de Aquino, o qual a afrontou citando logo de

início o pensamento de São Jerônimo que afirmava ser muita maldade daqueles que pensam que o Espírito Santo tenha suprido a função do sêmen. Além disso, Tomás reforçou a sua ideia com a afirmação de Agostinho de que Cristo nasceu do Espírito Santo não como seu filho, e concluiu afirmando: "De nenhuma maneira se deve dizer que Cristo é filho do Espírito Santo e nem também da Santíssima Trindade"¹²⁶.

Segundo Agostinho foi o Espírito Santo quem atribuiu o direito da paternidade de Jesus a São José: "Aquilo que o Espírito Santo operou, operou em ambos... O Espírito Santo deu um filho aos dois. Mas atuando naquele sexo que devia dar à luz, realizou de tal maneira que nascesse também para o marido. E dessa maneira, o anjo disse a ambos para impor o nome ao menino, declarando a autoridade dos pais"¹²⁷.

Visto que é o Espírito Santo que honrou São José com o nome de pai, Orígenes reforça que ele devia honrá-lo de maneira eminente com todas as qualidades do amor e do dom de si que são indispensáveis para constituir uma paternidade de particular singularidade e que brilharam em São José ao ponto de revelar a divina fonte, que é o próprio Espírito Santo.

De fato, Cartagena, aplicando a São José a afirmação: "Quaesivit Dominus virum iuxta cor suum - Ele procurou um homem segundo o seu coração". (1Rs 13,14), manifesta uma espécie de simpatia entre o Espírito Santo e São José. Portanto, José era um homem segundo o coração de Deus e por isso, foi um homem conforme o Espírito Santo.

Para Cartagena, "José representa a pessoa do Espírito Santo, porque como ele é o amor do Pai e do Filho, o esposo das almas, o Paráclito e o consolador, assim o bem-

¹²⁶ *São Tomás, Summa Theologica, III, q.32,a.2 e a.3.*

¹²⁷ *Sermo 51,20,30: PL 38,350*

aventurado José amava ardentissimamente a Mãe e o Filho e era a consolação e a alegria de toda a Sagrada Família”¹²⁸.

O fato de Jesus ter sido concebido por obra do Espírito Santo, não compromete a paternidade de José porque a sua paternidade não deriva da geração física, mas ao contrário, confirma e a fortalece, pois na família de Nazaré, José é o pai e assim como o Espírito Santo foi o pedagogo de Cristo, o qual era conduzido por ele onde andasse; da mesma maneira José, como educador de Jesus menino, conduzia-o e guiava-o.

O dom de José ser o Ministro da salvação

Os Evangelhos falam de São José mesmo sem fazer muitas referências sobre ele, contudo, o que relatam já é o bastante para ilustrar a função que ele teve na história da salvação. É preciso levar em consideração o que eles nos apresentam em relação a sua presença na vida de Jesus, pois ignorar isso significa ignorar o próprio Cristo, segundo a afirmação de São Jerônimo que, ignorar as Escrituras é ignorar o Cristo.

Ao tomarmos os Evangelhos não nos será difícil constatar o papel de José como ministro da salvação em relação aos mistérios da vida de Cristo. Desde a aceitação de Maria como sua esposa, José iniciou a sua participação nos mistérios de nossa salvação defendendo a honra do nascimento do Filho de Deus e a dignidade de sua esposa; ele cumpriu os seus deveres paternos impondo o nome ao menino (Mt 1,25) e o reconheceu como seu filho tornando-o membro da casa da família de Davi (Lc 2,4).

Pela ação de José, Jesus é circuncidado e passou a fazer parte do povo da aliança. José, como pai de Jesus, foi o responsável pelas observâncias religiosas na vida do menino,

¹²⁸ *Lib.9, hom, 7, in Vives, Summa Josephina, Romae 1907, pg 123, n. 680).*

pois como ensina os costumes da época, o pai tinha para com o filho a obrigação de circuncidá-lo, de resgatá-lo, de instruí-lo na Torá e numa profissão e por fim, de encontrar-lhe uma esposa¹²⁹.

Por isso, além de se responsabilizar para que o menino fosse circuncidado, José também teve a obrigação de resgatá-lo. O primogênito dentro de uma família representava todo o povo que foi libertado da escravidão do Egito, e, portanto, todo primogênito pertencia a Deus; daí a necessidade de ser resgatado.

José, que vivia na pequena Nazaré, era um homem conhecido pela sua profissão de carpinteiro; de fato, Jesus era conhecido como o “filho do carpinteiro” (Mt13, 55). Em Nazaré Jesus viveu na companhia de José e Maria e a eles era obediente e crescia em sabedoria, idade e graça (Lc2. 51-52).

Em companhia de José na pequena oficina de Nazaré, Jesus não aprendeu apenas a profissão de carpinteiro, mas tudo aquilo que uma longa partilha de trabalho e de vida comporta. Por outro lado, José era sempre enriquecido com a presença de Jesus, visto que ele foi o único feliz a poder trabalhar com Deus.

A Exortação Apostólica *Redemptoris custos* ensina que São José cooperou na plenitude dos tempos “com o grande mistério da Redenção e é verdadeiramente ‘ministro da salvação’”. Esta afirmação de João Paulo II é ilustrada por meio de alguns episódios dos Evangelhos, tais como o da Apresentação de Jesus no templo, como Lucas ilustra (Lc 2,22-24). Neste acontecimento e nos demais presentes nos Evangelhos da infância de Jesus, José se apresenta como “ministro da salvação”. Ele apresenta Jesus a Deus no templo, o qual como primogênito era propriedade de Deus; paga o

¹²⁹ *Mekhiltà su Esodo 13,13*

resgate por ele, conforme a lei mosaica; ele o conduz ao Egito para salvá-lo e depois o reconduz à pátria.

O Papa João Paulo II, em sua mesma Exortação Apostólica *Redemptoris custos* escreve que “no momento culminante da história da salvação, quando Deus revela o seu amor pela humanidade... o casal formado por José e Maria constitui o vértice do qual se expande por toda a terra a santidade”¹³⁰. Portanto, ele enaltece a importância dessa família sagrada; daqui podemos deduzir que se espera ainda maior realce na Teologia e na catequese sobre a pessoa de São José, pois o seu casamento com Maria não é apenas a moldura da encarnação, ou a base histórica e cultural na qual se inseriu o Verbo feito homem, mas constitui parte integrante do mistério da encarnação, seja enquanto condição necessária para a realização do desígnio divino, seja enquanto realidade humana fundamental assumida para ser purificada e santificada, conforme defende o joesfólogo Tarcísio Stramare. A mesma opinião é defendida por João Paulo II quando afirma que a Sagrada Família está “Inserida diretamente no mistério da encarnação”¹³¹.

Por isso, a relação do casamento de José e Maria com a humanidade de Jesus tornou-se instrumento da divindade em vista da santificação das pessoas, pois toda a encarnação de Jesus deve ser vista como redentora visto que os anos de Jesus em Nazaré não foram uma simples preparação, mas sim “tempo de salvação”, durante o qual Jesus assumiu para redimir toda a dimensão da vida humana e para santificar os deveres da família e do trabalho¹³².

No mistério da encarnação de Jesus, José participou, juntamente com Maria, envolvido na mesma realidade desse

¹³⁰ *Rc, 7*

¹³¹ *Rc 21*

¹³² *Rc, 16*

acontecimento salvífico, e visto que a humanidade de Jesus precisou da sua paternidade para realizar os mistérios que exigiam esse evento, então José cooperou na plenitude dos tempos para o grande mistério da redenção, tornando-se verdadeiro ministro da salvação.

José conviveu por trinta anos com Jesus em Nazaré e todo esse tempo teve valor salvífico, por isso o Catecismo da Igreja Católica (CCC 512ss) afirma que Jesus “passou por todas as idades da vida, restituindo a todos os homens a comunhão com Deus “. A vida que Jesus passou em Nazaré antes de seu ministério público não foi simplesmente uma preparação, pois ele foi Redentor desde a sua concepção no seio de Maria até a sua ressurreição e dessa maneira podemos afirmar que a obra da redenção operada por Jesus começou com Maria e José. Não é sem razão que Gerson, o grande devoto de São José, propôs aos Padres do Concílio de Costanza, no dia 8 de setembro de 1416, a festa dos Santos esposos.

É preciso que tenhamos em consideração que a maternidade de Maria, assumida no momento da encarnação de Jesus, contemplou também a paternidade de José e com isso, não nos esqueçamos que a sua paternidade não é uma paternidade aparente, mas possui plenamente a autenticidade da paternidade humana e nela está contida uma consequência da união hipostática, pois Jesus, ao assumir a sua humanidade, assumiu também tudo o que é humano, e, portanto, assumiu plenamente a paternidade humana de José.

Jesus, ao se tornar homem como nós, dedicou a maior parte de sua vida na terra ao trabalho manual na carpintaria de Nazaré, em companhia de José e recebendo, dessa maneira, a qualificação de “filho do carpinteiro”. Essa condição de carpinteiro de Jesus em Nazaré o caracterizou como um simples operário a ponto de a Constituição

dogmática *Gaudium et Spes* afirmar que ele “trabalhou com mãos humanas” e trabalhou com São José. Por isso, João Paulo II afirma que é “Graças ao seu banco de trabalho, junto do qual exercitava a própria profissão com Jesus que José aproximou o trabalho humano do mistério da Redenção”¹³³.

A prerrogativa de José ter podido viver em companhia de Jesus por longos anos fez com que nenhuma pessoa, com exceção de Maria, estivesse tão próximo da mente, da vontade, do coração e do corpo de Jesus que ele próprio, e isso nos faz aceitar perfeitamente a afirmação do Papa Pio XII de que nenhum trabalhador foi tão perfeito e profundamente compenetrado como São José que viveu com Jesus na mais estreita intimidade em comunhão de família e de trabalho, e por isso o mesmo Papa não hesitou em conclamar os trabalhadores a que, se eles quisessem estar próximos de Jesus, que fossem a José - “*Ite ad Joseph*”.

A relação entre a Eucaristia e São José é decorrente da analogia entre José do Egito que providenciou trigo para matar a fome de seu povo e José de Nazaré que providenciou o alimento para Jesus. Já São Bernardo afirmava que José do Egito não conservou o trigo para si, mas para todo o povo, e São José recebeu do céu o pão vivo para conservá-lo, seja para si ou para todo o mundo.

São Bernardino de Sena afirma a superioridade do pai de Jesus porque ele não apenas providenciou o pão para alimentar o corpo, mas procurou com muita presteza o pão do céu para todos os eleitos e que sustenta a vida celeste. Com base nessa analogia, o Papa Pio IX, em seu decreto “*Quemadmodum Deus*”, de 8 de dezembro de 1870, ensinou

¹³³ *Rc 22*

que José “alimentou aquele que os fiéis deviam comer como pão da vida eterna¹³⁴ .

O dom do serviço de José a Jesus e à Maria

Embora os evangelistas Mateus e Lucas falem muito pouco sobre São José, o importante não está tanto nas palavras ditas a seu respeito, mas no evento salvífico do qual ele participou como escolhido de Deus. Deste acontecimento presente na mente de Deus manifestou-se a nossa salvação por meio do Filho de Deus vindo ao mundo, assumindo a nossa natureza humana no seio da Virgem Maria, da qual era esposo José da casa de Davi¹³⁵ .

José, junto com Maria, sua esposa, está para sempre ligado ao evento da encarnação de Jesus e conseqüentemente à nossa redenção. Não é por acaso que o Papa João Paulo II ensina em sua Exortação Apostólica *Redemptoris custos* que José participou da fase culminante da autorrevelação de Deus em Cristo e participou desde o início¹³⁶ .

Esta sua participação na autorrevelação de Deus ao mundo por meio de Cristo rendeu-lhe uma missão única e grandiosa caracterizada como a de guardar, cuidar, alimentar e educar o Filho de Deus, missão de participar do conhecimento deste grande mistério escondido nos séculos e revelado com a encarnação do Verbo para a salvação da humanidade.

O registro de identidade de Jesus é expresso pelo apóstolo Felipe quando este encontrou Natanael e lhe disse: “Encontramos aquele do qual Moisés e os profetas

¹³⁴ *ASS 6 (1870-71) 193*

¹³⁵ *Lc 1,27*

¹³⁶ *RC 5*

escreveram: Jesus, filho de José de Nazaré”¹³⁷. Naquele tempo, todos se interessavam pela proveniência do Messias e até sabiam que ele devia nascer em Belém e ser da família de Davi (Jo 7,41-42).

O próprio Mateus inicia seu evangelho com a genealogia escrevendo: “Genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi...” (Mt 1,1) e termina em José que é o último elo da corrente genealógica, mas este último elo (José) é diferente dos outros e por isso mesmo o evangelista não usou como para os outros personagens o verbo “gerou”, mas terminou o seu relato com essas palavras: “Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado o Cristo”.

Partindo dessa constatação, percebemos que Mateus é consciente de que José não gerou Jesus, mas que ele foi concebido por obra do Espírito Santo (Mt 1, 18.20). Entretanto, o evangelista não deixa de ressaltar que José é o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado o Cristo (Mt 1,16) e por isso Jesus possui a genealogia davídica. A descendência davídica de Jesus lhe vem por meio de José que é da família de Davi, razão pela qual o povo se dirige a Jesus como “filho de Davi, ou seja, reconhecendo que ele é filho de José.

Se Mateus apresenta Jesus como “filho de Davi” é porque ele tem em vista que o reconhecimento deste título era indispensável para que Jesus fosse tido como Messias. Sabemos que não foram apenas os evangelistas que reconheceram Jesus como descendente de Davi, também o apóstolo Paulo recorda essa verdade em sua pregação na sinagoga de Antioquia de Psídia afirmando que Deus da descendência de Davi suscitou, segundo a promessa, um Salvador para Israel e esta é Jesus (At 13,23).

¹³⁷ Jo 1.45

O mesmo apóstolo declarou que Jesus nasceu do sêmen de Davi, segundo a carne (Rm 1,3; 2 Tm 2,8) reafirmando a promessa que já estava contida na profecia da estabilidade da casa de Davi (2 Sm 7, 11-16), por isso Zacarias, no templo, agradeceu a Deus com as palavras: “Porque suscitou para nós uma salvação na casa de Davi conforme tinha prometido...” (Lc 1,69). Da mesma maneira, o anjo Gabriel confirmou que o Senhor Deus lhe daria o trono de Davi seu pai... (Lc 1,32-33).

Esta grande promessa contida no projeto de Deus se realizou por meio de José, esposo de Maria, que é descendente de Davi. Por isso, o trono de Davi garantido a Jesus, passa por meio do casamento de José com Maria, “esposa de um homem da casa de Davi, chamado José” (Lc,1,27), pois ele “era da casa e da família de Davi” (Lc2,4).

O Papa João Paulo II em sua exortação apostólica afirma que José era o homem justo que trazia consigo todo o patrimônio da antiga Aliança, e este foi colocado no início da nova e eterna Aliança em Jesus Cristo¹³⁸. Por isso ele é a luz e o resplendor dos Patriarcas como é invocado nas suas ladainhas. Ele ocupa o título mais importante na árvore genealógica de Jesus, pois é o esposo de Maria, “Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo” (Mt 1,16).

Quando o anjo comunicou a José que devia tomar para si Maria como sua esposa, ele simplesmente a tomou e teve um comportamento de total disponibilidade à vontade Deus da mesma maneira da disponibilidade demonstrada por Maria. As palavras de Paulo VI podem muito bem iluminar esta atitude de José: “O que vemos em nosso querido e modesto personagem? Nós vemos nele uma estupenda disponibilidade, uma prontidão excepcional de obediência e

¹³⁸ Rc 32

de execução. Ele não discute, não hesita, não reivindica direitos ou aspirações. Lança-se no serviço da palavra a ele dirigida; sabe que a sua vida se desenvolverá como um drama, mas que, porém, se transfigura em um nível de pureza e de sublimidade extraordinárias, bem além de qualquer espera ou cálculo humano”¹³⁹.

O seu matrimônio e a sua paternidade para a encarnação do Filho de Deus, a qual exigia não apenas que o Filho de Deus, concebido por obra do Espírito Santo (Mt 1,18), nascesse de uma mulher (Gl 4,4), mas também que o seu crescimento em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens (Lc 2,52) fosse desenvolvido de acordo com as leis do desenvolvimento humano no âmbito de uma família. Daqui a necessidade da presença paterna de José, pois foi para assegurar a proteção paterna dele que Deus o escolheu para esposo de Maria. Dessa maneira, a sua paternidade passa pelo matrimônio com Maria e este se torna o fundamento jurídico da mesma. João Paulo II afirma que se é importante professar a concepção virginal de Jesus, não menos importante é defender o matrimônio de Maria com José porque é desse que juridicamente depende a sua paternidade¹⁴⁰.

Deus deu José à Virgem Maria para que ele participasse de sua excelsa grandeza, já que o matrimônio é “a máxima sociedade de amizade à qual por sua natureza vai unida a comunhão de bens”. Sendo que José recebeu de Deus por meio de sua sublime eleição a graça de se tornar o pai putativo de Filho de Deus e o verdadeiro esposo de Maria, então ele não ficou separado destas duas grandíssimas graças,

¹³⁹ *Omelia, 19 marzo 1968*

¹⁴⁰ *Rc 7*

mesmo porque o seu matrimônio com Maria foi contraído “por íntima disposição do Espírito Santo.

Mateus expressou a doação desinteressada de José à Maria com a frase “e não a conheceu” (Mt 1,25). José, dessa maneira, manifestou o seu verdadeiro amor à Maria o qual consistiu em colaborar com o projeto de Deus para a realização da pessoa amada, que no caso de Maria dizia respeito à sua maternidade divina. Nesse caso, os dois estavam ligados de tal forma a esse projeto que incluía o mistério da encarnação. Ambos são “os pais de Jesus” (Lc 2,41) de tal forma que se tornam o sinal da nova humanidade redentora de Jesus e formam aquela que se denominará depois a “Trindade terrena” que se une à Trindade celeste, sendo o seu reflexo na terra.

O Papa Paulo VI exprimiu bem esta realidade ao nos dizer: “Às portas do Novo Testamento, como também no início do Antigo, está presente um casal, mas enquanto aquele formado por Adão e Eva foi origem do mal que inundou o mundo, aquele formado por José e Maria constitui o vértice, do qual a santidade se espalha para toda a terra. O Salvador iniciou a sua obra de salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua onipotente vontade de purificar e de santificar a família, este santuário de amor e este berço da vida”¹⁴¹.

Não existe verdadeiro dom onde não existe verdadeiro amor, e porque José se fez dom de si a Maria é que ele teve a disposição de privar-se dela, deixando-a livre (Mt 1,19) como ele pensou num primeiro momento que lhe parecia que a sua maternidade divina exigisse isso e ao conhecer o desígnio divino daquela maternidade, permaneceu com ela e não a conheceu (Mt 1, 24-25). Esta disposição de José é a prova de

¹⁴¹ Rc 7

seu amor gratuito conforme exigia o seu ministério paterno em relação a Jesus.

O Espírito Santo, ao qual é atribuído o prodígio do nascimento de Jesus por obra do Espírito Santo, por meio de Maria, não agiu somente na Mãe mas também em José, dado que o liame esponsal existente entre os dois foi confirmado pelo anjo ao dizer-lhe: " Não temas tomar Maria como sua esposa". Por isso, aquilo que aconteceu antes do casamento com Maria, deu-se por vontade de Deus, pois na sua divina maternidade Maria deve continuar como uma virgem, esposa de um marido. Diante disso a exortação apostólica *Redemptoris custos* ensina que o amor de homem de José foi regenerado pelo Espírito Santo "José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor, do seu amor esponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele "homem justo" poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano"¹⁴².

Pelo motivo de sua Imaculada conceição, a concupiscência não esteve presente em Maria, portanto, o seu amor de amizade para com José era garantido, mas e quanto a José? O Papa Leão XIII responde por meio de sua encíclica "*Quamquam pluries*" afirmando: "É certo que a dignidade da Mãe de Deus está fundamentada num grau superior, que nada poderá ser mais sublime, mas justamente porque entre a beatíssima Virgem e José existiu um estreito laço conjugal, não resta dúvida que daquela altíssima dignidade, pela qual a Mãe de Deus supera todas as demais criaturas, José se aproximou tanto que nenhum outro foi capaz... se Deus deu José como esposo Virgem, lhe deu não apenas para companheiro de vida, testemunho de sua virgindade, tutor de

¹⁴² *Rc 19*

sua honestidade, mas também para que participasse por meio do pacto conjugal, de sua excelsa grandeza...“.

Também João Paulo II fez uma consideração a respeito do amor matrimonial de José por Maria afirmando que o seu amor de homem foi regenerado pelo Espírito Santo. Eis o que ele diz: “José fez como Ihe ordenara o anjo do Senhor e recebeu consigo a sua esposa”; o que se gerou nela “é obra do Espírito Santo”. Ora, de tais expressões, não se imporá porventura deduzir que também o seu amor de homem tinha sido regenerado pelo Espírito Santo? Não se imporá porventura pensar que o amor de Deus, que foi derramado no coração humano pelo Espírito Santo (Rm 5,5), forma do modo mais perfeito todo o amor humano? ¹⁴³”

José procedeu assim para com Maria porque era um homem justo (Mt 1,19). Uma interpretação para essa afirmação quer dizer que se tratava de uma justiça legal partindo da suposição de que ele não conhecia a origem divina da maternidade de Maria. Mas, será que seria natural aceitar um mutismo de Maria quanto à sua gravidez justamente ao seu esposo depois de termos ponderado toda a riqueza do amor conjugal deles e sobre a importância da encarnação? Não seria mais lógico pensar que Maria foi a primeira a levar esta notícia a José, seu esposo, o qual, além do mais devia ser a pessoa mais interessada e a mais envolvida no mistério de sua maternidade? Como não seria possível a Maria, convidada pelo anjo a se alegrar, não comunicar imediatamente esse mistério ao seu esposo? João Paulo II compreendeu muito bem a necessidade de José ser informado por Maria a respeito deste mistério quando afirma que José juntamente com Maria é o primeiro depositário deste mistério e que ele participou desta fase culminante da

¹⁴³ *Rc 19*

auto revelação de Cristo. “Deste mistério divino, juntamente com Maria, José é o primeiro depositário. Simultaneamente com Maria e também em relação a Maria, ele participa nesta fase culminante da auto revelação de Deus em Cristo; e nela participa desde o primeiro momento”¹⁴⁴.

Mas qual seria então o problema de José se ele foi informado por Maria do mistério de sua concepção virginal? Por que o seu suposto silêncio? É compreensível que José, diante deste mistério presente em sua vida, se encontrasse numa situação absolutamente nova, sem precedente. A sua grande sensibilidade religiosa e o seu profundo respeito pela majestade de Deus o colocou diante destes pensamentos em relação à sua esposa.

Como permanecer com Maria, sua legítima esposa envolvida agora na santidade de Deus? Como dar o nome ao menino como o anjo lhe pediu quando este nascesse, reconhecendo-o como próprio enquanto é obra do Espírito Santo? Como poderia ele, um simples carpinteiro, ousar intrometer-se nas coisas de Deus? José que era justo, ou seja, uma pessoa plena de respeito pela ação de Deus, decidiu então secretamente retirar-se.

A mesma coisa tinha acontecido com Moisés diante da sarça ardente (Ex 3,5-6) e não tinham feito a mesma coisa Pedro e o Centurião diante de Jesus? (Lc 5,8;7,6). Como não pensar José, próximo ao mistério da encarnação, que não estivesse cheio de temor, ele que nutria o máximo respeito pela presença e a obra de Deus?

José respeitou, portanto, a santidade da presença divina em sua esposa e a deixou totalmente livre ao projeto de Deus, pois para ele, Deus tinha precedência em seu direito sobre Maria. Por isso, a sua tomada de decisão é marcada pelo

¹⁴⁴ Rc 5

sofrimento, pois amava a sua esposa, mas é por causa deste seu profundo amor por ela que esteve disposto deixá-la a fim de que ela pudesse realizar o projeto de Deus. Foi assim que ele sustentou sua esposa na fé da divina anunciação, como afirma João Paulo II: “Pode também dizer-se que José foi o primeiro a participar na mesma fé da Mãe de Deus e que, procedendo deste modo, ele dá apoio à sua esposa na fé na Anunciação divina”¹⁴⁵.

Para o Papa Paulo VI havia uma disposição da vontade de Deus que se antepunha às ações de José, e, por isso, “o seu comportamento ordinário era movido por um arcano diálogo que indicava o que ele devia fazer: José, não temas; faça isto; parta, volta! Como então individualizamos no nosso caro e modesto personagem? Vemos nele uma estupenda docilidade, uma prontidão de obediência e de atuação excepcional; ele não discute, não titubeia, não reivindica direitos ou aspirações. Lança a si mesmo na fidelidade da palavra que lhe foi dirigida, sabe que a sua vida se desenvolverá como um drama que, porém, se transforma em um grau de pureza e de sublimidade extraordinárias, bem além de qualquer esperança ou cálculo humano”¹⁴⁶.

Por isso, São José nos ensina a docilidade da escuta, a prontidão na execução, a fidelidade à vontade de Deus. Tudo se resolve na obediência, esta virtude que o caracteriza, e tudo isso por nada, em vão se temos em conta que a casa de Nazaré é a escola na qual crescerá e será educado para a obediência o próprio Jesus, cuja vida escondida se resume em apenas uma expressão: “era-lhes submisso”. (Lc 2,51)

A paternidade de José é incontestável e está ligada à realidade da encarnação a qual assumiu todo o mistério da

¹⁴⁵ *Rc 5*

¹⁴⁶ *Omelia Del 19 marzo 1968*

família de Nazaré, como a própria Maria declara ao dirigir-se ao seu filho no templo com as palavras: “Teu pai e eu estávamos angustiados a tua procura”. Portanto, as gerações elencadas por Mateus devem seguir a genealogia de José.

O próprio Santo Agostinho questiona: Por que essa paternidade não deve ser por meio de José? Não era talvez ele, o esposo de Maria? A Sagrada Escritura afirma por meio do anjo que ele era o marido de Maria: “Não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo...Ela dará à luz um filho e tu o chamarás com o nome de Jesus...” (Mt 1, 20-21). A Sagrada Escritura sabe que Jesus não nasceu do sêmen de José, porque a ele foi dito que a origem da gravidez de sua esposa vem do Espírito Santo, e mesmo sendo a sua gravidez de proveniência divina, dele não lhe foi tirado a autoridade paterna, pelo fato de que lhe foi ordenado impor o nome ao menino, e também a Virgem Maria, bem consciente de não ter concebido Jesus da união sexual com ele, chama-o, todavia, pai de Jesus¹⁴⁷. Portanto, os evangelistas fazem o elenco genealógico através de José porque ele é o pai de Jesus.

Os documentos da Igreja designam a paternidade de José com o título de “pai putativo”, um termo bíblico utilizado pelo evangelista Lucas. Esse termo tem uma conotação depreciativa, como algo não verdadeiro, e por isso pode ser substituído por outros termos tais como: pai nutrício, legal, virginal, matrimonial, etc. Mas se Lucas afirma que Jesus era tido filho (putativo) de José, isso não quer dizer que não fosse verdadeiro pai, pois o próprio evangelista logo depois usará a afirmação em relação a ele colocada na boca de Maria “Teu pai e eu...” (Lc 2,48).

¹⁴⁷ Rc7

João Paulo II dirá que a família de Nazaré está inserida no mistério da encarnação e que é uma verdadeira família humana na qual José é pai, embora a sua paternidade não seja derivada da geração física; portanto, essa paternidade não é aparente, mas possui plenamente a autenticidade da paternidade humana.

Nesta paternidade está contida a consequência da união hipostática, ou seja, a humanidade de Jesus assumida na unidade da Pessoa divina do Verbo Filho, Jesus Cristo. Juntamente com o assumir a humanidade, em Cristo foi assumido também tudo aquilo que é humano, em particular a sua família, a qual é a primeira dimensão de sua existência na terra, e neste contexto foi assumida também a paternidade humana de José. Por isso, as palavras de Maria “Teu pai e eu...” não é uma afirmação convencional, mas indica a realidade da encarnação a qual pertence ao mistério da família de Nazaré.

Sendo que São José possui a autenticidade da paternidade humana, pois na sua família ele é o pai, “a sua paternidade, porém, não é só “aparente”, ou apenas “substitutiva”; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família”¹⁴⁸. Essa paternidade possuía todo amor que essa exige, caso contrário se identificaria como uma simples intervenção biológica, reduzido a um sêmen, inclusive hoje muito bem manuseado pela engenharia genética.

Por isso, José teve para com Jesus toda a afetuosa solicitude que um coração de pai possa ter, e como afirma a Redemptoris custos: “uma vez que não se pode conceber que a uma tarefa tão sublime não correspondessem as qualidades

¹⁴⁸ *Rc 21*

requeridas para desempenhar adequadamente” esta missão paterna¹⁴⁹.

O amor de José dedicado a Jesus vem bem expresso nas palavras do Papa Paulo VI “Em ter ele feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da encarnação e à missão redentora e com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa”¹⁵⁰.

Portanto, o ministério paterno de São José foi verdadeiramente muito sublime, como Leão XIII exprimiu com estas palavras: “Ele, dentre todos, impõe-se pela sua sublime dignidade, dado que, por disposição divina, foi guardião e, na opinião dos homens, pai do Filho de Deus. Daí se seguia, portanto, que o Verbo de Deus fosse submisso a José, lhe obedecesse e lhe prestasse aquela honra e aquela reverência, que os filhos devem aos próprios pais”¹⁵¹.

O dom do amor de Jesus e de Maria a José

O Apóstolo Paulo descreve em sua carta aos Gálatas que a vinda de Jesus foi para que todos recebessem a adoção divina, e “deste mistério, José participou juntamente com sua esposa...”¹⁵². José foi a testemunha privilegiada deste acontecimento na história da humanidade “José foi

¹⁴⁹ Rc 8

¹⁵⁰ Rc 8

¹⁵¹ Rc 8

¹⁵² Rc 5

testemunha ocular do nascimento de Jesus, conforme nos ensina a exortação apostólica *Redemptoris custos*¹⁵³.

“Nascimento este que se verificou em condições humanamente humilhantes, primeiro anúncio daquele “despojamento”, no qual Cristo consentiu livremente, para a remissão dos pecados. Na mesma ocasião, José foi testemunha da adoração dos pastores, que acorreram ao lugar onde Jesus nascera, depois de um anjo lhes ter levado esta grande e jubilosa notícia (Lc 2,15-16); mais tarde, foi testemunha também da homenagem dos Magos, vindos do Oriente (Mt 2,11)”.

O privilégio que José desfrutou com a presença de Jesus em sua casa foi ansiado por muitos como dirá o próprio Jesus “Bem-aventurados os vossos olhos...” (Mt 13,11-17). Dirá a este respeito São Bernardo: “O Senhor encontrou José, segundo o seu coração e lhe confiou com plena segurança o mais misterioso e sagrado segredo do seu coração. A ele desvelou a obscuridade e os segredos de sua sabedoria, concedendo-lhe conhecer o mistério desconhecido a todos os príncipes deste mundo. Aquilo que numerosos reis e profetas desejaram ver e não viram foi dado a conhecer a ele, José, que não apenas o viu e o ouviu, mas o carregou, o guiou nos seus passos, o abraçou, o beijou, o nutriu e cuidou dele”¹⁵⁴.

José recebeu de Jesus os mais expressivos gestos de amor, e como escreveu Jerônimo Gracián em sua obra *Josefina*: “O menino Jesus dava beijos e carícias a José e à Maria, e embora sendo criança, era Deus; também se pequenino, era infinito; embora de pouca idade era eterno; embora nascido há pouco tempo, era onipotente, embora não sabendo falar, era a sabedoria infinita do Pai... Assim, todos os motivos de amor

¹⁵³ *Rc 10*

¹⁵⁴ *super Missus est*

que tinha naquela idade tinham a sua eficácia e a força de sua divindade escondida...”¹⁵⁵.

Todos os santos privilegiados que são representados com o menino Jesus nos braços não afetam o privilégio único de São José por ter sido ele o escolhido dentre todos os homens da terra para ser o pai de Jesus e ter, devido à sua missão “um relacionamento que o coloca o mais próximo possível de Cristo”¹⁵⁶.

Jesus foi circuncidado cumprindo um preceito imposto por Deus a Abraão como sinal da aliança (Gn 17-9-14), com ela o circunciso entrava no povo eleito. Esta cerimônia era realizada normalmente na casa da família do neonato, com a presença de dez testemunhas, conforme pedia a tradição talmúdica.

O significado deste rito era indicado com a oração de bênção que o pai rezava durante o rito: “Bendito aquele que nos santificou com os seus mandamentos e nos ordenou introduzir este na aliança de Abraão, nosso pai”. José foi privilegiado em dirigir uma oração a Deus, apresentando Jesus como membro do povo de Israel nessa cerimônia.

Jesus devia ser submetido a esse rito para levá-lo à perfeição e realizar o que este significava. Dado que dentre os deveres do pai para com o filho estava aquele de circuncidá-

¹⁵⁵ *Todos nos sentimos importantes quando temos a sorte de tirar uma fotografia junto com uma pessoa que tenha projeção na sociedade ou no mundo. Que dizer daqueles que tiveram o privilégio de ter tido o menino Jesus nos braços? A iconografia reconhece esse privilégio aos pais de Maria, Ana e Joaquim, como também ao velho Simeão na cena da Apresentação de Jesus no templo. Além destes, temos representados com o menino Jesus nos braços também São Bernardo de Clairvaux, Santo Antonio de Pádua, o Bem-aventurado João Duns Scotto, Gaetano de Thiene, São João de Deus, a bem-aventurada Osanna de Cattaro, Santo Estanislau Kostka, São Félix de Cantalice, São João da Cruz e Santa Rosa de Lima*

¹⁵⁶ Rc 7

lo, José participou deste rito dando pleno cumprimento ao exercício de sua paternidade.

Devido à delicadeza desta intervenção, normalmente o pai recorria a uma pessoa capacitada para tal; tratava-se do mohel. José, portanto, providenciou, para a execução desse rito em Jesus, um mohel. Com a circuncisão, Jesus se tornou súdito da lei (At 15,5), assumindo esse rito para nos redimir, mesmo porque ele não foi um beneficiário das promessas, mas a própria promessa.

Passados os dias prescritos para a circuncisão, o menino recebeu o nome de Jesus, conforme o anjo tinha indicado (Lc 2,21). O anjo indica que José deve impor o nome ao menino¹⁵⁷. O anjo deu duas indicações para José: tomar Maria como sua esposa e impor o nome ao menino. Ao assumir esta função, José foi eleito por Deus para participar da suma dignidade sendo pai do menino e impondo-lhe o nome (Mt 1,21).

Jesus era um nome conhecido pelos israelitas e também dado aos seus filhos; era o nome que, segundo a promessa divina, seria o Salvador¹⁵⁸. José tomou Maria consigo, a qual concebeu um filho que ele chamou Jesus (Mt 1,25). Será grande a missão de João Batista de apresentar Jesus para a multidão como o Cordeiro de Deus, mas maior ainda será aquela de José de impor o nome ao Salvador, pois ao impor-lhe o nome, José declarou a sua paternidade sobre ele e proclamou a missão salvadora de Jesus¹⁵⁹. Dessa maneira, José teve o privilégio de inserir Jesus na árvore genealógica de Abraão, honrando-o com o título de “filho de Davi” e, pronunciando o nome de Jesus, proclamou ao mundo a presença e a missão do Salvador.

¹⁵⁷ *Rc 3*

¹⁵⁸ *Rc 3*

¹⁵⁹ *Rc 12*

Os privilégios de José continuaram quando ele e Maria foram ao templo para apresentar o menino (Lc 2,22-24). Jesus era o primogênito (Lc 2,7) e como primogênito, representava o povo da aliança resgatado da escravidão para pertencer a Deus. Por isso, o primogênito precisava ser resgatado, “resgatarás na idade de um mês...” (Nm 18.16) e essa tarefa era dever do pai. “Esta cerimônia, referida por São Lucas (2,22 ss.), incluía o resgate do primogênito e projeta luz sobre o episódio posterior da permanência de Jesus no templo aos doze anos. O resgate do primogênito era um outro dever do pai, que foi cumprido por José. No primogênito estava representado o povo da Aliança, resgatado da escravidão para passar a pertencer a Deus. A propósito disso, Jesus, que é o verdadeiro “preço” do resgate (1Cor 6,20; 7,23; 1Pd 1,19), não somente “cumpre” o rito do Antigo Testamento, mas ao mesmo tempo supera-o, não sendo ele um simples homem sujeito a ser resgatado, mas o próprio autor do resgate¹⁶⁰.

Jesus, ao se tornar homem, assumiu a sua humanidade e também tudo aquilo que é humano, de maneira particular a família como a primeira dimensão de sua existência na terra. José teve o privilégio de ser o chefe dessa família, pois “foi constituído por Deus, chefe da sua família, para que, servo fiel e prudente, guardasse com paterna solicitude o seu Filho unigênito”¹⁶¹. Esta é uma consequência da união hipostática. Na família de Nazaré, “José é o pai: a sua paternidade, porém, não é só “aparente”, ou apenas “substitutiva”; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família. Nisto está contida uma consequência da união hipostática: humanidade assumida na unidade da Pessoa divina do Verbo-Filho, Jesus

¹⁶⁰ *Rc 13*

¹⁶¹ *Rc 8*

Cristo. Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo foi também “assumido” tudo aquilo que é humano e, em particular, a família, primeira dimensão da sua existência na terra. Neste contexto, foi “assumida” também a paternidade humana de José”¹⁶².

Jesus deu início à obra de salvação dentro de uma família e o matrimônio de Maria e José constituiu a vida da Sagrada família, primeiro na pobreza de Belém, depois no exílio, no Egito, e por fim em Nazaré, por isso a Igreja tem uma profunda veneração por esta família, propondo-a como modelo para todas as famílias¹⁶³, pois ela é o exemplo e o modelo para todas as famílias¹⁶⁴, basta pensar que nela Jesus nasceu e cresceu diante dos olhos de Maria e de José¹⁶⁵.

Por isso, a família de Nazaré é o protótipo e o modelo de todas as famílias cristãs¹⁶⁶. Daqui decorre a exigência de os teólogos aprofundarem a teologia da Sagrada Família à luz do mistério da encarnação e que a pastoral por sua vez difunda a prática da consagração das famílias à família de Nazaré. Na verdade, uma teologia da família não é possível sem a teologia da Sagrada família.

No exercício de sua paternidade, José teve a honra de trabalhar com o Filho de Deus em sua carpintaria e de ensinar-lhe a profissão de carpinteiro. Esse fato tão marcante seja para José ou para Jesus levou o Papa Pio XII, em maio de 1955 a propor São José como o modelo dos trabalhadores e a instituir a festa de São José operário.

Já o papa João Paulo II, ao fazer referência da vida de Jesus que vivia em Nazaré submisso aos seus pais (Lc 2,51),

¹⁶² *Rc 21*

¹⁶³ *Rc 21*

¹⁶⁴ *Rc 22*

¹⁶⁵ *Rc 16*

¹⁶⁶ *Rc 7*

afirmou que esta submissão de Jesus na casa de Nazaré deve ser entendida também como a sua participação no trabalho de José. De fato, Jesus não apenas aprendeu a profissão com seu pai José, mas também assimilou a dimensão humana e concreta que caracteriza o mundo do trabalho, ou seja: "O estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar, a educação humana", como ensinou o papa Paulo VI¹⁶⁷.

"Graças ao seu banco de trabalho, junto do qual exercitava o próprio ofício juntamente com Jesus, José aproximou o trabalho humano do mistério da Redenção"¹⁶⁸; dessa maneira Jesus trabalhou neste mundo com mãos humanas e se fez um conosco¹⁶⁹, e foi justamente José quem iniciou Jesus nesta solidariedade compartilhando com ele o cansaço e cooperando, na mais profunda intimidade de vida e de trabalho, para a santificação da vida cotidiana.

A incidência da pessoa de José na vida de Jesus repercutiu na vida e no comportamento do seu filho, por isso o Papa Paulo VI apresenta José como "O modelo do evangelho, que Jesus, depois de deixar a pequena carpintaria de Nazaré, e iniciada a sua missão de profeta e de mestre, anunciará como programa para a redenção da humanidade. São José é o modelo dos humildes, que o cristianismo eleva a grandes destinos; ele é a prova que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo, não são necessárias grandes coisas, mas virtudes comuns, humanas, simples, mas verdadeiras e autênticas"¹⁷⁰.

Em virtude dessa presença forte de São José na vida de Jesus, o Papa João Paulo II propôs para todo o povo cristão o

¹⁶⁷ *Paolo VI, Omelia, 19 marzo 1964*

¹⁶⁸ *Rc 22*

¹⁶⁹ *GS 22*

¹⁷⁰ *Omelia, 19 marzo 1969*

insigne exemplo de José a fim de que possa ter “sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e de “participar” na economia da salvação¹⁷¹.

Juntamente com o título de modelo para os cristãos, a Igreja deu a São José, no dia 8 dezembro de 1870, o título de Patrono da Igreja Universal, e esse reconhecimento o Papa Pio IX o fez quando a Igreja passava por muitas dificuldades. Por isso, o Papa viu que a melhor coisa era dirigir-se a ele que agora goza junto de Deus uma excelsa dignidade, visto que ele teve a Imaculada Virgem Maria como sua esposa e Jesus como seu filho, o qual aqui na terra quis ser-lhe submisso.

João Paulo II explicita em sua exortação apostólica *Redemptoris custos* os motivos da confiança da Igreja em São José com as palavras do Papa Leão XIII: “As razões pelas quais o Bem-aventurado José deve ser considerado especial Patrono da Igreja, e a Igreja, por sua vez, deve esperar muitíssimo da sua proteção e do seu patrocínio, provêm principalmente do fato de ele ser esposo de Maria e pai putativo de Jesus (...). José foi a seu tempo legítimo e natural guarda, chefe e defensor da divina Família (...). É algo conveniente e sumamente digno para o Bem-aventurado José, portanto, que, de modo análogo àquele com que outrora costumava socorrer santamente, em todo e qualquer acontecimento, a Família de Nazaré, também agora cubra e defenda com o seu celeste patrocínio a Igreja de Cristo”¹⁷².

Também na oração “A vós São José”, querida pelo próprio papa Leão XIII para ser rezada depois do rosário, são elencados vários motivos que justificam a sua proteção à Igreja: o socorro contra a peste dos erros e dos vícios, a luta contra o poder das trevas, as insídias e adversidades, etc.¹⁷³

¹⁷¹ *Rc 1*

¹⁷² *Rc 28*

¹⁷³ *Leão XIII, Carta Enc. Quamquam pluries (15/08/1889*

Em vista disso, João Paulo II concluiu que também hoje temos ainda numerosos motivos para recorrer a São José “Afastai de nós, ó pai amantíssimo, esta peste de erros e de vícios..., assisti-nos propício, do céu, nesta luta contra o poder das trevas ...; e assim também como outrora livrastes da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, assim hoje defendei a santa Igreja de Deus das ciladas do inimigo e de todas as adversidades”¹⁷⁴ e por fim, Paulo VI reforçou esta necessidade ao dizer: “A Igreja o quer protetor pela inquestionável confiança naquele ao qual o Cristo quis que fosse confiada a proteção de sua frágil infância, desejando que lá do céu continue a sua missão de tutela, guia e defesa do mesmo corpo de Cristo, sempre frágil”¹⁷⁵”

Concluimos lembrando que pregação da Igreja apostólica honrou grandemente São José com os títulos de pai de Jesus, de esposo de Maria, de filho de Davi e de homem justo. Não existe criatura nesta terra que possa ter tido maiores honras a não ser sua esposa Maria. Da mesma maneira, a Igreja pós-apostólica não apenas conservou esses títulos, mas acrescentou ainda outros reconhecendo o seu patrocínio universal. A São José Deus confiou os seus tesouros mais preciosos, pois ele foi o depositário do mesmo amor eterno do Pai tornando-se o ministro de nossa salvação; o primeiro e singular depositário do mistério divino, do qual participou como nenhuma outra pessoa neste mundo com exceção de Maria, sua esposa.

Ele foi a testemunha privilegiada da vinda do Filho de Deus ao mundo, da adoração dos pastores e das homenagens dos magos. Ele foi aquele que Deus escolheu para ser o organizador do nascimento do Senhor neste mundo e que,

¹⁷⁴ *Rc 31*

¹⁷⁵ *Omelia, 19 marzo 1969*

portanto, providenciou a inserção ordenada do Filho de Deus nesta terra. Ele foi aquele a quem Deus confiou a primorosa guarda o início da nossa redenção e toda a vida escondida de Jesus.

José foi aquele que teve um amável cuidado com Maria e para quem se tornou dom sponsal de si mesmo; aquele que dedicou com alegre empenho na educação de Jesus aproximando o trabalho humano ao mistério da redenção e servindo exemplarmente o Redentor. José serviu e participou do mistério da economia da nossa salvação e demonstrou uma disponibilidade de vontade igual a de sua esposa Maria, permanecendo fiel ao chamado de Deus até o fim e se distinguindo pela execução fiel da vontade de Deus.

O dom da Paternidade de José

Jesus reafirmou a unidade do casal e que ambos, homem e mulher formam uma só carne (Mt 19). Essa constatação leva a concluir que as causas das desuniões conjugais, das produções independentes e até da busca da engenharia genética, é a ausência do verdadeiro amor entre os cônjuges. Se o dom é a expressão do amor, que sentido tem falar de dom da vida, se por trás desse dom não há amor, mas apenas paixão e interesse? Aqui precisa levar em consideração a especial paternidade de São José a qual lhe foi conferida por Deus, não obstante Jesus não ter sido gerado por ele, como afirma Agostinho que “José é confirmado pai não pela carne, mas pela caridade. É assim, que ele é pai. E por que é pai? Porque tão mais pai, quanto mais castamente pai”¹⁷⁶.

¹⁷⁶ *Sermo 51,20,30; PL 38,351*

Ao ler a genealogia de Jesus, em Mateus, constata-se que a intenção é aquela de inserir Jesus na família de Davi e não de provar que isso se deu por meio da geração física de José; de fato, toda a série de “gerou” se interrompe justamente antes de José e vem modificada com a afirmação “esposo de Maria da qual nasceu Jesus, dito o Cristo” (Mt 1,16). Mas como José, que não gerou Jesus, pois esta é obra do Espírito Santo, recebe o título jurídico de pai de Jesus? Mateus responde a essa questão colocando primeiro uma razão jurídica ou legal ao esclarecer que do seu matrimônio com Maria lhe advém o direito a essa paternidade (Mt 1, 16.18.19.20.24). Sua paternidade depende juridicamente de seu matrimônio com Maria, como reconhece a exortação apostólica *Redemptoris custos* “Como se deduz dos textos evangélicos, o matrimônio com Maria é o fundamento jurídico da paternidade de José. Foi para garantir a proteção paterna a Jesus que Deus escolheu José como esposo de Maria”¹⁷⁷. A segunda razão aduzida por Mateus é de ordem pessoal; ele é justo porque não buscou para si o direito de uma paternidade de origem divina, mas foi o próprio Deus que conferiu a ele esta paternidade, aliás, José não apenas pensava ter para si tal honra, mas tinha decidido, inclusive, retirar-se e foi o anjo que lhe ordenou manter consigo sua esposa e dar o nome ao menino, ao qual chamou Jesus (Mt 1, 18.19.21.25).

Jesus não nasceu do sêmen de José, por que foi concebido pelo Espírito Santo, todavia não lhe foi tirada a autoridade paterna sobre Jesus, visto que o anjo lhe ordenou de dar o nome ao menino, conforme explica Santo Agostinho¹⁷⁸. A *Redemptoris Custos* aproveita esse pensamento de Santo Agostinho para afirmar essa verdade: “Quando lhe deu o

¹⁷⁷ *Rc 7*

¹⁷⁸ *Sermo 51, 10,16:PL 38,342*

nome, José declarou a própria paternidade legal em relação a Jesus; e, pronunciando esse nome, proclamou a missão deste menino, de ser o Salvador”¹⁷⁹. José é ciente de sua participação na maternidade divina de sua esposa; de fato, João Paulo II afirma essa verdade com essas palavras: “O mensageiro divino introduz José no mistério da maternidade de Maria. Aquela que, segundo a lei, é a sua “esposa”, permanecendo virgem, tornou-se mãe pela virtude do Espírito Santo”¹⁸⁰.

Por isso, os evangelistas não têm dúvida a respeito da paternidade de São José (Lc 3,23) e a própria Maria que sabia ter concebido por obra do Espírito Santo e que tinha respondido ao anjo: “Como acontecerá isso se não conheço homem” (Lc 1,34), disse a Jesus, seu filho: “Filho, por que fizeste isso conosco? Teu pai e eu estávamos aflitos a tua procura” (Lc 2,48), era ciente da paternidade de seu esposo. Contudo, essa não foi apenas uma paternidade legal, mas verdadeira paternidade segundo as palavras do Magistério da Igreja “uma vez que não se pode conceber que a uma tarefa tão sublime não correspondessem as qualidades requeridas para desempenhar adequadamente, importa reconhecer que José teve em relação a Jesus, “por especial dom do Céu, todo aquele amor natural e toda aquela solicitude afetuosa que o coração de um pai possa experimentar”¹⁸¹; “Uma vez que o amor “paterno” de José não podia deixar de influir sobre o amor “filial” de Jesus e, vice-versa, o amor “filial” de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor “paterno” de José, como chegar a conhecer as profundezas desta singularíssima relação?”¹⁸²

¹⁷⁹ *Rc 12*

¹⁸⁰ *Ibidem n 3*

¹⁸¹ *Rc 8*

¹⁸² *Rc 27*

Portanto, conforme ensina Santo Agostinho afirmando que embora foi apenas na virgindade que Maria concebeu e deu à luz a Jesus ele nasceu para os dois: “Aquilo que o Espírito Santo realizou, ele realizou para todos os dois. O Espírito Santo repousando sobre a justiça de ambos, para ambos doou o filho; ele agiu naquele sexo no qual competia conceber, mas para que nascesse também para o marido”¹⁸³. “Ambos merecem ser denominados pais de Jesus, pelo motivo da fidelidade conjugal, não apenas ela, mãe, mas também ele, seu pai”¹⁸⁴.

O fato de Maria chamar José pai de seu filho (Lc 2, 48) não foi devido a uma expressão de humildade ou de cortesia para com ele, mas um claro reconhecimento de um direito que lhe competia; ademais, a sua paternidade era indispensável para o reconhecimento de Jesus como filho de Davi; eis porque a ele foi dado o direito de impor o nome ao menino, de apresentá-lo no templo de Jerusalém e resgatá-lo e por isso foi-lhe dada a missão de proteger, alimentar, educar Jesus na lei e ensinar-lhe uma profissão: “O crescimento de Jesus ‘em sabedoria, em estatura e em graça’(Lc 2,52), deu-se no âmbito da Sagrada Família, sob o olhar de São José, que tinha a alta função de o ‘criar’; ou seja, de alimentar, vestir e instruir Jesus na Lei e num ofício, em conformidade com os deveres estabelecidos para o pai”¹⁸⁵.

Como pai, São José teve uma indispensável missão, pois ele foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade: desse modo, precisamente, ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos, e é

¹⁸³ *Sermo 51, 2º, 3º; PL 38, 351*

¹⁸⁴ *De nuptiis et concupscientia, I, 11,12; PL 44,421*

¹⁸⁵ *Rc 16*

verdadeiramente ‘ministro da salvação’¹⁸⁶. Portanto, ele é o modelo do educador pois “Ele participou em tal mistério simultaneamente com Maria, envolvido na realidade do mesmo evento salvífico, e foi depositário do mesmo amor”¹⁸⁷. Jesus entrou em nossa história por meio da família de José e assim juntamente com o assumir a nossa humanidade, assumiu também a família; “Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo foi também ‘assumido’ tudo aquilo que é humano e, em particular, a família, primeira dimensão da sua existência na terra. Nessa família José é o pai, “sua paternidade, porém, não é só ‘aparente’, ou apenas ‘substitutiva’; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família”¹⁸⁸.”

Por isso, a vocação de José não foi apenas de ser esposo de Maria, mas também de pai no qual Jesus pode ver espelhado de maneira adequada o Pai que ele na sua pessoa divina, refletia na eternidade, e esse título de pai que o Espírito Santo deu a José foi acolhido por Jesus durante toda a sua vida de convivência com ele por meio da obediência (Lc 2,51), mas foi também honrado por São José que fez “de sua vida um serviço, um sacrifício ao mistério da encarnação é à missão redentora à qual está ligada, por ter servido da autoridade legal que lhe competia sobre a Sagrada família, para tornar-se dom total de si, de sua vida e de seu trabalho”¹⁸⁹.

¹⁸⁶ *Rc 8*

¹⁸⁷ *Rc 7*

¹⁸⁸ *Ibidem 21*

¹⁸⁹ *Paolo VI, Allocuzione, 19 marzo, 1966*

Os Santos esposos Maria e José

É indispensável que haja um aprofundamento sobre a Sagrada Família, o matrimônio de Maria e José, e a sua paternidade, para se compreender o mistério da encarnação, e nesse ponto deve entrar necessariamente a Josefologia. Como afirma João Paulo II, foi “No momento culminante da história da salvação, quando Deus manifestou o seu amor pela humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se exatamente o matrimônio de Maria e José, em que se realizou com plena “liberdade” o “Dom sponsal de si” acolhendo e exprimindo um tal amor”¹⁹⁰. O homem é o sinal visível do amor de Deus e o matrimônio de Maria e José se apresenta como imagem perfeita do amor criador e redentor de Deus para a humanidade, pois ambos se fizeram dom de si. De fato, o dom desinteressado de si que José fez à Maria é expresso por Mateus na frase “Não a conheceu” (Mt 1,24s).

O verdadeiro amor consiste em cooperar para realizar na pessoa amada o projeto de Deus, que no caso de Maria dizia respeito a sua maternidade divina. Dessa maneira, o matrimônio de Maria e José é visto como aquele que realizou a dimensão originária do mistério da criação de Deus, como é expresso na Redemptoris custos: “Eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do Antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra, a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua vontade onipotente de purificar e santificar a família, que é santuário do amor humano e berço da vida”¹⁹¹.

¹⁹⁰ *Rc 7*

¹⁹¹ *Rc 7*

A Igreja pós-apostólica sempre designou São José com o título de “Esposo da Bem-aventurada Virgem Maria” e, portanto, São José exprimiu mediante o dom total de si, o seu generoso amor por Maria, pois houve entre ele e Maria um estreito vínculo conjugal. José inclusive decidiu se retirar da vida de Maria para não impedir o plano de Deus que estava se realizando nela, mas pela expressa mensagem do anjo a mantém consigo e a respeita como exclusiva propriedade de Deus. Muitos não entendem esse comportamento de José e perguntam por que essa atitude dele para com Maria. Por que alguns veem esse matrimônio como algo frágil e passível até de uma anulação como acontecem com aqueles que recebem uma dispensa do Papa pelo fato de ser um “matrimonium ratum et non consummatum? – ratificado e não consumado?”. Na verdade, desde os primórdios esse questionamento é feito, basta lembrar os “delírios” dos apócrifos que suscitaram depois uma iconografia de São José como um idoso e contra tal ideia Santo Agostinho se empenhou em combater contra os Pelagianos.

Na verdade, boa parte da incompreensão sobre o verdadeiro sentido do matrimônio de José e Maria nasce da falta de conhecimento sobre em que consiste a essência do matrimônio muito bem impostada por Santo Tomás, o qual explica que o matrimônio é considerado verdadeiro enquanto atinge a sua perfeição e que uma coisa pode ter duas perfeições: a primeira consiste na própria essência daquela realidade da qual se obtém a sua perfeição e a segunda consiste no seu agir, pela qual aquela realidade atinge o seu fim. Afirma Santo Tomás que a essência do matrimônio consiste na indissolúvel união de almas, que obriga cada um dos cônjuges a se manterem para sempre fiéis um ao outro. O fim do matrimônio é a geração e a educação da prole; a geração se obtém mediante a união sexual e a educação

mediante aquela ajuda recíproca que o marido e a mulher se empenham para alimentar e sustentar o filho. Pois bem, a respeito da primeira perfeição o matrimônio entre a Virgem Mãe de Deus e São José foi verdadeiríssimo porque ambos consentiram a união conjugal; não consentiram, contudo, a união sexual a não ser sob a condição de que se fosse a vontade de Deus. Quanto à segunda perfeição a qual depende de ações próprias do matrimônio, se nos referirmos à união sexual, que gera a prole, este matrimônio não foi consumado, mas ele teve, todavia, também a segunda perfeição no que diz respeito à educação da prole¹⁹².

Justamente porque José fez-se dom esponsal de si à Maria é que ele estava de tal forma disposto a deixá-la livre, privando-se dela. Mas quando lhe pareceu que para a maternidade divina de sua esposa precisa estar com ela, então em pleno respeito à exclusiva pertença dela a Deus, a tomou consigo e não a conheceu (Mt 1,24s). Essa sua atitude é a prova evidente da gratuidade de seu dom à Maria e esta foi-lhe possível por ser livre do pecado em mérito à sua missão de pai, o que o coloca o mais próximo possível de Cristo, e devido à ação do Espírito Santo que foi suprema na encarnação por ser a encarnação do Verbo a maior obra que Deus realizou fora de si e à qual concorreram todos os atributos divinos, como ensinou Leão XIII. Portanto, o Espírito Santo, enquanto agia em Maria, a cheia de graça, agiu também em José, como explicita a *Redemptoris custos*: "O mensageiro diz claramente a José: "Não temas receber contigo, Maria, tua esposa"¹⁹³. e isto significa que "Este homem "justo", que, segundo o espírito das mais nobres tradições do povo eleito, amava a Virgem de Nazaré e a ela se

¹⁹² *S. Th, III, q. 29, a. 2 in c*

¹⁹³ *Rc 18*

encontrava ligado por amor esponsal, é novamente chamado por Deus para este amor”¹⁹⁴. O amor de homem de José foi regenerado pelo Espírito Santo, conforme ensina João Paulo II: “José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor, do seu amor esponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele “homem justo” poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano”¹⁹⁵.

O amor desinteressado¹⁹⁶ estava garantido em Maria pelo fato de sua Imaculada Conceição, mas este também estava garantido em São José, e dado que entre ele e Maria existiu uma estreita união conjugal, ele se aproximou como nenhuma outra pessoa desta grandíssima dignidade de sua esposa, e se Deus deu José como esposo de Maria, o deu não apenas para ser companheiro de vida, testemunha de sua virgindade ou tutor de sua honestidade, mas para que participasse, por meio do pacto conjugal, de sua altíssima grandeza, conforme nos ensina a Encíclica¹⁹⁷.

Enfim, podemos concluir com convicção sólida que José não esteve ao lado de Maria como um mudo testemunho do mistério de sua maternidade divina, mas que participou pessoalmente e intensamente com ela desse mistério; ele é aquele que foi colocado por Deus sobre o caminho da peregrinação da fé de Maria, e tudo isso se deu por meio do seu matrimônio com Maria, por “aquele vínculo sagrado que uniu São José à Imaculada Virgem Maria”, como rezamos na oração “A vós São José” de Leão XIII.

Nesse sentido, é redutivo ver Maria apenas como Virgem e Mãe, desconsiderando o seu casamento com José e a sua qualificação de esposa, quase que vendo o seu estado

¹⁹⁴ *Rc 19*

¹⁹⁵ *Rc 19*

¹⁹⁶ *amor de amizade*

¹⁹⁷ *Encíclica Quonquam pluries*

matrimonial como algo sem significado e um incômodo, e dessa maneira empobrecendo o mistério da encarnação. Muito bem ensina Santo Tomás que o matrimônio e a virgindade não se opõem “Pelo fato de que a Mãe do Senhor se casou e foi casada virgem, na sua pessoa são honrados a virgindade e o matrimônio”, realidade confirmada pela *Familiaris consortio* que diz: “A virgindade e o celibato para o Reino de Deus não apenas não contradizem à dignidade do matrimônio, mas a pressupõem e a confirmam. O matrimônio e a virgindade são duas maneiras de exprimir e de viver o único mistério da Aliança de Deus com o seu povo”¹⁹⁸.

Estas duas verdades encontram o seu ponto de união quando exprimem a caridade, tanto José como Maria experimentaram a riqueza da caridade vivendo estas duas expressões e tornando-se dessa maneira o modelo para estes dois gêneros de vida. Ciente disso o Papa Leão XIII na sua encíclica *Quamquam Pluries* ensina que “Os cônjuges têm em José um perfeito exemplo de amor, de concórdia e de fidelidade conjugal e os virgens um defensor da integridade virginal”. Ao reconhecer a essência do dom no matrimônio, seria oportuno para os nubentes ao se casarem, que o consenso deles ao matrimônio seja mais do que um “eu te recebo como meu esposo(a), mas um “eu me doo a ti ...”, evidenciando que eles só podem se pertencer ao se doarem um ao outro.

¹⁹⁸ *FC 16*

O Mistério da Sagrada Família

João Paulo II usou a expressão “mistério da Sagrada Família”, seja na sua Carta às famílias: “É graças também a José que o mistério da encarnação e, juntamente com ele, o mistério da Sagrada Família, fica inscrito profundamente no amor sponsal do homem e da mulher e indiretamente na genealogia de cada família humana”¹⁹⁹, como na Exortação apostólica *Redemptoris Custos* “A Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da Encarnação, constitui ela própria um mistério particular”²⁰⁰. A palavra “mistério” é frequentemente identificada como algo escondido, obscuro e incompreensível, em todos os casos devemos conceber, conforme ensina o Catecismo da Igreja Católica no número 512, que tudo aquilo que Jesus realizou e ensinou desde o início até o dia em que subiu aos céus, deve ser contemplado à luz dos Mistérios do Natal e da Páscoa. Por isso, todas as palavras e ações de Jesus no tempo de sua vida escondida e de seu ministério público, foram eventos salvíficos.

O Mistério é essa solidariedade que, graças à humanidade de Jesus, instaurou-se entre Deus e nós, ou seja, “Deus se fez homem para que nós nos tornássemos deuses”, segundo a bela expressão de Santo Atanásio. Ora, tudo isso se deu a partir do momento da Anunciação e assim com a encarnação e a concepção de Jesus se realizou o início daquela Redenção que ele desempenhará durante toda a sua vida. Na verdade, a Redenção é fruto antes de tudo do sangue da cruz, mas se realiza em toda a vida de Cristo, já na encarnação e na sua vida escondida com sua obediência na família de Nazaré onde Jesus era submisso aos seus pais e crescia em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos

¹⁹⁹ *LF 20*

²⁰⁰ *Rc 21*

homens (Lc 2,51s) e a obediência de Jesus no dia a dia de sua vida escondida já era a inauguração da obra de restauração daquilo que a desobediência de Adão tinha destruído²⁰¹.

Foi, portanto, a partir da família em Nazaré que Cristo se revelou homem e esta família inserida diretamente no mistério da encarnação, constitui por si mesma um Mistério²⁰². A constante presença de José e Maria na vida de Jesus em Nazaré faz com que esta família seja não apenas santificada, ou seja, a Sagrada Família por excelência, mas também santificante, e é isto que constituiu justamente o “Mistério da Sagrada Família”.

Este aspecto não passou despercebido ao Papa João Paulo II ao ensinar que “Nesta grandiosa empresa da renovação de todas as coisas em Cristo, o matrimônio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, um sacramento da Nova Aliança. E eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do Antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua vontade onipotente de purificar e santificar a família, que é santuário do amor humano e berço da vida”²⁰³. Por isso, nessa família todos devem se espelhar, porque nela viveu por longos anos o Filho de Deus, o protótipo de toda família humana. Além do mais, Jesus iniciou a sua obra de salvação com a união virginal e santa de Maria e José e nesta manifestou a sua vontade de purificar e santificar a família. Por isso, o Papa Leão XIII em sua Carta apostólica “Neminem

²⁰¹ *CIC 531-2*

²⁰² *Rc 21*

²⁰³ *Rc 7*

fugit” explicita que “Deus misericordioso, tendo decretado a realização da obra de reparação humana esperada ao longo dos séculos, dispôs a maneira e a organização dessa obra de forma que os mesmos seus primeiros inícios mostrassem ao mundo o agusto ideal da família divinamente constituída, na qual todos os homens pudessem ver um absoluto exemplo da sociedade doméstica e de toda virtude e santidade. Tal foi, verdadeiramente aquela família nazaretana, na qual estava escondido o Sol de justiça antes que brilhasse com plena luz para todos as pessoas, ou seja, nosso Cristo Salvador, com a Virgem Mãe e José esposo santíssimo, que desempenhava a tarefa de pai para com Jesus”²⁰⁴.

O matrimônio de Maria e José foi estabelecido por Deus para o cumprimento das promessas davídicas que diziam respeito ao Messias; este devia também servir para salvaguardar a honra de Maria e do Filho de Deus e por fim, para prover a sua educação humana. De fato, Santo Tomás afirma que este matrimônio “foi ordenado especialmente para esse objetivo, ou seja, para que a prole, Jesus, fosse acolhida e educada nele”²⁰⁵.

A mesma convicção se encontra em Boaventura, o qual atribui ao Espírito Santo a razão deste matrimônio afirmando que “Tudo aquilo que diz respeito a este matrimônio aconteceu por íntima disposição do Espírito Santo”²⁰⁶. Portanto, a encarnação do Filho de Deus ocorreu em uma verdadeira família na qual está José como verdadeiro esposo de Maria (Mt 1,16.19) e Maria a sua verdadeira esposa (Mt 1,18). Nessa família está Maria como verdadeira mãe que concebe e dá à luz (Mt 1,16. 18.20.21.25; Lc 1, 31, 2,7)). Nessa família está presente o verdadeiro filho que permaneceu no

²⁰⁴ *Leão XIII, 14 giugno 1892*

²⁰⁵ *IV Sent., dist. 3º, q.2 ad 4.*

²⁰⁶ *IV Sent., 30,a. 1,q.2.*

seio materno de Maria (Lc 2,5; 1,31,2,7). Nessa família estão todas as fases pelas quais a vida humana passa; o embrião, o feto, o neném, a criança, o adolescente, o jovem, o adulto, ou seja, um verdadeiro homem. Nessa Sagrada família encontra-se a forma humana da família do Filho de Deus, na qual José é pai, embora não derivante da geração, contudo, não aparente ou substitutiva, mas autêntica e plena paternidade. Nessa família está contida uma consequência da união hipostática, ou seja, a humanidade assumida na união da Pessoa divina do Verbo-Filho e juntamente com a humanidade assumida é também assumido tudo aquilo que é humano e, em particular, a família. Neste contexto está também assumida a paternidade de José.

Vemos, portanto, na Família de Nazaré o protótipo de todas as famílias cristãs, uma família na qual teve início a redenção da humanidade e a única no mundo que glorificou a Deus de maneira incomparavelmente alta e pura, pois nela, “por um misterioso desígnio de Deus, viveu escondido por longos anos, o Filho de Deus”²⁰⁷.

Quanta dignidade para Maria, a mãe, mas também quanta dignidade para José, o pai, pois como afirma Tomás “quanto mais aquilo que pode receber está próximo da causa influente, tanto mais participa do seu influxo”²⁰⁸, disso se pode compreender o quanto São José recebeu a influência da santidade, ele que estava diariamente em contato com o mistério escondido nos séculos que morou debaixo de seu teto: “José estava quotidianamente em contato com o mistério ‘escondido desde todos os séculos’, que ‘estabeleceu a sua morada’ sob o teto da sua casa”²⁰⁹.

²⁰⁷ FC 86

²⁰⁸ S.Th,III, q.7, a.1

²⁰⁹ RC 25

Na verdade, essa presença diária de Jesus na vida de José não era apenas por morar na mesma casa, mas acima de tudo porque ele era seu pai, e, portanto, era uma comunhão de pai com o filho. Afirma João Paulo II a esse respeito: “Uma vez que o amor “paterno” de José não podia deixar de influir sobre o amor “filial” de Jesus e, vice-versa, o amor “filial” de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor “paterno” de José...”²¹⁰.

A Sagrada Família está fundamentalmente enraizada no mistério da encarnação e a Cristologia não pode deixar de reconhecer que esta é a Sagrada Família por excelência, e devido à constante presença física de Jesus nela, ela se torna santificada e santificadora. Há uma razão para essa afirmação, pois a casa de Nazaré que José governava era o berço da Igreja nascente e “Toda a Igreja estava já, de fato, junto a ele, já reunida em germe fecundo na humanidade e no Sangue de Cristo. Toda a Igreja já estava presente na virginal maternidade de Maria santíssima, Mãe de Jesus e Mãe de todos os fiéis. A Igreja já estava junto a São José, quando ele era, na Sagrada Família o guarda, o pai tutor”²¹¹; portanto, é na Sagrada Família que todas as famílias devem espelhar-se uma vez que “a essência e as funções da família se definem, em última análise, pelo amor e que à família é confiada a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, qual reflexo vivo e participação do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja, sua Esposa, é na Sagrada Família,

²¹⁰ *Rc 25*

²¹¹ *Pio XI, 21 Aprile 1926*

esta originária 'Igreja doméstica', que todas as famílias devem espelhar-se"²¹².

Família de Nazaré, o modelo para toda família

O Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita à paróquia Sagrada Família de Roma, em fevereiro de 1992, ao tecer considerações sobre a família assim se expressou: "Sabemos muito bem que a família está em crise, porque o mundo com suas teorias e sua praxe não privilegia a unidade e a fidelidade do casal, não estima suficientemente a fecundidade, não compreende adequadamente a indissolubilidade, não favorece a santidade chegando até a desconsiderar a vida já concebida e consentido a sua supressão".

Diante desta triste realidade, é preciso revitalizar a família, pois já o papa Leão XIII, indicava o remédio para os males da sociedade na revitalização da célula familiar, com essas palavras: "Quanto mais raízes profundas tiverem as virtudes em casa, com quanto mais cuidado forem formados os filhos por meio de palavras, e pelos exemplos dos pais com a observância dos preceitos religiosos, tanto mais ricos serão os frutos na comunidade. Por isso, é sumamente de interesse que a sociedade familiar não seja apenas constituída santamente, mas também que seja dirigida por leis santas, e seja promovida nela diligentemente e continuamente o espírito de piedade e a maneira de se viver cristãmente".

Vendo oportunamente essas indicações do papa, precisamos recorrer à família de Nazaré como exemplo de comunhão doméstica e dom sponsal de si, como expressou João Paulo II em sua Exortação Apostólica Redemptoris Custos nessas palavras: "No momento culminante da história da salvação, quando Deus manifestou o seu amor pela

²¹² Rc 7

humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se exatamente o matrimônio de Maria e José, em que se realizou com plena “liberdade” o “dom esponsal de si” acolhendo e exprimindo um tal amor”²¹³.

O valor da Sagrada família não é ainda reconhecido, e, portanto, conhecido junto às famílias, por isso precisa ter seu justo reconhecimento na catequese e na teologia. De fato, o matrimônio de Maria e José não é apenas aquela estrutura histórica e cultural na qual o Filho de Deus se inseriu como homem, mas parte integrante do mistério da encarnação, seja enquanto foi a condição exigida para a realização do desígnio divino, seja enquanto fundamental realidade humana que foi assumida para ser purificada e santificada, como nos ensina João Paulo II “A Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da Encarnação, constitui ela própria um mistério particular”²¹⁴.

O matrimônio de Maria e José é apresentado como a primeira obra da salvação, pois como afirmou Leão XIII, Deus, no decreto da obra de reparação da humanidade dispôs que o início desta obra estivesse presente o grande ideal da família divinamente constituída por eles. O matrimônio purificado e renovado de Maria e José, tornou-se uma realidade nova, como expressa a *Redemptoris custos* com estas palavras: “Nesta grandiosa empresa da renovação de todas as coisas em Cristo, o matrimônio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, um sacramento da Nova Aliança”²¹⁵.

Toda a encarnação deve ser vista como redentora, e assim sendo, o matrimônio de Maria e José faz parte dessa ação redentora. Por isso, não se deve minimizar os trinta anos que

²¹³ *Rc 7*

²¹⁴ *Rc 21*

²¹⁵ *Rc 7*

Jesus viveu na Sagrada Família em companhia de Maria e de José, pois estes anos não foram simplesmente um tempo de espera ou de preparação para a sua atuação redentora, mas tempo de salvação durante o qual Jesus assumiu todas as fases da vida humana e assim santificou a família²¹⁶.

Mas não apenas isso, visto que a convivência de Jesus com José e Maria em Nazaré, serviu para que eles chegassem a um grau mais alto de santificação como seres humanos, a ponto que se pode afirmar que na Trindade Terrena (Jesus, Maria e José) se encontra espelhada a Trindade divina, como afirmou João Paulo II em uma de suas homilias no dia nove de fevereiro de 1992 :“estejam entre vocês Jesus, Maria e José, esta Trindade terrena, e que através desta esteja próximo de vocês a Trindade divina, Pai Filho e Espírito Santo”. Por isso, a Igreja propõe a Família de Nazaré como modelo para todas as famílias, e sendo que a família tem a missão de guardar, revelar e comunicar o amor. A família de Nazaré é espelho para todas as famílias pois nesta, por um misterioso desígnio de Deus, Jesus, Filho de Deus, viveu por trinta anos. Essa ideia já tinha sido expressa por Leão XIII em sua Carta apostólica “Neminem Fugit” quando indicou a família de Nazaré como sublime ideal, na qual todos podiam ver um exemplo de todas as virtudes e santidade.

A família é, de fato, diz João Paulo II, um caminho comum, um caminho do qual o ser humano não pode separar-se. De fato, cada homem vem ao mundo normalmente dentro de uma família, e por isso pode se dizer que se deve a essa o fato de existir como homem. Quando falta a família, se cria na pessoa que vem ao mundo uma preocupante e dolorosa carência que pesará por toda a vida²¹⁷.

²¹⁶ *Rc 7*

²¹⁷ *LF 1*

Esta constatação sobre a grande importância da família nos ajuda a compreender a sua necessidade na economia da salvação. Assim, o mistério divino da encarnação do Verbo está, portanto, em estreito relacionamento com a família humana, visto que “com a encarnação o Filho de Deus se uniu em certa maneira a cada homem... se fez verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo menos no pecado”²¹⁸ e isso aconteceu justamente começando com a família, a qual Jesus escolheu para nascer e viver, pois “o Filho unigênito, consubstancial ao Pai, Deus de Deus, Luz da Luz, entrou na história dos homens por meio da família”²¹⁹.

Nesta ótica, se pode compreender muito bem que a encarnação do Verbo não comporta apenas um relacionamento com a família de Nazaré, mas com cada família, visto que Jesus, ao assumir sua humanidade dentro de uma família, uniu-se a cada homem.

Dado que Deus entregou Filho ao mundo por meio de uma família, como não podemos ver nesse fato um extraordinário significado? De fato, quando o evangelista afirma que o “Verbo se fez carne” (Jo 1,14), não quer dizer simplesmente o estado de humilhação de Jesus pelo fato de se tornar um de nós. Foi justamente a realidade da carne de Jesus que exigiu a maternidade de Maria e também a paternidade humana de José. Visto que a maternidade e a paternidade devem ser presentes na realidade do matrimônio, garantindo a legitimidade, a acolhida e a educação da prole, a sua existência está expressamente notificada pelos evangelistas os quais qualificam José como esposo de Maria (Mt 1.16.19) e Maria como esposa de José (Mt 1,20.24; Lc 1,27;2,5) e essa anotação de Mateus e Lucas não é um simples detalhe

²¹⁸ *GS 22*

²¹⁹ *LF 2*

insignificante, pois “também para a Igreja, se é importante professar a concepção virginal de Jesus, não menos importante é defender o matrimônio de Maria com José”²²⁰.

A presença de Jesus nas bodas de Caná (Jo2,1-11) demonstra o “quanto a verdade da família está inscrita na revelação de Deus e na história da salvação”²²¹ e, dessa maneira, Jesus se tornou arauto da verdade divina do matrimônio, anunciando esta verdade justamente com a sua presença e realizando o seu primeiro “sinal”, mudando a água em vinho, e isso é mais significativo ainda porque Jesus, antes de revelar essa verdade, quis vivê-la como membro de uma família; quis nascer no matrimônio de Maria e José também, se não desse matrimônio, e viver na mais perfeita obediência aos seus pais (Lc 2,51; 27.33.41).

A família se coloca portanto, no centro da Nova Aliança na qual a família de Nazaré ocupou lugar da “mais alta expressão”²²², e neste sentido, o papel de São José se torna insubstituível, porque “é também graças a José que o mistério da Sagrada família, vem inscrito profundamente no amor sponsal do homem e da mulher e indiretamente na genealogia de cada família humana”²²³.

O desígnio redentor de Deus tem o seu fundamento no mistério da encarnação e deste, São José participou como nenhuma outra pessoa humana, com exceção de Maria, a Mãe do Verbo encarnado; José esteve envolvido nesse evento salvífico e foi o depositário deste mesmo amor, pelo qual Deus nos predestinou como filhos adotivos²²⁴.

²²⁰ *Rc 7*

²²¹ *LF 18*

²²² *LF 20*

²²³ *LF 28*

²²⁴ *Rc 1*

José participou do mesmo mistério e do mesmo amor juntamente com Maria, sua esposa, e isso é muito importante levar em consideração porque se, por uma parte, a maternidade de Maria não depende de José, porque é obra do Espírito Santo, por outra parte, essa maternidade não pode ser separada dele, pois o mensageiro se dirige a José como sendo ele o esposo de Maria, aquele que em seu tempo deverá impor o nome de Jesus ao Filho que nascerá de Maria, casada com ele. Deste mistério, José é o primeiro depositário juntamente com Maria e também em relação a ela, pois ele “participa dessa fase culminante da autorrevelação.... de modo perfeito”²²⁵.

Assim, “Desde o momento da Anunciação, José, juntamente com Maria, encontrou-se, em certo sentido, no íntimo do mistério escondido desde todos os séculos em Deus e que se tinha revestido de carne: *“O Verbo fez-se carne e habitou entre nós”* (Jo 1,14). Sim, Ele habitou entre os homens e o âmbito da sua morada foi a Sagrada Família de Nazaré, uma das tantas famílias desta pequena cidade de Galileia, uma das tantas famílias da terra de Israel. Aí, Jesus crescia e “robustecia-se, cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele”²²⁶. Distó podemos deduzir que no pensamento de João Paulo II a encarnação não se realizou em Maria como uma realidade isolada e destacada do contexto da realidade humana. São Paulo afirma que Jesus nasceu de uma mulher para resgatar o homem e dar-lhe a filiação divina (Gl 4.4), e seu intuito aqui não é simplesmente apresentar Maria como mãe, mas sim ressaltar a humanidade de Jesus, instrumento da divindade para o nosso resgate e para dar-nos a filiação divina, mas visa também ressaltar que ele nasceu dentro de

²²⁵ Rc 5

²²⁶ Rc 15

um matrimônio, no qual Maria é a esposa de José, pois Jesus entrou no mundo por meio de uma família. Pois bem, é justamente por causa desse matrimônio que depende juridicamente a paternidade de José e por isso se compreende porque as gerações foram elencadas segundo a genealogia de José, pois “O filho de Maria é também o filho de José”²²⁷.

“No momento culminante da história da salvação, quando Deus manifestou o seu amor pela humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se exatamente o matrimônio de Maria e José, em que se realizou com plena ‘liberdade’ o ‘Dom esponsal de si’ acolhendo e exprimindo um tal amor”²²⁸. Mesmo assim esse casamento recebeu alguns questionamentos, basta lembrar os apócrifos que viram no casamento de José com Maria uma grande dificuldade para a compreender a virgindade de ambos, e este ficou transformado numa espécie de guarda de sua virgindade, a qual ficava confiada, na mentalidade dos apócrifos, a um velho centenário. Outros se esqueceram que José é o verdadeiro esposo de Maria e preferiram idealizar Maria como “esposa do Pai”, “Esposa do Filho”, “Esposa do Espírito Santo”, “Esposa da Igreja”, etc. Em compensação existiram outros que promoveram a festa dos esponsais de Maria com José, ou como Paulo VI que na sua Exortação apostólica “*Marialis cultus*”, que incentivou os fiéis a reproduzirem as virtudes de Maria e dentre estas o “seu forte e casto amor esponsal”²²⁹. Este mesmo documento considerou Maria a perfeita cristã que resume em si as situações mais características da vida feminina justamente porque é Virgem, Esposa e Mãe”²³⁰.

²²⁷ *Rc 7*

²²⁸ *Rc 7*

²²⁹ *MC 57*

²³⁰ *MC 36*

A essência do matrimônio, o caráter esponsal do amor, é o dom da pessoa à pessoa, ou seja, a mútua doação do esposo e da esposa é a que dá origem a uma íntima comunhão de vida e de amor conjugal, conforme ensina a *Gaudium et Spes*²³¹. Sem esta realidade, o matrimônio enfraquece e fica destruída na sua unidade, pois entra o egoísmo, o individualismo, o utilitarismo, etc.²³² José e Maria, por meio de sua doação no matrimônio, realizaram a dimensão originária e exemplar da criação; em ambos realizou-se aquilo que no primeiro casal permaneceu apenas um ideal, pois José acolheu interiormente Maria e a acolheu como ela foi querida pelo Criado, “Como é constituída no mistério da imagem de Deus através de sua feminilidade e reciprocamente ela o acolheu da mesma maneira como ele é querido por si mesmo pelo Criador e por ele constituído mediante a sua masculinidade”²³³. Ambos viveram a experiência do dom, trocando entre si o dom sincero da própria pessoa e vivendo em toda a plenitude, a mesma liberdade do dom, que está na base do significado esponsal do corpo, ou seja, na capacidade de exprimir o amor.

Maria, desde o primeiro momento de sua maternidade divina, inseriu-se no serviço messiânico de Cristo, e inseriu-se sendo esposa de um homem chamado José, (Lc 1,27) e a sua pergunta ao anjo “Como acontecerá isso, pois não conheço homem” (Lc 1,34), não nega a realidade de sua união conjugal, mas revela um propósito de viver a virgindade cuja possibilidade naquele contexto pode ser explicado somente com um precedente “dom de si” por parte de José, e o fato de que ela aceitou a sua maternidade sem o prévio consentimento de José é a demonstração de quanto ela

²³¹ *N 48*

²³² *LF 20)*

²³³ *João Paulo II, em L'Osservatorio Romano, 17 de janeiro 1980*

estava consciente da ilimitada dimensão do dom de si recebido de José, e como ensina M.D Phillippe, Maria “sabe que Deus tem sobre ela todo direito e que é desejo profundo de José que ela seja toda de Deus. Agir dessa maneira em relação a José não é falta de delicadeza, mas sinal de confiança. Deus deve sempre estar em primeiro lugar, e esta é também a vontade do coração de José, de outra maneira ele não seria o esposo de Maria”²³⁴.

Vem esclarecer bem essa ideia, a posição de santo Tomás ao defender os recíprocos deveres dos esposos, pelos quais um não pode fazer voto de continência sem o consentimento do outro. Tomás esclarece que Maria deve ser consagrada a Deus juntamente com José. Assim, a missão e a dignidade de Maria de tal modo exigiram que a virgindade fosse ressaltada de maneira especial nela e exigia de fato, devido à necessidade do matrimônio para a honrada inserção do Verbo de Deus na família humana e para o seu reconhecimento como filho de Davi, que o propósito de conservar a virgindade fosse recíproco, conforme santo Tomás; entretanto, não podia faltar entre os dois a mais perfeita afinidade espiritual exigida da perfeição daquele matrimônio.

Isso é bem verdade se ressaltarmos que o matrimônio deles, que era destinado para acolher e educar Jesus, comportava necessariamente a máxima expressão de união conjugal, ou seja, um grau supremo do dom de si e dessa maneira a virgindade, que exprime e garante a absoluta gratuidade do dom, é presente nesse matrimônio reconhecendo que esta não apenas não compromete a essência do matrimônio e da paternidade, mas a evidencia e a defende, segundo a afirmação de santo Agostinho “Tão mais

²³⁴ *M.D Phillippe, in C Sauvé, Le myst re de Joseph, Nice 1978, pg 10*

verdadeiro esposo, quanto mais casto”, e “tanto mais verdadeiro pai, quanto mais casto”.

Maria e José não foram designados ao matrimônio isoladamente, visto que Deus no seu amor destinou Maria para José e José para Maria e ambos para Jesus. De fato, Deus não pode ter pensado com tanto amor em ter Maria como mãe de seu Filho e não pode ter pensado essa verdade sem o seu matrimônio com José; ele não pensou José a não ser para Maria e para o seu divino Filho que devia nascer virginalmente neste matrimônio, como ensina Sauvé²³⁵. “Maria foi criada, formada e ornamentada por Deus com todas as virtudes em vista de José e ao mesmo tempo em vista de Jesus. Jamais duas criaturas foram assim feitas uma para outra como Maria e José: nem Adão e Eva, nem Abraão e Sara, nem Jacó e Raquel. Ambos deviam ter, juntos e em comum o próprio Jesus”²³⁶.

Tudo o que aqui foi exposto indica que Maria e José viveram a máxima união de amizade em seu matrimônio virginal, dado que a máxima amizade entre um homem e uma mulher não se expressa apenas na união conjugal, mas também na plena participação de toda a intimidade doméstica²³⁷. Essa íntima comunhão de amor entre eles fez com que José, como verdadeiro esposo da mais santa de todas as criaturas, tivesse um constante crescimento de virtude, devido a sua familiaridade com Maria, muito mais porque o amor de um aperfeiçoava o amor do outro. “São José não admirava em Maria apenas um modelo extasiante de oração, de adoração, ao qual queria tanto unir a sua oração, mas o modelo mais perfeito e mais persuasivo de todas as virtudes. A fé, a esperança, a caridade, a humildade, a pureza,

²³⁵ C. Sauvé, *Le Mystère de Joseph*, Nice 1978, pg 30

²³⁶ *Ibidem*, pg 79

²³⁷ Santo Tomás, *Contra Gentiles*, III, 123)

a força, a prudência brilhavam nela, às vezes com uma palavra discreta e penetrante, sempre com a sua atitude, ações e sacrifícios”²³⁸.

Se Maria ama com mais amor aqueles que são melhores diante de Deus, quem será melhor que seu esposo José, o qual lhe foi dado, semelhante a ela, como ajuda, e aquele que depois dela é o mais querido a Deus? Para Bernardino de Bustis, existiu “Entre Maria e José um amor inquebrantável e santíssimo; de fato, depois de Cristo, seu filho, a Virgem puríssima não amou nenhum homem ou outra pessoa assim como amou José, e José amou a Bem-aventurada Virgem sobre todas as criaturas”²³⁹.

Esse amor de Maria por José e vice-versa, é um argumento pouco aprofundado, contudo, nem por isso ele é menos real; de fato, Suárez partindo do pressuposto que “faz parte da santidade e da virtude da mulher amar o seu marido”, deduz que devido ao fato de que Maria foi perfeitíssima em tudo, ela “se distinguiu, também neste amor para com José”²⁴⁰. Da mesma maneira Barradas pergunta: “O que de mais sublime se pode encontrar nessa grande familiaridade? No mundo não existiu nenhuma criatura que a Virgem amava com maior amor que o seu esposo, nenhuma com a qual vivia mais familiarmente que com ele”²⁴¹. Ilumina ainda mais esse pensamento o que diz Suárez: “Se é verdade, como de fato é, que um dos meios mais eficazes para obter de Deus os dons da graça é a devoção para com a Virgem e a sua intercessão, quem pode acreditar que o santíssimo José, diletíssimo e devotíssimo à Virgem, não tenha obtido por sua mediação a

²³⁸ C. Sauvé, *Le Mystère de Joseph*, Nice 1978, pg 257

²³⁹ *Serm 12, De BMV desponsatione*

²⁴⁰ F Suárez, *In III S. Th., t.II,q.29, a.2, disp. 8, sect.1*

²⁴¹ *Comentaria in concordiam et historiam evangelicam, Antwerpiae, 1622, t. I, l.5, c.8*

exímia perfeição da santidade?”²⁴² Se os devotos de Maria fazem admiráveis progressos na santidade, “quanto não deverá ter feito aquele que mereceu viver com ela muitos anos e conversado com ela familiarmente?”²⁴³

Por fim, não podemos deixar de ressaltar o pensamento de São Bernardino de Sena, que vem resumir toda essa verdade com essas palavras:” Sendo que a Virgem sabia o quanto ela era unida matrimonialmente no amor espiritual e sabia que José lhe tinha sido dado como esposo pelo Espírito Santo como fiel guarda de sua virgindade e participe com ela no amor da caridade e na obsequiosa solícitude para com a diviníssima prole de Deus, acredito, por isso, que ela amasse São José com toda sinceridade e com todo o afeto de seu coração. Sendo que tudo quanto o que é da mulher é também do marido, acredito que a bem-aventurada Virgem oferecesse a José com toda a sua liberdade o tesouro de seu coração, o quanto ele pudesse receber”²⁴⁴.

Se esta foi a atitude de Maria em relação a José, da mesma maneira foi a atitude do amor dele por Maria, o qual lhe foi uma fonte de bênçãos e de graças, e sendo que Maria era a “tesoureira” da graça divina, ela abria confidencialmente a José o tesouro do seu próprio coração, pleno de dons celestes e os comunicava todos. A esse respeito, afirma Bernardino de Sena: “Se a bem-aventurada Virgem não deixa de recompensar uma Ave Maria, com quão cordial gratidão não respondia àquele que via sacrificar-se tão solícitamente, de maneira obsequiosa e fielmente para alimentar a ela e ao seu dileto filho? A bem-aventurada Virgem Maria considerava, sobretudo que seu esposo, para conservar a vida

²⁴² *F. Suárez, l.c, sect. 2*

²⁴³ *Card. Toletus, In Lucam, c. 2, annot. 58*

²⁴⁴ *Sermo de S. Joseph sponso B. M. Virginis, t. III, art. 2, c.1.*

de Jesus se expos a tantos perigos, enquanto o conduziu e o reconduziu do Egito, depois, em Jerusalém para a solenidade da lei e enquanto estava com ele em outros diversos lugares”²⁴⁵.

Devemos ainda considerar que o comportamento de Jesus e a sua pregação que sublinhavam a verdade fundamental do homem em relação a mulher pela sua dignidade, maternidade e vocação, supõem e exprimem a sua experiência vivida na casa de Nazaré, onde José tinha demonstrado concretamente o dom de si que Maria não era para ele um ‘objeto’, mas o “co-sujeito” de sua existência. Daí se deduz que a presença de José na vida de Maria foi o coeficiente necessário em relação à grandeza e à missão de Maria e que o título a ele atribuído de “Justo” ilumina o profundo “Sim” contido na ordem sponsal. José foi fiel a este “Sim”, vivendo exemplarmente o dom de si a Maria.

O modelo de esposo que Jesus teve para a sua consideração e admiração em São José, durante os anos em que viveu na família de Nazaré, deve ter-lhe sido totalmente positivo, pois ele mesmo se classificou como “esposo”(Mt 9,15); Qualificando-se como esposo, Jesus revela a essência de Deus (imagem já utilizada no AT) e confirma o seu imenso amor pelo homem. “Mas a escolha desta imagem joga também indiretamente luz sobre a verdade profunda do amor sponsal. De fato, usando-a para falar de Deus, Jesus mostra quanta paternidade e quanto amor de Deus se refletem no amor de um homem e de uma mulher que se unem em matrimônio”²⁴⁶. Se Maria, mulher, pode realizar-se até à perfeição a que Deus lhe destinou, isto não aconteceu sem a livre e meritória colaboração de São José, visto que “toda

²⁴⁵ *MD, N 20*

²⁴⁶ *LF 18*

ação de Deus na história do homem respeita sempre a livre vontade do eu humano”²⁴⁷.

O significado do matrimônio de Maria e José na história da salvação justifica a proposta de João Gerson de instituir a festa dos “Esponsais de Maria com José” e a concretização desta festa desde o ano 1537 por iniciativa dos Franciscanos. O certo é que as exigências no campo do matrimônio e da família encontrariam uma válida ajuda na celebração desta festa a qual ofereceria uma ocasião de apresentar aos casais a doutrina cristã sobre o matrimônio. Da mesma maneira seria importante que nas Ladainhas de Nossa Senhora se invocasse Maria como esposa de São José, aproximando mais José de Maria como fez o Papa João XXIII ao estabelecer que no Cânon da Missa fosse colocado o seu nome ao lado do nome de Maria e antes dos Apóstolos, dos Papas e Mártires.

Sendo que José alimentou e educou Jesus, é importante lembrar que “No Sacrifício eucarístico a Igreja venera a memória da gloriosa sempre Virgem Maria ... e também a de São José, porque foi quem sustentou Aquele que os fiéis deviam comer como Pão de vida eterna”²⁴⁸. Também seria necessário que na Mariologia fosse inserida a doutrina que diz respeito a São José, conjuntamente com o Tratado sobre a encarnação. Por fim, que os fiéis rezem juntamente com as orações à Maria, também a São José, como já havia pedido o Papa Leão XIII:

“Pensamos ser sumamente conveniente que o povo cristão se acostume a rezar com singular devoção e ânimo confiante, juntamente com a Virgem Mãe de Deus, ao seu castíssimo esposo São José, o que deverá se tornar à Virgem aceito e querido”²⁴⁹.

²⁴⁷ *MD, 20*

²⁴⁸ *RC 16*

²⁴⁹ *Encíclica Quamquam Pluries*

Sumário

Apresentação	003
Introdução	005
I. Visão geral nas fontes	006
1 - Os evangelistas	006
2 - Os Padres da Igreja e os teólogos	014
3 - O Magistério da Igreja	049
II. São José enfocado sob alguns aspectos	062
O dom do matrimônio de José e da sua paternidade	062
O dom do amor de José por Jesus na casa de Nazaré	076
O dom de José ser o Ministro da salvação	083
O dom do serviço de José a Jesus e à Maria	088
O dom do amor de Jesus e de Maria a José	099
O dom da Paternidade de José	108
Os Santos esposos Maria e José	113
O mistério da Sagrada Família	118
Família de Nazaré, o modelo para toda família	123

Bibliografia

- 1) Carrasco José Antonio, San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa, Edizione Editrice Piemme di Pietro Marietti, Roma, 1984
- 2) Centro Studi San Giuseppe, San Giuseppe Sposo-Padre-Educatore, Editrice Murialdo, Roma, 1996
- 3) Cristiana, Patrizia Innocenza Miceli, I Modelli di Giusefologia nella Storia della Teologia, 2015Tau edizioni Todi.
- 4) Michele Ambrosino, Chi è San Giuseppe, Edizione Joseph, Asti
- 5) Stramare Tarcisio, Il mese di marzo dedicato a San Giuseppe, Editrice Shalon, Camerata Picena, 2004
- 6) Stramare Tarcisio, San Giuseppe il custode del Redentore, Editrice Piemme, Casale Monferrato, 1990